

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

JEAN ADRIANI DE SOUZA

**O TRABALHO ASSOCIADO EM KARL MARX:
Contribuição ao debate acerca do cooperativismo e da transição**

**FLORIANÓPOLIS (SC)
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

JEAN ADRIANI DE SOUZA

**O TRABALHO ASSOCIADO EM KARL MARX:
Contribuição ao debate acerca do cooperativismo e da transição**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Bernardete Wrublevski Aued

FLORIANÓPOLIS (SC)
2008

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Universitária da FURB

Souza, Jean Adriani

S729t O trabalho associado em Karl Marx : contribuição ao debate
acerca do cooperativismo e da transição / Jean Adriani Souza. –
2009.

108 f. : il.

Orientadora: Bernardete Wrublevski Aued.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Bibliografia: f. 96-101.

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Trabalho. 3. Trabalhadores.
4. Cooperativismo. I. Aued, Bernardete Wrubleski. II. Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

CDD 335.43




Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

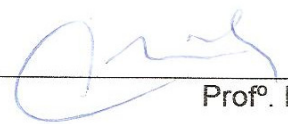
**“O TRABALHO ASSOCIADO EM KARL MARX: CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE
ACERCA DO COOPERATIVISMO E DA TRANSIÇÃO”.**

JEAN ADRIANI DE SOUZA

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final pela Orientadora e Membros da
Banca Examinadora, composta pelos
Professores:



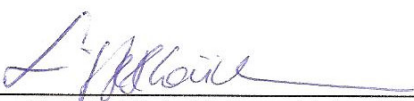
Profª. Drª. Bernardete Wrublevski Aued
Orientadora



Profº. Drº. Ricardo Gaspar Müller
Membro



Profª. Drª. Lúcia Regina Klein
Membro



Profª. Drª. Lúcia Helena Hahn Lückmann
Coordenadora

FLORIANÓPOLIS, (SC), DEZEMBRO DE 2008.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	V
RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – COOPERATIVISMO E CAPITALISMO: DILEMAS PRÁTICOS E TEÓRICOS.....	6
1.1 – UMA TEMÁTICA ANTIGA E UM FENÔMENO QUE NÃO É RECENTE.....	6
1.1.1 – <i>As cooperativas na época de Marx</i>	8
1.1.2 – <i>Breve histórico das experiências brasileiras</i>	11
1.2 – ESBOÇO DO QUADRO TEÓRICO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL	13
1.2.1 – <i>Qual crise do trabalho?</i>	14
1.2.2 – <i>Potencialidades das cooperativas: uma questão controversa</i>	16
CAPÍTULO II – O ADVENTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E SUAS CONTESTAÇÕES.....	25
2.1 – A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES E OS PLANOS DE REFORMA SOCIAL	25
2.1.1 – <i>Saint-Simon (1760-1825): a fé na ciência</i>	28
2.1.2 – <i>Fourier (1772-1837): o trabalho e a felicidade</i>	32
2.1.3 – <i>Robert Owen (1771-1858): a prática de uma utopia</i>	35
2.2 – PROUDHON E A RECIPROCIDADE ECONÔMICA.....	39
2.2.1 – <i>A propriedade e o consumo</i>	40
2.2.2 – <i>A mutualidade</i>	42
2.3 – A CRÍTICA DE MARX AOS SOCIALISTAS UTÓPICOS.....	45
2.4 – A CRÍTICA DE MARX A PROUDHON	49
CAPÍTULO III – O COOPERATIVISMO FRENTE AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	55
3.1 – O COOPERATIVISMO E A ATUALIDADE HISTÓRICA DA TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO	55
3.2 – TRABALHO ASSOCIADO E FÁBRICAS COOPERATIVAS	61
3.2.1 – <i>A categoria “trabalho” e a mais-valia</i>	63
3.2.2 – <i>Trabalho assalariado: cooperação sob o controle do capital</i>	66
3.2.3 – <i>Classe trabalhadora: o sujeito revolucionário</i>	71
3.2.4 – <i>O modo de produção propriamente capitalista</i>	73
3.3 – A LUTA DE CLASSES E AS FÁBRICAS COOPERATIVAS.....	78
3.4 – CONTRADIÇÕES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS FÁBRICAS COOPERATIVAS ...	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de empreendimento por região, em 2007	17
Tabela 2 – Diversidade de atividades econômicas, em 2007	18
Tabela 3 – Forma de organização, em 2007	18

RESUMO

Esta dissertação consiste numa pesquisa sobre o cooperativismo, tendo como referencial teórico um autor específico, Karl Marx. Tem como objetivo principal contribuir, do ponto de vista teórico-interpretativo, para a compreensão da importância que podem assumir as experiências cooperativistas para os trabalhadores em termos de luta de classes. A emergência de várias iniciativas autogestionárias, sobretudo a partir de 1990, reacende o debate sobre as alternativas ao capitalismo. Num contexto adverso para os trabalhadores, marcado pelo fim da experiência social-democrata e stalinista-soviética na Europa, ressurgem formulações inspiradas nos precursores do cooperativismo da primeira metade do século XIX, em geral, negligenciando a crítica de Marx. Reconhece a importância das experiências autogestionárias para a manutenção de uma significativa parcela da população e do debate no campo teórico sobre suas possibilidades e limites. As referências às cooperativas operárias em Marx, não obstante a ausência de um tratamento sistemático, insere-se na sua perspectiva mais ampla sobre a transição do modo de produção capitalista ao modo de produção associado ou comunista. Na busca para compreender a relação dos trabalhadores com o cooperativismo, na perspectiva de Marx, revisa sua crítica aos socialistas utópicos e a Proudhon, ao mesmo tempo em que explora a relação das fábricas cooperativas com a luta de classes e com as contradições do modo de produção capitalista. O estudo evidencia que a positividade do cooperativismo em Marx está relacionada com a classe trabalhadora em sua luta contra o capital, necessitando, porém, atuar sobre as modernas forças produtivas e, dessa forma, não mantém correspondência com as propostas utópicas e reformadoras do capitalismo. Discute o trabalho associado no interior das fábricas cooperativas, o qual, além de negar o trabalho assalariado, aponta para um novo modo de produção. Conclui que os limites das fábricas cooperativas, enquanto formas de transição dentro do sistema capitalista, relacionam-se com a luta de classes, de forma que o trabalho associado não pode abranger a totalidade das forças produtivas sem que os trabalhadores assumam o poder político.

Palavras-Chave: trabalho associado; fábricas cooperativas; cooperativismo; transição.

ABSTRACT

This dissertation involves a study of the cooperative movement. Its theoretical reference is one specific author, Karl Marx. Its principal objective is to contribute from a theoretical-interpretive perspective to understanding the importance cooperative experiences can have for workers in terms of class struggle. It discusses the emergence of various self-management initiatives, above all since 1990, which triggers new debate about alternatives to capitalism. In an adverse context for workers, marked by the end of social-democratic and Stalinist-Soviet experiences in Europe, formulations arise inspired in the precursors of the cooperative movement of the first half of the 19th century in general neglecting Marx's criticism. Recognize the importance of self-management experiences for the maintenance of a significant portion of the population and of debate in the theoretical field about their possibilities and limits. The references to workers cooperatives in Marx, notwithstanding the absence of a systematic analysis, are inserted in his broader perspective about the transition from the capitalist mode of production to the associated or communist mode of production. In an effort to understand the relationship of workers with the cooperative movement, from Marx's perspective, it reviews his criticism of the Utopian Socialists and Proudhon; explores the relation of the cooperative factories with the class struggle and with the contradictions of the capitalist mode of production. The study revealed that the positivity of cooperativism in Marx is related to the working class' struggle against capital, requiring action on the modern productive forces and, in this way, does not correspond to the utopian and reformist proposals of capitalism. It concludes that the associated work within cooperative factories, in addition to rejecting salaried labor, point to a new mode of production. But points out that the limits of the cooperative factories as forms of transition within the capitalist system are related to the class struggle in that associated work cannot encompass the totality of the productive forces without the workers assuming political power.

Key words: associated labor; factory cooperatives; cooperativism; transition.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma pesquisa sobre a problemática do cooperativismo e da transição ao socialismo, e se insere num quadro de referências específico, ou melhor, num autor específico. Autor que de tempos em tempos reaparece, lançando luzes sobre aspectos da realidade que pareciam até então suficientemente desnudados. Falamos de Karl Marx.

O debate a respeito do controle fabril pelos trabalhadores ganha relevo, sobretudo nas últimas décadas, em razão da eclosão de um conjunto de experiências cooperativas desenvolvidas por trabalhadores, que, em sua maioria, enfrentavam dificuldades em negociar imediatamente sua força de trabalho no mercado capitalista. De imediato, essas unidades econômicas se constituem em alternativas de sobrevivência para diversas camadas sociais face à sua exclusão do processo produtivo e, como efeito, da participação na riqueza socialmente produzida. Contudo, essas experiências não são apenas alternativas de sobrevivência, pois geram expectativas (para trabalhadores e intelectuais) no sentido de contraposição e, de modo mais amplo, de superação do próprio capitalismo. Há uma percepção, algumas vezes mais outras vezes menos enfatizada, de que, para se contrapor à tradicional forma capitalista de produzir, os trabalhadores não devem se organizar em função do trabalho assalariado, constatação que orienta a associação dos trabalhadores numa perspectiva autogestionária. Por outro lado, são fortes as contradições relacionadas aos limites estruturais impostos pela produção capitalista, pressionando os trabalhadores por meio da concorrência com seus produtos e pela necessidade de aumento da produtividade. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que existem experimentos que demonstram uma extraordinária capacidade de resistência frente à concorrência imposta pelo capital, existem aqueles que têm vida curta. Entretanto, o fato é que a emergência desse conjunto de experiências econômico-sociais que se norteiam segundo princípios autogestionários, principalmente a partir do final dos anos 1980, reacende o debate a respeito das alternativas ao modo de produção capitalista. Se a sua importância para a manutenção da vida de uma significativa parcela da população excluída do emprego formal não é, em geral, uma questão controversa⁴, com respeito à sua

⁴ Seu mérito para a subsistência das pessoas envolvidas é em geral louvado, mas a qualidade do posto de trabalho criado é questionada em relação ao contrato de trabalho tradicional, pois, sob a forma institucional de “cooperativa”, a legislação trabalhista pode, em determinado caso, estar sendo fraudada, além de servir à expansão da terceirização. Singer (2003a: 23), por exemplo, admite que “As cooperativas de trabalho se aproximam perigosamente de empreiteiras de mão de obra e das falsas cooperativas, montadas por firmas capitalistas que visam explorar o trabalho dos cooperados sem lhes pagar as contribuições trabalhistas legais”.

potencialidade de confrontar e até mesmo superar o modo de produção capitalista, pode-se dizer que não se trata de uma questão tranquila.

O contexto mais amplo no qual surgem as experiências autogestionárias mais recentes está marcado pelo fracasso de duas experiências históricas que pretendiam, por via diversa, alcançar uma nova forma social: o *Estado de Bem-estar Social* e a soviética. No Brasil, sob a poeira da derrocada dessas duas vias e do incremento da massa de desempregados, as formulações relativas às experiências cooperativo-autogestionárias recentes parecem ter redescoberto os socialistas utópicos e Proudhon. Tais autores reaparecem como inspiradores fundamentais (SINGER, 2002 e 2003a) do processo de criação e expansão das cooperativas, e elas, como se houvessem sido constituídas no paradigma mais genuíno para a transição, sendo, no entanto, ofuscadas, pelo “partido” e pelo capital, do horizonte dos trabalhadores por mais de um século. Como se sabe, porém, Marx, em meados do século XIX, já criticava tais formulações. Nesse cenário, fez-se necessário revisitar alguns autores contemporâneos de Marx, não só como suporte para a compreensão da crítica a eles dirigida, mas também como estratégia para o entendimento do cooperativismo na perspectiva de Marx.

Não visamos apresentar uma análise das distintas posições a respeito do tema existentes na atualidade. Apresentamos algumas, no entanto, para evidenciar a controvérsia que existe hoje no cenário teórico: o ressurgimento dos socialistas utópicos e de Proudhon e a crítica marxista atual. O interesse foi aprofundar o debate sobre cooperativismo em Marx. Aliás, em geral, a maioria das formulações sobre o tema não busca nele afiliação teórica. Pode-se dizer que, em larga medida, Marx não figura na literatura recente a respeito da produção cooperativa como um de seus principais autores⁵. Não obstante, a importância da análise de vertente marxista se estende às experiências concretas, por meio de movimentos sociais, sindicatos, partidos etc., forças que contribuem para a constituição de empreendimentos baseados na associação dos trabalhadores. Destaca-se, nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em que o cooperativismo nasce da luta pela terra, da luta dos trabalhadores pela reforma agrária. O outro exemplo nasce de base sindical, que no final da década de 1980 vai dar subsídios para o movimento de ocupação e gestão pelos trabalhadores de empresas que vieram ou estavam em vias de falir.

Há vários estudos sobre Marx e o cooperativismo, assim como vários ensaios de crítica marxista ao cooperativismo. Nossa pesquisa insere-se nesse amplo leque sem, no

⁵ Por exemplo, a formulação de “economia solidária” de Paul Singer, apesar de utilizar aspectos da crítica marxista ao modo de produção capitalista, considera Saint-Simon, Fourier e Owen como os inspiradores fundamentais da produção organizada sob o trabalho cooperativo. Marx, no entanto, não recebe nenhuma menção a esse respeito (SINGER, 2002).

entanto, ter a pretensão de querer esgotar o assunto. Como será visto no decorrer do trabalho, as duas principais concepções utilizadas – trabalho associado e fábricas cooperativas – já aparecem em vários textos. O desenvolvimento da concepção de trabalho associado, a partir da perspectiva de Marx, conta com contribuições como a de Tonet (2005), e a concepção de fábrica cooperativa como empreendimento portador de características distintas das demais formas de cooperativas já fora observada por Germer (2007). Explorar o pensamento de Marx acerca do cooperativismo operário do século XIX esbarra na dificuldade decorrente do fato de ele nunca ter dispensado às experiências de cooperativismo que existiram em sua época um tratamento sistemático no contexto de sua teoria. No entanto, ir até Marx é buscar equacionar o tema em relação à luta de classes e às contradições da produção capitalista. Nesse sentido, nossa proposta de estudo se deparou com o desafio de analisar o cooperativismo tendo por base o modo de produção capitalista e seu caráter histórico, portanto, transitório. O eixo investigativo passou pelo estudo da interpretação da concepção de Marx a respeito das possibilidades e limites que as cooperativas representam no contexto da luta de classes. E isso recaiu sobre duas questões principais: i) em que medida as experiências cooperativas detêm valor para a classe trabalhadora no sentido de superação das relações de produção capitalista? e ii) que relações se estabelecem entre as cooperativas e as contradições do modo de produção capitalista? Para atender a essas questões, exploramos: i) a relação das fábricas cooperativas com o movimento operário; e ii) a existência das fábricas cooperativas em relação ao tensionamento que as forças produtivas imprimem às relações de produção.

Considerando, por um lado, o número crescente de experiências cooperativas e sua contribuição para a manutenção da vida de uma massa de excluídos da forma de emprego tradicional e, por outro, as grandes dificuldades desses empreendimentos em se manterem frente à concorrência das empresas capitalistas, a relevância do tema no que se refere às questões sociais como trabalho, renda, miséria, salta aos olhos. Do ponto de vista teórico, a eclosão desses empreendimentos no Brasil nas últimas décadas do século XX e, paralelamente, as formulações correspondentes, sobretudo, aquelas que estão na órbita da “economia solidária”, tendem a considerar essas experiências múltiplas e heterogêneas como um movimento em unidade, inclusive, interpretado como um modo de produção paralelo ao capitalismo. Desse amplo “mundo de alternativas”, quais experiências são realmente importantes para os trabalhadores em termos políticos, isto é, em termos de luta de classe? Não pretendemos responder essa questão estabelecendo distinções entre os empreendimentos atualmente existentes, pois para isso seria necessária uma verificação empírica, o que não é objeto desse trabalho. Não obstante, podemos contribuir apresentando os referenciais teóricos

de Marx que consideramos os mais importantes para esse discernimento. É dessa maneira que pretendemos enriquecer, com a contribuição de Marx por nós interpretada, o quadro teórico-interpretativo atual sobre o tema cooperativismo/transição ao socialismo.

Por tratar-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, à primeira vista, a proposta parece constituir-se em uma pesquisa estritamente teórica, circunscrita ao mundo das ideias. No entanto, isso só seria possível se abstraíssemos de considerar as determinações ou condicionamentos que as relações sociais conferem às produções teóricas e como elas, enquanto produto daquelas relações, “reconectam-se” à estrutura social. Partindo da perspectiva de que o conhecimento social possui correspondência com o modo de produção da vida material, sendo por ela condicionado, a pesquisa procurou manter as produções teóricas de Marx (e daqueles com quem ele dialogou) referenciadas no seu contexto sócio-político. Assim, a leitura que fizemos de Marx não esteve desatenta das tensões que permeavam sua elaboração. Marx teve como cenário a consolidação do capitalismo na Europa e sua expansão em nível global. As condições a que foram submetidos os trabalhadores e, sobretudo, sua erupção enquanto força política foram acompanhadas por sua reflexão que sofreu permanente ataque da intelectualidade da classe burguesa e que, em momentos específicos, teve também que se confrontar com o posicionamento de outros pensadores da classe operária. Engels, com seus prefácios e introduções aos textos de Marx, suas produções teóricas em conjunto, além dos embates políticos que enfrentaram juntos, foi tratado por nós como co-autor de Marx, apesar de ele não deixar dúvida de que a descoberta da concepção materialista da história e da mais-valia foi obra de Marx⁶.

A dissertação está dividida em três capítulos e considerações finais. No capítulo primeiro, contextualizamos a temática, apresentando um breve histórico e o panorama do debate na atualidade, com vista a pontuarmos algumas das principais posições sobre o cooperativismo no Brasil. Nosso objetivo, nesse capítulo, é mostrar a importância que o cooperativismo assume com a emergência de diversas experiências autogestionárias no Brasil nas últimas décadas do século passado, sua diversidade em vários aspectos e a controvérsia sobre sua potencialidade diante do modo de produção capitalista. No segundo capítulo, abordamos as propostas utópico-reformistas que surgem com o advento da sociedade capitalista, representadas por Saint-Simon, Fourier, Owen e Proudhon. A finalidade é resgatar esses autores considerados os precursores do cooperativismo e a crítica que Marx dirigiu a suas propostas, dessa maneira, preparando terreno para a distinção do cooperativismo de

⁶ “Essas duas grandes descobertas — a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista através da mais-valia — nós as devemos a Karl Marx” (ENGELS, 1961b: 322).

perspectiva utópica e proudhoniana daquilo que Marx identificou como fábricas cooperativas. No terceiro capítulo, abordamos o cooperativismo em relação à atualidade histórica da questão da transição ao socialismo e às referências de Marx ao cooperativismo. Apresentamos algumas categorias do materialismo-histórico, passando pela abordagem dos trabalhadores enquanto classe social e do “modo de produção capitalista”. Atentamos para o significado que a formação de fábricas cooperativas representa na estratégia política da classe operária na visão de Marx, cujas referências, em grande parte, estão contidas em seus textos direcionados à classe operária. E, fechando o capítulo, exploramos o que diz Marx a respeito das fábricas cooperativas em relação ao desenvolvimento e contradições do modo de produção capitalista. Buscou-se compreender como Marx situa as fábricas cooperativas, tendo em vista que elas existem em meio ao modo de produção capitalista, e a conexão do trabalho associado com a sociedade dos produtores associados, ou comunista. Por fim, as considerações finais, nas quais discorremos sobre a crítica de Marx aos teóricos utópico-reformistas, bem como sobre sua visão a respeito do cooperativismo operário daquela época.

CAPÍTULO I – COOPERATIVISMO E CAPITALISMO: DILEMAS PRÁTICOS E TEÓRICOS

1.1 – UMA TEMÁTICA ANTIGA E UM FENÔMENO QUE NÃO É RECENTE

No Brasil, a emergência de um conjunto de empreendimentos econômico-sociais que se norteiam segundo princípios autogestionários, principalmente a partir do final dos anos 1980, reacende o debate a respeito das alternativas ao modo de produção capitalista. Que significados eles possuem? Para onde apontam essas experiências? São questões que intrigam qualquer pesquisador que se oriente na perspectiva de que a produção social não encontra no modo de produção capitalista sua configuração última ou definitiva. Assim, não é possível passar de forma desinteressada a respeito da relação entre as atuais experiências dos trabalhadores associados e a transição para o socialismo.

No interior desses empreendimentos delineia-se um traço fundamental tanto em meio aos trabalhadores a eles vinculados quanto nas produções teóricas correspondentes: ser alternativo à forma capitalista de produção. Segundo Gaiger (2003: 181),

A literatura atual sobre a economia solidária converge em afirmar o caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica: dada a ruptura que introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral.

Por almejar ser uma alternativa à relação social capitalista, sua organização é permanentemente desafiada a não reproduzir as relações próprias do regime de trabalho assalariado⁷. Em geral, para grande parte das interpretações recentes, mesmo em seus diversos delineamentos, o pressuposto é o de que as experiências autogestionárias que surgiram nas últimas décadas do século XX possuem como perspectiva geral a constituição de uma forma de trabalho distinta da empresa capitalista. Nesse sentido, o trabalho assalariado se constitui

⁷Na prática a conformação das relações de trabalho nos diversos empreendimentos não se constitui uniformemente e, assim, existem formas mais próximas e outras mais distantes das relações tipicamente capitalistas. Ao mesmo tempo em que elimina alguns conflitos relacionados ao trabalho assalariado, preserva, de uma maneira ou de outra, alguns de seus elementos. Com base em pesquisa sobre cooperativas e empresas de autogestão, principalmente do ramo industrial, de acordo com Vieitez e Dal Ri (2001: 141), sobrevivem ainda nesses empreendimentos “(...) determinações próprias do trabalho alienado”.

em problema central. A negação do trabalho assalariado, ou seja, da conversão da força de trabalho em mercadoria para o capital e, com efeito, do trabalho em instrumento de exploração do próprio trabalhador, é o desafio mais imediato e, ao mesmo tempo, permanente. Conforme Icaza e Tiriba (2003: 105):

Independente do número de trabalhadores ou da capacidade produtiva da unidade econômica, o que diferencia a economia popular de outros setores da economia é, dentre outros, a negação do *emprego* da força de trabalho como mercadoria – mercadoria que, como sinalizou Marx, é a única capaz de produzir mais valores que o valor investido pelo capitalista.

Com relação ao movimento operário, compreende-se que o cooperativismo foi uma das formas de luta utilizada pelos trabalhadores desde os primeiros embates contra o capital. No entanto, no decurso da história, capitalismo e cooperativismo não se relacionaram apenas de forma antitética. Hoje, muito provavelmente, grande parte do cooperativismo está completamente inserida na produção capitalista, subordinando o trabalho da mesma forma. O conjunto de experiências que surge nas últimas décadas no Brasil, porém, não busca se vincular com as empresas capitalistas, em geral, busca afiliações em experiências precursoras, isto é, no cooperativismo operário do século XIX.

(...) observa-se a ressurgência de outra alternativa que, em verdade, foi acionada pelos trabalhadores desde os primórdios de sua luta contra a submissão ao capital e que a rigor jamais arrefeceu de todo, embora tenha conhecido duras derrotas e desvirtuamentos, além de períodos de perda de força e de quase hibernação. Trata-se da associação produtiva entre os trabalhadores, que visa a colocar em seu benefício a capacidade de trabalho que possuem, em lugar de aliená-la como instrumento do seu próprio jugo (...) (GAIGER, 2004: 07).

Embora o cooperativismo surja com o modo de produção capitalista, mais precisamente no século XIX, quando o capitalismo se torna dominante em nível global, diversos autores anteriormente concentraram esforços em elaborar idéias e propostas de uma sociedade diferente da existente em suas épocas. A Cidade platônica é um exemplo deste tipo de formulação. Platão (427/428-347 a.C.), em *A República*, já discorria a respeito de uma Cidade perfeita. Nessa Cidade realiza-se a justiça perfeita decorrente da harmonia de três virtudes: a “temperança” dos lavradores, artesãos e comerciantes, a “fortaleza” dos seus guardiões e a “sabedoria” de seus governantes (REALI e ANTISERI, 1990: 162-163). Tal Cidade não teve existência exceto nos discursos de seu autor, aliás, para ele pouco importaria sua existência concreta, visto que sua localização geográfica estaria no interior do homem:

“(…) um modelo no céu para quem quiser contemplá-lo e, a partir dele, regular o governo da sua alma. Não importa, pois, que essa cidade exista ou venha a existir um dia: é somente às suas leis, e de nenhuma outra, que o sábio fundamentará a sua conduta” (PLATÃO, 2000: 319).

No século XVI, Thomas Morus (1478-1535) empenhou-se em descrever uma sociedade ideal em seu livro *A Utopia*, publicado em 1516. Tal sociedade localizava-se numa ilha cujo conquistador (Utopus) deu-lhe seu próprio nome quando dela se apoderou, passando daí a ser chamada de Ilha da Utopia. Conforme Morus ([200-]: 74), “Este conquistador teve bastante gênio para humanizar uma população grosseira e selvagem e para formar um povo que ultrapassa hoje todos os outros em civilização”. Esse modelo imaginário de comunidade, em que as instituições políticas eram bastante aperfeiçoadas, com tolerância religiosa e com trabalho limitado a seis horas diárias, é um manifesto do autor contra as iniquidades da sociedade feudal em processo de desagregação e do mercantilismo em ascenso (TEIXEIRA, 2002). A exemplo de *A Utopia*, de Thomas Morus, as narrativas sobre uma sociedade ideal seguiram com outras obras, entre as quais podemos citar: *A nova Atlântida*, de Francis Bacon, publicada em 1620, e *A Cidade do Sol*, de Tommaso Campanella, publicada em 1623 (TEIXEIRA, 2002). Estes autores foram lembrados para ilustrar as construções teóricas visionárias de uma sociedade perfeita em que permeiam as formações sociais pretéritas ao capitalismo. Nosso interesse, entretanto, circunscreve-se àquelas que se contrapõem à forma capitalista e que foram alvo da crítica de Marx, isto é, as formulações contemporâneas da consolidação do capitalismo no século XIX.

1.1.1 – As cooperativas na época de Marx

As cooperativas remontam à primeira metade do século XIX, período marcado, do ponto de vista teórico, pelos socialistas utópicos, Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858). As experiências que Saint-Simon, Fourier e Owen inspiraram suscitam questões que hoje são “oxigenadas” pela emergência dos empreendimentos autogestionários. Saint-Simon e Fourier têm importância por servir de fonte de inspiração para o movimento cooperativista. Já Owen, além de contribuição no campo teórico, tem também contribuição prática tanto na implantação de seus projetos quanto na organização e luta da classe trabalhadora.

As cooperativas surgem com o movimento operário, com o proletariado moderno. Desde então, a união dos trabalhadores para fins diversos proliferou, principalmente na

França e Grã-Bretanha. Essas associações, em face do capitalismo, apresentavam e combinavam aspectos de caráter econômico e político. Em seu âmbito, muitas vezes, convergiam cooperativa, sindicato e partido. Nelas se organizavam os trabalhadores articulando greves, manifestações e alternativas econômicas (produção, comércio e consumo coletivos) e que vão ganhando força à medida que o proletariado avança politicamente como classe. Na Inglaterra, por exemplo, as trade-unions eram associações que combinavam ações de caráter sindical e, ao mesmo tempo, estimulavam a organização econômica dos trabalhadores – organização cujo principal protagonista foi Owen. Na França, as associações de socorro mútuo desempenhavam um papel de caráter assistencial e, ao mesmo tempo, de local de organização política dos trabalhadores.

As concepções utópicas, tão em voga na primeira metade do século XIX, em geral, têm pouca sobrevida na metade seguinte. Não obstante, continuaram a surgir propostas sobre a reforma social com ênfase no cooperativismo, mesmo diante do caráter mercantil que muitas delas assumiram.

É verdade que os utópicos originários não sobreviveram à primeira metade do século XIX; e, no fundo, suas doutrinas e movimentos já estavam em agonia nos inícios dos anos 40, com única exceção do fourierianismo (...) Por outro lado, diversos tipos de associacionismo e de teorias cooperativistas, em parte derivadas de fontes utópicas (Owen, Buchez), em parte elaboradas sobre bases menos messiânicas nos anos 40 (Louis Blanc, Proudhon), continuaram a prosperar. Mantiveram inclusive a aspiração a transformar toda a sociedade segundo as linhas cooperativistas de onde se havia originado. Se isso era verdade até mesmo na Inglaterra, onde o sonho de uma utopia cooperativista capaz de emancipar o trabalho da exploração capitalista dilui-se nas cooperativas comerciais, o foi mais ainda em outros países, onde as cooperativas de produtores permaneceram dominantes (HOBBSAWM, 1983a: 65).

No período vivido por Marx (1818-1883) existiram diversas experiências práticas que se colocaram como alternativas ao capitalismo. Elas foram objeto de discussão no interior da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional). Para grande parte dos trabalhadores do século XIX, mesmo que de forma pouco precisa, o cooperativismo era sinônimo de socialismo, de maneira que, conforme Hobsbawm (1983a: 65),

Para a maior parte dos trabalhadores na época de Marx, era isso o socialismo; ou melhor, o socialismo que recolhia a adesão da classe operária, ainda nos anos 60, era o que tinha em vista a criação de grupos de produtores independentes sem capitalistas, mas dotados pela sociedade dos capitais suficientes para lhes permitir viver, protegidos e encorajados pela

autoridade pública e, por sua vez, obrigados a deveres coletivos em face do público.

A Grã-Bretanha, berço da primeira Revolução Industrial, foi palco de inúmeras insurgências proletárias e também de experiências que se propuseram como alternativas ao modo de produção capitalista. Em Londres, um grupo de jornalistas e gráficos, reunidos por George Mudie, fundou uma sociedade cooperativa e publicou, em 1821-1822, *The Economist*, o primeiro jornal cooperativo e, possivelmente, a primeira cooperativa moderna de produção⁸. Assim como diversos outros empreendimentos desse mesmo período na Grã-Bretanha, este teve forte influência do “Owen prático”.

Enquanto experiência de sistematização dos ideais cooperativos, a cooperativa dos pioneiros equitativos de Rochdale é considerada por muitos como a “mãe de todas as cooperativas” em razão dos princípios que adotou. Fundada por operários no ano de 1844, em Rochdale, região que abrigava importante centro têxtil da Inglaterra à época, esta cooperativa, inicialmente de consumo depois ampliada para produção, adota e passa a seguir determinados princípios⁹ que, em seguida, vão sendo assumidos como princípios universais do cooperativismo, em geral mantidos até os dias atuais (SINGER, 2002 e 2003b). Marx, no *Capital*, em nota de rodapé, reproduz a descoberta feita no jornal *Spectator*, em 26 de maio de 1866, sobre o erro básico da experiência de Rochdale.

Elas comprovaram que associações de trabalhadores podem gerir com sucesso lojas, fábricas e quase toda forma de indústria, e elas melhoraram extraordinariamente a situação dos operários, porém (!), não deixaram nenhum lugar visível para capitalistas [e ironicamente acrescenta] *Quelle horreur* (MARX, 1985: 263).

Se Marx, por um lado, não desdenhou dessas iniciativas práticas quando partiam da classe trabalhadora, por outro lado, não poupou críticas aos que teorizaram acerca do cooperativismo.

⁸Quanto às cooperativas de produção não existe certeza em relação a quem foi seu “inventor”. O periódico francês *L'Artisan* é apontado por alguns como inventor das propostas de cooperativas de produção. No entanto, propostas idênticas surgem na Inglaterra no mesmo período (SINGER, 2002).

⁹São eles: “1°. que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu na cooperativa; 2°. que o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3°. sobre capital emprestado, a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4°. as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5°. as vendas feitas pela cooperativa seriam feitas à vista; 6°. os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7°. a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8°. a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas” (SINGER, 2002: 39-40).

1.1.2 – Breve histórico das experiências brasileiras

Para alguns autores como Schmidt e Perius (2003), em 1610 já são encontradas, no Brasil, formas de sociedade cooperativa, em pequena escala, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas. Estas formas se constituíram por meio da ação dos padres jesuítas, conciliando os valores cristãos com a prática de ajuda mútua, muito comum aos povos indígenas. “Por mais de 150 anos esse modelo deu exemplo de sociedade solidária fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção” (SCHMIDT e PERIUS, 2003: 64).

Por volta de 1842-43, inspirado no modelo de “falanstérios” de Fourier, cerca de 217 franceses liderados pelo médico homeopata francês Benoit Jules Mure instalaram-se na Península do Saí, em Santa Catarina (THIAGO, 1995). Também inspirado nas idéias de Fourier, outro médico francês, Maurice Faivre, fundou, em 1847, junto com outros europeus, no Paraná, a colônia cooperativa Tereza Cristina (SCHMIDT e PERIUS, 2003). Ambas as experiências tiveram vida curta.

As primeiras cooperativas institucionalizadas no Brasil datam das últimas décadas do século XIX. Em 1891, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, nasce a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica e, nos anos seguintes, surgem diversas outras, com as mesmas características, isto é, de categorias profissionais que visam a incrementar suas trocas e consumo (CHAVES, 2008).

As cooperativas tiveram incremento na era Vargas por meio de uma política paternalista, sobretudo do Ministério da Agricultura. No período ditatorial intensifica-se o controle sobre as cooperativas. É desse período a criação da *Organização das Cooperativas no Brasil* (OCB) (CHAVES, 2008). Essa ligação do Estado com o cooperativismo impulsionou o modelo agro-exportador brasileiro sem qualquer relação com a autogestão operária. Dessa forma, das cooperativas constituídas no século XX, sobretudo as agrícolas (que cresceram sob forte ajuda estatal), alicerçaram-se preponderantemente no regime de trabalho assalariado e, dessa forma, não são consideradas por autores como experiências autogestionárias. Conforme Paul Singer (2002: 122): “Sua direção e as pessoas que as operam são assalariadas, tanto nas cooperativas de consumo como nas de compra e vendas agrícolas”. Nesse sentido, é possível dizer que as experiências de cooperativas autogestionárias no Brasil são experiências relativamente recentes.

No Brasil, as tentativas de organizar o processo de trabalho sob a forma associada ganham força principalmente a partir dos anos de 1990 (PINHO, 2004 e SINGER, 2002 e 2003a), como alternativa frente ao desemprego. Ainda que sua eclosão ocorra naquela década, diversas experiências datam de períodos anteriores. Pode-se destacar a importância dos setores progressistas da igreja católica para a emergência dessas experiências no Brasil. Em meio ao desenvolvimento das comissões pastorais e das comunidades eclesiais de base (CEBs) são gestadas unidades que buscam ser alternativas às formas tradicionais de inserção econômica. Essas unidades contaram com o apoio da Cáritas Brasileira por meio de pequenos financiamentos destinados à geração de trabalho e renda em setores populares no campo e na cidade. Segundo Singer (2002: 122),

Ainda nos anos 1980, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs, Projetos Alternativos Comunitários. Uma boa parte dos PACs acabou se transformando em unidades de economia solidária, alguns dependentes ainda da ajuda caritativa das comunidades de fiéis, outros conseguindo se consolidar economicamente mediante a venda de sua produção no mercado.

No campo, a luta dos trabalhadores por reforma agrária, principalmente em meio ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), expande a cooperação autogestionária nos assentamentos rurais com a criação de diversas cooperativas.

Além de mobilizar trabalhadores em prol da reforma agrária, e educar seus adeptos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) vem organizando cooperativas em áreas de assentamento. As primeiras cooperativas de produção agropecuárias (CPA) foram formadas em 1989. Além dessas, há também cooperativas de crédito e de prestação de serviços no âmbito do movimento, totalizando hoje 86 cooperativas espalhadas em nove centrais estaduais de cooperativas dos assentados (CCA), todas congregadas nacionalmente na Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) (SOUZA, 2003: 08).

A crise econômica leva, também, à constituição de empreendimentos autogestionários nas fábricas. A tomada de empresas falidas ou em vias de falir pelos trabalhadores, que, com o suporte de entidades como os sindicatos¹⁰, convertem-nas em associação ou cooperativas de

¹⁰Conforme Faria (2005: 282), “(...) pelo menos até o início da década de 90, eram de forma geral descartadas pelo sindicalismo mais combativo devido, sobretudo, à integração do movimento cooperativista aos princípios e valores do capitalismo, muito embora vários sindicatos mantivessem formas mutualistas e cooperativistas nas atividades de serviço assistencial oferecidos para o quadro de associados. Em outros casos, as experiências de cooperativas desenvolvidas por grupos de esquerda vinculados às lutas das oposições sindicais como forma de resistência e organização da classe, sobretudo em São Paulo nas décadas de 70 e 80, além das dificuldades

produção, dão uma nova dimensão aos experimentos econômicos autogestionários. São exemplos de empreendimentos surgidos diante da falência de empresas: a CBCA – Cia. Brasileira Carbonífera Araranguá, em Criciúma/SC, que resultou na Coperminas; a fábrica de fogões Wallig, em Porto Alegre/RS, que deu origem às cooperativas COOMECA e COOFUND e Makerli Calçados, em Franca/SP, experiência a partir da qual surge a ANTEAG (SINGER, 2002).

Outra modalidade de formação de unidades de produção cooperativas, que ocorre mais intensamente desde o final da década de 1990, são os empreendimentos fomentados por entidades promotoras e de assessoria estatais e da sociedade civil. Dentre essas entidades cabe registrar as instituições de crédito e incubadoras relacionadas às administrações municipais e estaduais encabeçadas por partidos de esquerda; a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (ANTEAG); Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS/CUT; União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) e as universidades que desenvolvem o projeto de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e de articulação dos empreendimentos em redes de economia solidária.

No Brasil, além das diversas organizações de apoio, desde 2003 está sendo institucionalizada uma política pública específica para este segmento no âmbito do governo federal. O seu marco é a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE.

1.2 – ESBOÇO DO QUADRO TEÓRICO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Autores de diferentes perspectivas analíticas acompanham a trajetória das experiências de autogestão, repletas de êxitos e fracassos ¹¹. Se a produção acadêmica “resguarda” alguns pesquisadores com uma delimitação institucional com o objeto, em vários outros casos (dentro e fora das universidades) tal “acompanhamento” não se resume a uma “observação

oriundas da falta de financiamento e da crise econômica, eram atingidas também pela acusação de reformismo diante do desemprego, proveniente de outras organizações de esquerda”.

¹¹Tal como ocorre com as empresas capitalistas, sobretudo as de pequeno e médio porte, o número crescente de novas iniciativas tem em contrapartida determinado índice de mortalidade. Para se ter uma idéia, já que o índice de mortalidade não pôde ser precisado, em uma pesquisa realizada entre 1998 e 2000, de 18 empreendimentos que compunham a lista inicial, 3 encerram suas atividades neste curto período. Ver VIEITZ e DAL RI. **Trabalho associado: Cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

distante”, mas a um envolvimento de tipo militante. Essas produções, conforme diz Cattani (2003: 13),

(...) não são neutras, nem despojadas de valores, princípios, desejos e esperanças. Algumas elaborações são fruto da vivência, do envolvimento direto com a economia solidária; outras são formulações procedentes de exercícios analíticos do observador externo aos processos.

1.2.1 – Qual crise do trabalho?

A emergência dos empreendimentos autogestionários coincide com a crise e derrocada de dois projetos que, ao menos em seu nascedouro, pretendiam transformar as relações sociais capitalistas. O primeiro foi a social-democracia europeia e o fracasso da perspectiva de caminhar rumo ao socialismo por meio de reformas via Estado. O desmonte do *Welfare State* e, por fim, a adesão da social-democracia europeia às premissas do capital coroam esse ciclo. O segundo, a experiência soviética e seu colapso na última década do século XX. Apesar das contradições que limitavam substancialmente a experiência soviética, seu desmoronamento impôs um quadro defensivo às organizações de esquerda e à intelectualidade. De acordo com Fernandes (1997: 238), “O declínio do socialismo acarretou um empobrecimento geral do pensamento crítico”. Tais acontecimentos são determinantes em configurar, do ponto de vista ideológico, um contexto adverso a qualquer forma de organização econômica e social que não estivesse sob o comando do capital. Nesse contexto, de maneira muito imprecisa, proclama-se a morte do socialismo.

A “crise do marxismo”, sobre a qual nas últimas décadas muito se escreveu, na verdade denotava a crise e a quase completa desintegração dos movimentos políticos que outrora professavam sua lealdade à concepção marxiana de socialismo. O clamoroso fracasso histórico dos dois movimentos – a social-democracia e a tradição bolchevique metamorfoseada em stalinismo – permitiu uma avalanche de todos os gêneros de propaganda triunfalista para celebrar a morte da ideia socialista como tal (MÉSZÁROS, 2002: 43).

Esses acontecimentos e transformações de ordem política e ideológica tinham por substrato mudanças estruturais que ocorreram no âmbito da produção capitalista e que impactaram nas relações sociais de produção. A reestruturação da produção que se processou nas últimas décadas do século XX alterou a correlação de forças da luta de classes. O

incremento da automação e a introdução de novos modelos gerenciais minaram a força da luta operária. No Brasil isso ocorreu muito intensamente na década de 1990. Florestan Fernandes (1997: 253-254) assim discorre sobre esse dilema:

No presente, o capitalismo oligopolista vinculado à automatização e à administração informatizada aumentou, sob esse aspecto, o espaço da classe dominante e reduziu drasticamente a capacidade de iniciativa dos de baixo. (...) Até a noção de conflito é banida na esfera das relações entre capital e trabalho. Desvanece-se a falaciosa utopia da “democracia participativa”, juntamente com o maior valor cívico e jurídico-político da cidadania. As vítimas dessa reviravolta poderiam conferir a todo o processo um caráter transitório. Mas, para isso, precisariam ressuscitar o movimento social, a luta de classe e o socialismo em condições ultradesfavoráveis.

Nesse contexto, várias formulações consideraram (e muitas ainda consideram) que a categoria trabalho teria perdido relevância para análise social, pois entendem que o trabalho não detém a mesma força estruturadora na sociedade atual¹². Sob tal perspectiva, de acordo com Cattani (2003), ganham relevo formulações como “*sociedade da informação*”, ou do “*conhecimento*”, como nova categoria fundamental para a compreensão da sociedade capitalista; outras abordagens enfatizam a emergência de novos movimentos sociais, das ONG’s e da participação cidadã, relegando ao trabalho ínfima importância na organização social (CATTANI, 2003).

As críticas ao trabalho enquanto categoria abstrata, de acordo com Antunes (1995), desconsideram o duplo caráter do trabalho e as potencialidades de emancipação pelo trabalho. Ou seja:

Os críticos da sociedade do trabalho, com honrosas exceções, “constatam empiricamente” a perda de relevância do trabalho *abstrato* na sociedade moderna, convertida em sociedade “pós-industrial” e de “serviços” e, consequentemente, deduzem e generalizam, a partir daquela constatação, o “fim da utopia da sociedade do trabalho” em seu sentido amplo e genérico. Procuramos aqui indicar, no contraponto que estamos sugerindo, que estas formulações padecem de enormes limitações (que resultam em grande medida do abandono de categorias analíticas de origem marxista), de que é o maior exemplo a desconsideração da dupla dimensão presente no trabalho (enquanto *work* e *labour*, enquanto trabalho *concreto* e trabalho *abstrato*).

¹²A crítica à centralidade do trabalho na sociedade capitalista não se restringe ao período pós-guerra-fria. Habermas (1987: 105-106) já fazia a seguinte colocação: “(...) chegou ao fim uma determinada utopia que, no passado, cristalizou-se em torno de uma sociedade do trabalho. (...) A utopia de uma sociedade do trabalho perdeu sua força persuasiva – e isso não apenas porque as forças produtivas perderam sua inocência ou porque a abolição da propriedade privada dos meios de produção manifestamente não resulta por si só no governo autônomo dos trabalhadores. Acima de tudo, a utopia perdeu sua referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato.” Mas é nesse período, isto é, pós-guerra-fria, que tais críticas ganham uma dimensão nunca antes obtida. Embalada, obviamente, também pelo falecimento do *Estado de Bem-estar Social*.

(...) Embora *heterogeneizado, complexificado e fragmentado*, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam *centralmente* no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente *do* trabalho e *pelo* trabalho (ANTUNES, 1995: 85-86).

O expressivo trânsito da perspectiva de que a categoria trabalho tenha perdido relevância, bem como do esgotamento das energias transformadoras do movimento operário, demonstram o avanço ideológico do capital nos meios intelectuais, que, em sua lógica, estaria corroborado pelo fracasso daqueles dois acontecimentos históricos (*Welfare State* e União Soviética). Em que pese a adversidade do período recente para os trabalhadores, a intensificação da luta pela terra e o movimento de ocupação de fábricas pelos trabalhadores repõem o trabalho no cenário das perspectivas de transformação social.

1.2.2 – Potencialidades das cooperativas: uma questão controversa

Frente à diversidade, ambiguidades e contradições desses empreendimentos econômicos, é natural não haver consenso quanto à caracterização do conjunto dessas experiências. Se um procedimento básico para conhecer um fenômeno é nomeá-lo, neste caso, mesmo quanto ao termo, não se chegou a uma denominação comum a ser utilizada para designá-los. A própria expressão “cooperativismo” parece ter perdido, em parte, o poder explicativo de outrora¹³. Fatos que expressam uma multiplicidade de perspectivas que, logicamente, por sua vez, envolvem determinadas afiliações teóricas e políticas. Conforme lembra Tiriba (2001: 104):

É importante enfatizar que, sob a mesma denominação de economia popular ou economia solidária, diferentes enfoques e propostas têm sido sugeridos por analistas de diversas correntes do pensamento, desde experiências cristãs até de instituições não-governamentais e governamentais.

¹³Com a introdução ou tolerância do assalariamento em certo número de cooperativas houve uma clivagem, que, em parte, ajuda a explicar a “imprecisão” do termo. Daí se desenvolveu um modelo que culminaria na perspectiva de que uma cooperativa é, de modo geral, uma empresa que se distingue basicamente das outras empresas capitalistas por sua personalidade jurídica e que para sobreviver num mercado competitivo tem de implementar os mesmos procedimentos de gestão e estratégias empresariais. A consideração que faz Rios (1998: 39), sob o prisma de tal perspectiva, é exemplar: “Não dá mais para se brincar de *faz de conta*. As cooperativas, como empresas modernas, precisam ser dirigidas com profissionalismo, até porque no mercado vão enfrentar *feras* especializadas no jogo da competitividade. (...) Eis por que existem então EMPRESAS de várias naturezas, com finalidade lucrativa e *sem finalidade lucrativa*, isto do ponto de vista fiscal, porque para sobreviver e crescer toda e qualquer empresa precisa obter RESULTADOS (*e lucro é parte do resultado*)”. Nossa pesquisa não se interessa por esse tipo de cooperativa.

Termos como “socioeconomia solidária”, “economia popular”, “economia de comunhão”¹⁴, são alguns dentre outros que poderíamos elencar. Dentre eles “economia solidária” surge atualmente com maior frequência na literatura para designar o conjunto dessas experiências. Entretanto, designar essas experiências em seu conjunto é sempre problemático por tratar-se de um fenômeno de características múltiplas e heterogêneas, surgindo em setores econômicos distintos (agricultura, indústria de transformação e serviços), organizando-se sob diversas formas institucionais e presentes em todas as regiões do Brasil.

Na paisagem social dos últimos anos, é visível a presença crescente de grupos informais, associações e empresas de trabalhadores, organizadas em bases cooperativas e em regime de autogestão. Embora sua forma mais comum sejam as cooperativas (de produção, prestação de serviços, comercialização ou crédito), tais princípios têm sido observados em distintas organizações econômicas, num verdadeiro poliformismo institucional, de empreendimentos situados em diferentes setores produtivos – da produção familiar à indústria de transformação – envolvendo diversas categorias de trabalhadores (GAIGER, 2003: 181).

Vejamos os dados referentes ao ano de 2007 levantados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES sobre os empreendimentos autogestionários no Brasil:

Tabela 1 – Quantidade de empreendimento por região, em 2007.

REGIÃO	QUANTIDADE
Região Norte	2656
Região Nordeste	9498
Região Sudeste	3912
Região Sul	3583
Região Centro-Oeste	2210
TOTAL	21859

Fonte: SENAES/MTE.

Disponível em <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/tabcgi.exe?QtdEES.def>

Acesso em: 18/09/2008 às 16h05min.

¹⁴Essas designações se encontram desenvolvidas em: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

Tabela 2 – Diversidade de atividades econômicas, em 2007.

POSICÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL
1ª	ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM A AGRICULTURA	3.066
2ª	CULTIVO DE OUTROS PRODUTOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA	1.722
3ª	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS A PARTIR DE TECIDOS – EXCETO VESTUÁRIO	1.401
4ª	CULTIVO DE CEREAIS PARA GRÃOS	1.253
5ª	CULTIVO DE HORTALIÇAS, LEGUMES E OUTROS PRODUTOS DA HORTICULTURA	907
6ª	CRIAÇÃO DE OUTROS ANIMAIS	853
7ª	PRODUÇÃO MISTA: LAVOURA E PECUÁRIA	830
8ª	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE MADEIRA, PALHA, CORTIÇA E MATERIAL TRANÇADO - EXCETO MÓVEIS	710
9ª	FABRICAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA E DERIVADOS	686
10ª	CONFECCAO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO - EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS, BLUSAS, CAMISAS E SEMELHANTES	622
11ª	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	583
12ª	CULTIVO DE OUTROS PRODUTOS DE LAVOURA PERMANENTE	531
13ª	RECICLAGEM DE SUCATAS NÃO-METÁLICAS	520
14ª	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA, CONFEITARIA E PASTELARIA	512
15ª	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTEFATOS TÊXTEIS, INCLUINDO TECELAGEM	489
16ª	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	464
17ª	ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM A PECUÁRIA – EXCETO ATIVIDADES VETERINÁRIAS	431
18ª	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE E DE PRODUTOS DO FUMO	429
19ª	CRIAÇÃO DE BOVINOS	424
20ª	PESCA E SERVIÇOS RELACIONADOS	380
21ª	FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO	360
22ª	PREPARAÇÃO DO LEITE	332
23ª	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CORDOARIA	302
24ª	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE TECIDO DE USO DOMÉSTICO, INCLUINDO TECELAGEM	284
25ª	CRIAÇÃO DE AVES	275

Fonte: SENAES/MTE.

Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoNacional.asp?Numero=>
 Acesso em: 18/09/2008 às 16h37min.

Observação: A pesquisa apresenta as 50 atividades mais citadas. Apresentamos aqui somente as 25 primeiras.

Tabela 3 – Forma de organização, em 2007

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	QUANTIDADE
Grupo informal	7.978
Associação	11.326
Cooperativa	2.115
Sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada	54
Sociedade mercantil em nome coletivo	56
Sociedade mercantil de capital e indústria	192
Outra	138
TOTAL	21.859

Fonte: SENAES/MTE.

Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoNacional.asp?Numero=>
 Acesso em: 18/09/2008 às 16h37min.

Os empreendimentos têm origens distintas e se constituem em vários ramos econômicos e formas institucionais. Podem nascer de situações em que há apropriação dos meios de produção, como no caso de empresas falimentares tomadas por seus trabalhadores, a situações que surgem fundamentalmente por estímulos de instituições externas, ou ainda, experimentos que demonstram uma extraordinária capacidade de resistência e aqueles que têm vida curta. As contradições em sua realização prática acentuam a característica heterogênea dessas alternativas, que, por sua vez, favorece mais imprecisões tanto nas representações como na experiência concreta.

No Brasil atual, dentre as principais reflexões sobre o cooperativismo, está a de Paul Singer. O autor usa o termo “economia solidária” para designar os experimentos cooperativos que buscam ser alternativos às empresas capitalistas. Assim Singer conceitua economia solidária:

Economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER, 2003b: 116).

Para este autor, a produção, o intercâmbio e o consumo solidários configuram, ainda que sob o modo de produção capitalista, um específico modo de produção que surge como alternativo ao capitalista (SINGER, 2003a: 13). Dessa forma, a coexistência de modos de produção distintos se configura como importante elemento de sua perspectiva.

O sistema capitalista engloba diversos modos de produção além do capitalista. Nele atuam, lado a lado, trabalhadores por conta própria que formam a produção simples de mercadorias, empresas públicas e privadas sem fins de lucro, produção para a autossubsistência nos lares e cooperativas autogestionárias, que constituem um embrião ou “implante” socialista (SINGER e MACHADO, 2000: 47).

Como um modo de produção paralelo, a economia solidária está limitada, condicionada ou submetida à estrutura hegemônica capitalista. Não obstante, de acordo com Singer, o modo de produção capitalista não deveria ser desautorizado de existir, aliás, à exceção da servidão e escravidão, nenhum modo de produção deveria ser proibido e no

socialismo isso não deveria ser diferente (SINGER e MACHADO, 2000). A economia solidária, em sua visão, tem de provar sua superioridade em confronto direto com o capital e, nesse sentido, enquanto modo de produção periférico tem que enfrentar a concorrência do modo de produção capitalista:

Provavelmente sofrerá (por quanto tempo ninguém sabe) a concorrência de outros modos de produção. Ela estará permanentemente desafiada a demonstrar sua superioridade em termos de autorrealização dos produtores e satisfação dos consumidores. O que talvez leve à conclusão de que a luta pelo socialismo nunca cessa. Se este for o preço que os socialistas terão de pagar para ser democratas, ousar sugerir que não é demasiado (SINGER e MACHADO, 2000: 48).

Se para boa parte das interpretações que privilegiam os aspectos positivos dessas experiências, mesmo em seus diversos contornos e assimetrias, o pressuposto geral é que elas apresentam a potencialidade para constituição de um modelo distinto da empresa capitalista, perspectivas como a de Leão (2003), mesmo reconhecendo os resultados imediatamente positivos e as possibilidades inovadoras que dali emergem, posicionam-se de forma mais cautelosa:

O capitalismo apresenta uma capacidade incrível de destruir antigas e absorver novas formas de produção. As cooperativas e empreendimentos autogestionários parecem estar no limiar entre a ruptura e a conformação. Vistas de perto, tais experiências apresentam grandes possibilidades de se tornarem elementos de construção de uma nova sociedade. No entanto, no plano macrossocial, muitas se isolam em guetos, com dificuldades de se reproduzirem até mesmo para as futuras gerações de cooperados. Outras, com a expansão econômica e territorial, transformam-se numa típica empresa capitalista. Mantendo uma relação desigual e competitiva com outras cooperativas (LEÃO, 2003: 23).

Na mesma linha alerta Cattani:

(...) o fato das cooperativas e das empresas autogestionárias não constituírem um universo apartado da economia capitalista pode levar à internalização dos mesmos princípios concorrenciais, à intensificação do trabalho executado sob regras hierárquicas e autoritárias, enfim, à autoexploração (CATTANI, 2003: 12).

Um posicionamento mais cético remete a pensar que, se passados dois séculos (referindo-se às primeiras cooperativas operárias do século XIX), tal experimento de alternativa à exploração capitalista não obteve êxito, o que faz acreditar que seu

ressurgimento no final do século passado estaria por constituir-se em oposição aos preceitos da lógica do capital? “(...) as novas ideias se afirmam negando as anteriores, que são condenadas ao esquecimento. Tempos depois, quando as novas idéias já se tornaram velhas, as anteriores são reinventadas” (TEIXEIRA, 2002: 10).

Com base em outras perspectivas que focalizam os aspectos problemáticos, pode-se argumentar, inclusive, pela absorção das experiências autogestionárias pelo sistema capitalista. Nesse sentido, mesmo que em referência ao contexto europeu – ao desmonte do *Estado de Bem-estar Social* –, Antunes (1999) apresenta um discernimento importante dentro do quadro de referências aqui levantado. Mesmo não figurando entre os críticos do cooperativismo, sua observação sugere a possibilidade de, inclusive, a economia solidária ser funcional à reprodução do capital.

Desmontando-se o Welfare State, naquele escasso número de países onde ele existiu, essas associações ou empresas solidárias preenchem em alguma medida aquelas lacunas. Agora, atribuir a elas a possibilidade de, em se expandindo, *substituir, alterar e, no limite transformar* o sistema global de capital parece-nos um equívoco enorme. (...) quando concebidas como um momento efetivo de *transformação social em profundidade*, elas acabam por converter-se em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, “substituir” as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo *assimiláveis* pelo capital. E na sua versão mais branda e adequada à Ordem pretendem em realidade *evitar* as transformações capazes de *eliminar* o capital (ANTUNES, 1999: 113-114).

Germer (2007) critica a concepção de “economia solidária”. Considera que ela confere às iniciativas emergenciais um papel que não podem desempenhar, isto é, ser uma alternativa efetiva ao modo de produção capitalista. Ao proceder dessa maneira, os teóricos da economia solidária (em especial Paul Singer) ignoram a crítica marxista ao suposto caráter revolucionário do cooperativismo.

Seria um equívoco deduzir o suposto caráter revolucionário destas cooperativas do fato de uma parte delas ser constituída em fábricas ocupadas pelos trabalhadores. Apesar de importantes, estes processos consistiam antes em reações defensivas de trabalhadores em situações críticas do que em desdobramentos de projetos conscientes de socialização de meios de produção (GERMER, 2007: 56).

Este autor argumenta que após a consolidação do socialismo moderno, isto é, da ligação entre as lutas operárias e a ciência histórica, as propostas cooperativistas, que do ponto de vista teórico correspondem ao período histórico pré 1848, não representam mais que

um empecilho diante da luta pelo controle do Estado. As cooperativas, segundo esse autor, desviam a atenção dos trabalhadores da arena principal, da luta pelo poder político concentrado no Estado, e seu ressurgimento na atualidade retrata o período de baixa do socialismo revolucionário.

Em contraste com isto [com a luta pelo poder político] o cooperativismo, núcleo estratégico do projeto de ‘economia solidária’, segundo Singer, a despeito de sua relevância como sintoma do nascimento do embrião da nova sociedade, em nenhum momento foi capaz de catalizar um processo significativo de mudança social dirigido pela classe trabalhadora. Ao contrário de representar a continuidade de um processo crescente de lutas dos trabalhadores (...), a tentativa de restabelecer o cooperativismo como centro da luta dos trabalhadores pelo socialismo, nos dias de hoje, constitui um retrocesso às limitadas ações anticapitalistas dos trabalhadores na sua infância como classe social. Acima de tudo induz a classe trabalhadora a lutar por soluções fantasiosas, conduzindo a uma forma de luta que uma longa história revelou ineficaz. O surto de propostas utópicas nos moldes da ‘economia solidária’, assim como a proliferação de seitas salvacionistas, reflete o momento de crise e desesperança pelo qual passa a classe trabalhadora mundial atualmente, e neste sentido repete o ocorrido em todos os períodos de crise prolongada do capitalismo, caracterizados por grande desemprego e desespero dos trabalhadores, cuja capacidade de resistência nestes momentos é significativamente diminuída, proporcionando terreno fértil para a difusão de soluções milagrosas e oportunistas. O momento atual é ainda mais dramático devido à inferioridade momentânea do socialismo revolucionário, decorrente do fim da primeira fase histórica das lutas do proletariado pelo socialismo, iniciada em 1848 e concluída dramaticamente com a derrota, por fatores internos e externos, do socialismo soviético (GERMER, 2007: 59-60).

Referindo-se a Marx, Germer também critica a formulação a respeito da coexistência de modos de produção.

Ao contrário de Singer, [Marx] não as erige [as cooperativas] em representantes imediatos de um novo modo de produção, uma vez que não concebe este como um corpo estranho que se expande gradualmente ao lado do modo de produção dominante, como parece ocorrer na confusa exposição de Singer. O novo modo de produção se manifesta na própria estrutura do modo de produção vigente, na forma de mudanças qualitativas em aspectos essenciais deste, transfigurando-o crescentemente, até o momento da ruptura. Não há dois corpos sociais lado a lado, mas um mesmo corpo social em processo de transfiguração, que não é mais inteiramente o antigo, mas ainda não é o novo (GERMER, 2007: 67).

O esboço do painel acima mostra que as perspectivas no contexto brasileiro, cada qual a sua maneira, empenham esforços em diagnosticar as potencialidades das experiências cooperativas autogestionárias, variando de posicionamentos otimistas a pesadas críticas. As

perspectivas situam as cooperativas no sistema econômico capitalista, podendo variar, conforme uma ou outra orientação: (i) da possibilidade da coexistência de modos de produção, conforme sugerido por Singer, à (ii) necessidade preliminar de conquista do poder de Estado, sob pena de o cooperativismo se constituir, inclusive, em empecilho à transformação mais radical da sociedade, como vimos com Germer.

No entanto, o quadro teórico não se resume a posicionamentos favoráveis e contrários. Observa-se que, a respeito do ressurgimento dos experimentos econômicos baseados na autogestão, quase todas as interpretações (favoráveis e contrárias) remetem aos socialistas utópicos – em especial aos seus notórios expoentes: Saint-Simon, Fourier e Owen – e de Proudhon.

Na primeira metade do século XIX, as primeiras manifestações contra o capitalismo são acompanhadas por reflexões de diversas orientações teóricas e políticas. Nesse contexto, Owen, Fourier e Saint-Simon se destacam. Assim, Singer (2002: 38) resume a importância desses pensadores: “O cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro”. Mais adiante, reafirma essa mesma posição, incluindo na sua lista Proudhon: “A economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores ‘utópicos’ da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento” (SINGER, 2003a: 13). Proudhon, com suas ideias sobre o mutualismo, também retorna à cena fornecendo suporte teórico para os atuais empreendimentos cooperativos autogestionários.

Suas ideias sobre o Estado, no entanto, particularmente as formulações sobre sua transformação em uma federação de grupos, ainda hoje influenciam os movimentos federativistas, bem como sua defesa do mutualismo fornece subsídios para o associativismo e o cooperativismo que recorrentemente ressurgem entre os defensores da justiça social (TEIXEIRA, 2002: 41).

A presença das concepções e propostas dos socialistas utópicos e de Proudhon na atualidade não se restringe a uma importância de caráter meramente arqueológico, na verdade, expressa a preferência por determinada afiliação teórica. Veja-se a tipificação do que seria o modelo ideal, isto é, o “mais desejável”, de cooperativas e empreendimentos derivados de massas falidas ou em estado pré-falimentar apresentada pela SENAES:

A empresa autogestionária dos trabalhadores seria o tipo ideal desejado, o modelo utópico, aquele que concentra todas as virtuosidades da autogestão no plano da produção material das condições de existência. Na qualidade de tipo ideal, não existe na realidade, pelo menos enquanto estivermos em meio capitalista, mas é possível defini-la idealmente pelas características extraídas das próprias experiências existentes, da literatura sobre o assunto e dos casos históricos em que a autogestão foi lançada para além dos limites até então conhecidos. A empresa autogestionária é a que vai além dos padrões cooperativistas e busca modificações profundas na empresa e fora dela. É o tipo em que a autogestão é incorporada como princípio estruturante das ações e relações no processo de trabalho e na gestão da empresa. Há mais chances destes casos ocorrerem quando os empreendimentos são menores e mais homogêneos. A separação entre dirigentes e dirigidos é abalada, senão destruída, e os dirigentes são eleitos para mandatos definidos podendo ser destituídos a qualquer momento (BRASIL, 2005: 72).

Dentre as críticas dirigidas às cooperativas autogestionárias, várias emanam de autores que empregam o arsenal teórico marxista (Germer, por exemplo), contestando, fundamentalmente, o potencial revolucionário dessas experiências. Posto dessa forma, o quadro teórico, em certa medida, parece reeditar os debates entre o socialismo utópico e o socialismo científico, e entre Proudhon e Marx, e precisamente por isso, o capítulo seguinte revisitará esses mesmos debates como primeira etapa da abordagem do cooperativismo em Marx.

CAPÍTULO II – O ADVENTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA E SUAS CONTESTAÇÕES

2.1 – A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES E OS PLANOS DE REFORMA SOCIAL

O período de 1789 a 1848 foi de enorme transformação social, com resultados que não se limitaram a uma região específica do globo terrestre, mas que transformaram o mundo. Duas erupções inauguram esse período: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Se esta última tem evento e data bem definidos para caracterizá-la - a Queda da Bastilha, em 1789 –, a primeira tem somente local de ponto de partida – a Grã-Bretanha –, no entanto, a demarcação de seu nascimento pode ser assim estabelecida:

(...) a revolução [Industrial] mesma, o “ponto de partida”, pode provavelmente ser situada, com a precisão possível em tais assuntos, em certa altura dentro dos 20 anos que vão de 1780 a 1800: contemporânea da Revolução Francesa, embora um pouco anterior a ela (HOBBSAWM, 2000: 45).

Tal era de revoluções, que deixou como saldo, em 1848, a derrota definitiva da aristocracia feudal na Europa Ocidental, segundo Hobsbawm (2000: 17), consistiu no “(...) triunfo não da ‘indústria’ como tal, mas da indústria *capitalista*; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da *classe média* ou da sociedade ‘burguesa’ liberal (...)”. A produção industrial atingiu cifras sem paralelo na história, as grandes cidades se multiplicaram, a ciência se desenvolveu vigorosamente, bem como as inovações tecnológicas. Todas essas forças colocadas em movimento possibilitaram a produção de riquezas nunca antes vistas. Da mesma forma como nunca se viu tanta produção, também nunca se viu tanta riqueza acumulada em apenas um dos polos da sociedade, na classe burguesa, contrastando com tanta exploração e miséria do outro polo, o dos trabalhadores.

Por outro lado, havia muito mais pobres que, diante da catástrofe social que não conseguiam compreender, empobrecidos, explorados, jogados em cortiços onde se misturavam o frio e a imundice, ou nos extensos complexos de aldeias industriais de pequena escala, mergulhavam na total desmoralização. (...) A bebida não era o único sinal desta desmoralização. O infanticídio, a prostituição, o suicídio e a demência têm sido relacionados com este cataclismo econômico e social, graças em grande parte ao trabalho

pioneiro na época daquilo que hoje em dia seria chamado de medicina social (HOBBSAWM, 2000: 223-225).

A exploração a que os operários foram submetidos após o advento da indústria moderna não ocorreu sem resistência, embora esta tenha se manifestado no início do século XIX de forma pouco precisa do ponto de vista da luta de classes. Conforme Marx (2001a: 109), “(...) antes de ser sentida pelos dois lados, entendida, apreciada, compreendida, confessada e proclamada em voz alta, apenas se manifesta inicialmente por conflitos parciais e momentâneos, por fatos subversivos”. Nesse contexto de resistência e antagonismos ainda não explícitos plenamente, vão-se delineando as contestações às relações de trabalho capitalistas, inicialmente com os “construtores” de sistemas sociais, os socialistas utópicos. No decurso do tempo, os contornos da luta de classes vão ficando mais precisos e propostas alternativas, como as de Proudhon, já são apresentadas não mais ao juízo da razão, mas aos operários.

Dois franceses, Saint-Simon e Fourier, e um inglês, Robert Owen, são conhecidos por uma vasta literatura como “socialistas utópicos”. O adjetivo lhes foi consagrado por Engels num artigo¹⁵ em que critica suas propostas de solução aos problemas sociais e distingue o socialismo desses três autores do socialismo chamado por ele de científico. A palavra utopia remete-nos ao famoso livro de Thomas Morus – *A Utopia* (1516) – e daí por diante, conforme Teixeira (2002: 27-28), “(...) a palavra passou a designar projetos sociais, concebidos de forma quimérica, sem atenção aos aspectos políticos, práticos e concretos, de sua construção (...)”. A palavra socialismo surgiu na década de 30 do século XIX com significado pouco preciso e, em seus traços gerais, se contraporia ao individualismo (TEIXEIRA, 2002). No entanto, em outros setores, sobretudo nos círculos comunistas, durante a primeira metade do século XIX, era considerada uma doutrina burguesa, a qual só passou a ser identificada com o movimento operário na segunda metade daquele mesmo século. Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, mencionavam diversas literaturas que correspondem a específicas formas de socialismo. Entre seus autores, Saint-Simon, Fourier, Owen, Proudhon e outros, cujas propostas muito se distanciavam da perspectiva que se assenta na emancipação como obra da classe trabalhadora. Esta se denominava “comunismo”. Engels, em 1888, no prefácio à edição inglesa do *Manifesto*, explica a opção pelo termo comunismo naquele momento:

¹⁵Ver ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico** In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas, vol 2. Rio de Janeiro: Vitória, 1961b.

No entanto, quando surgiu não poderíamos chamá-lo um manifesto *socialista*. Em 1847, consideravam-se socialistas dois tipos diversos de pessoas. De um lado, havia os aspectos dos vários sistemas utópicos, principalmente os owenistas, na Inglaterra, e os fourieristas, na França, ambos já reduzidos a meras seitas agonizantes. De outro, os vários gêneros de curandeiros sociais, que queriam eliminar, por meio de suas várias panacéias e com todas as espécies de cataplasma, as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro (ENGELS, 1998: 77).

Se nos primeiros anos do século XIX havia esperança generalizada com o progresso científico, de outro lado, a indústria moderna vai passando a ser vista como geradora das mais brutais desigualdades sociais. Nesse contexto, diversos autores foram percebendo tal contradição e, dentre esses, muitos se imbuíram de apresentar o caminho a ser tomado para superar o contraste entre progresso técnico e regresso social.

No princípio do século [XIX] explodem violentas crises, e aqueles primeiros movimentos operários têm sua origem imediata e direta no desemprego agudo. A ilusão da ordem natural é posta às avessas! A riqueza gerou a miséria! A grande indústria, alterando todas as relações de vida, aumentou os vícios, as doenças, a sujeição: ela é, em suma, causa de degeneração! O progresso gerou o regresso! Como fazer para que o progresso não gere outra coisa que o progresso; isto é, prosperidade, saúde, segurança, educação e desenvolvimento intelectual igualmente a todos? Nesta questão está todo o Owen; que guarda em comum com Fourier e Saint-Simon este traço: o de não se valer de agora em diante da abnegação ou da religião, e de querer resolver e superar os antagonismos sociais, sem diminuir a energia técnica e industrial do homem, mas antes incrementando-a (LABRIOLA, 1998: 128-129).

Os três autores propunham guiar a sociedade a uma nova ordem de vida, reformando o capitalismo. Foram contemporâneos de um importante período caracterizado pela consolidação do domínio econômico e político da burguesia na Inglaterra e França. Robert Owen assumiu a direção da fábrica de fios de algodão, a New Lanark, em 1º de janeiro de 1800; as *Cartas de um habitante de Genebra a seus contemporâneos*, de Saint-Simon, foram publicadas em 1803; e, em 1807, Fourier publicou *A teoria dos quatro movimentos*, seu primeiro livro. Claude Henri de Rouvroy, Conde Saint-Simon e François-Charles Fourier presenciaram a “Queda da Bastilha” e seus desfechos políticos seguintes que, independentemente de regime político e forma de governo, deixaram como resultado a consolidação do domínio burguês. Robert Owen testemunhou a transformação da Inglaterra na primeira nação industrial do mundo, na acepção que hoje atribuímos ao termo, e, junto com ela, a emergência dos operários enquanto classe no cenário político.

A obra dos chamados socialistas utópicos é contemporânea às primeiras contestações do movimento operário moderno. Suas teorias e as experiências que inspiraram, apesar de não obterem êxito e serem rigorosamente criticadas por seu caráter quimérico, de alguma forma hoje se fazem presentes nas questões que envolvem as alternativas autogestionárias. Saint-Simon e Fourier têm importância por servirem de fonte de inspiração para o movimento cooperativista. Owen, além de produzir no campo teórico, tem também contribuição prática tanto na implantação de seus próprios projetos quanto na organização da classe trabalhadora (sobretudo após sua fracassada experiência nos Estados Unidos¹⁶).

2.1.1 – Saint-Simon (1760-1825): a fé na ciência

Saint-Simon, durante sua vida, dedicou-se à confecção de projetos e publicações com as quais procurou ganhar apoio na sociedade. Em seu primeiro trabalho publicado, *Cartas de um habitante de Genebra a seus contemporâneos*, de 1803, Saint-Simon expõe, na forma de um sonho que tivera, sua proposta para a felicidade humana: fazer chefes os homens de gênio, os que “(...) trabalham pelo progresso das luzes (...)” (SAINT-SIMON, 2002: 52). Tais homens serão os vinte e um eleitos pela humanidade, que comporão o Conselho de Newton¹⁷. Para Saint-Simon, a direção espiritual da sociedade deveria estar nas mãos dos cientistas, os quais tomariam o lugar que a Igreja Católica Romana ocupou a partir do período medieval. Tal intento explicita-se nas palavras que este pensador escutou naquele mesmo sonho:

Roma renunciará à pretensão de ser sede de minha Igreja (...) esqueceram de prevenir os ministros de meu altar que eu lhes retiraria o poder de falar em meu nome quando deixassem de ser mais sábios que o rebanho que conduziam e quando fossem dominados pelo poder temporal. Saibam que coloquei Newton a meu lado, que lhe confiei a direção da luz e o comando dos habitantes de todos os planetas (SAINT-SIMON, 2002: 52-53).

Se na ordem espiritual os cientistas deveriam substituir os clérigos, na ordem temporal a indústria substituiria a guerra. Com efeito, a direção da sociedade estaria sob o comando

¹⁶Owen propõe ao governo britânico, como medida para combater a miséria, implantar um sistema de colônias que produzisse para a própria subsistência. Com a negativa do governo, Owen parte para os Estados Unidos em 1824 para implantar o que seria um modelo de sociedade do futuro. Adquire terras nesse País e funda a colônia New Harmony. A experiência fracassou, consumindo toda sua riqueza e, em 1829, Owen retornou à Inglaterra, dedicando ainda trinta anos de atuação junto à classe operária (ENGELS, 1961b: 314 e TEIXEIRA, 2002: 98).

¹⁷O Conselho será formado por três matemáticos, três físicos, três químicos, três fisiologistas, três literatos, três pintores, três músicos. O matemático mais votado será o presidente e as mulheres poderão ser eleitas (SAINT-SIMON, 2002).

conjunto do conhecimento e da produção, da ciência e da indústria. Para Saint-Simon, não haveria qualquer necessidade da existência de “ociosos”, ou seja, os antigos e novos privilegiados que vivem sem contribuir com a produção e comércio (militares, clero, nobreza, aristocracia feudal, entre outros). Em seu escrito *Parábola*, de 1819, ele faz a seguinte provocação: Se a França perdesse ao todo três mil de seus melhores cientistas, artistas e os artesãos, “(...) cairia, *ipso facto*, num estado de inferioridade em relação às nações que com ela rivalizam e das quais seria uma simples subalterna enquanto não tivesse conseguido reparar a perda sofrida” (SAINT-SIMON, 1980: 36); agora, se a França perdesse todos os ocupantes de cargos públicos dos altos escalões da Coroa e do Estado e mais os dez mil proprietários mais ricos, que vivem à semelhança dos nobres, “(...) seria apenas motivo para uma dor puramente sentimental, porque isso não acarretaria nenhum prejuízo político para o mesmo Estado” (SAINT-SIMON, 1980: 36). Para Saint-Simon, a classe dos produtores reúne não só os homens envolvidos diretamente na produção dos bens materiais e no comércio (trabalhadores assalariados, industriais e comerciantes), mas também camponeses, artesãos e banqueiros (ENGELS, 1961b).

Saint-Simon argumenta por um lado pela inutilidade e peso que os “ociosos” e seu modo de vida representam para a sociedade; por outro, expressa preocupação com a massa de despossuídos: “Vede – grita-lhes – o que se passou na França quando vossos camaradas subiram ao poder: provocaram a fome¹⁸” (SAINT-SIMON *apud* ENGELS, 1961b: 310). Entenda-se por despossuídos aquela parcela dos trabalhadores (agricultores, artesãos e operários) que não dispõe ou dispõe de escassos recursos necessários à manutenção de sua sobrevivência, em geral aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho e não dispõem de instrumentos de trabalho. Saint-Simon (2002: 55) afirma que “Todos os homens trabalharão”, quer dizer, em seu projeto todos os homens deverão exercer alguma atividade útil à sociedade. Cabe ressaltar que, apesar dos industriais e operários pertencerem à classe dos produtivos, isso não corresponde a uma relação de igualdade, pois “(...) o homem deveria ser classificado conforme sua capacidade e retribuído segundo suas obras” (TEIXEIRA, 2002: 47-48). Decorre disso uma classificação quanto à importância e qualidade da atividade dentre os diversos ofícios que resulta numa hierarquia baseada no conhecimento técnico. Entre os “produtores”, os banqueiros assumem papel privilegiado. Seriam eles que organizariam o

¹⁸Saint-Simon refere-se ao período de ascensão dos jacobinos ao governo francês, cuja maior expressão foi Robespierre. Verifica-se que Saint-Simon tem aversão aos processos revolucionários, sobretudo pela influência deixada pelo derramamento de sangue da Revolução Francesa e pelo governo jacobino. Conforme Engels (1961b: 310), “(...) para Saint-Simon, as experiências da época do terror haviam demonstrado, por sua vez, que os descamisados possuíam tampouco essa capacidade” [de governar].

crédito em geral para a produção. Por seu papel a desempenhar na sociedade, os banqueiros, fabricantes e comerciantes transformar-se-iam em um tipo de “(...) funcionários públicos, de homens de confiança de toda a sociedade” (ENGELS, 1961b: 310). Apesar do modelo hierárquico baseado no conhecimento técnico, seu projeto busca garantir que os indivíduos alcancem uma posição social proporcional às suas aptidões.

Saint-Simon percebe os dilemas sociais adjacentes à industrialização e relaciona-os com a erosão que o desenvolvimento da ciência impõe à estabilidade da idade média cristã. Para superar a crise e configurar uma nova estabilidade e ordenamento social seria necessária uma nova ordem espiritual, empreitada que caberia à ciência moderna e não mais à tradição ou crenças cristãs. Saint-Simon advoga pela superação do estágio de infortúnio sem recorrer à tradição, mas indo adiante, na esteira do progresso da ciência. Os males sociais que emergem com o capitalismo e sua persistência, em sua perspectiva, teriam como raiz a desagregação da autoridade espiritual da Idade Média e a (ainda) não concluída transferência do poder espiritual dos sacerdotes para os homens da ciência. Tal perspectiva orienta seu projeto de sociedade, quer dizer, a edificação da sociedade perfeita dependeria fundamentalmente do repouso do poder espiritual nas mãos dos cientistas. Pode-se dizer que, de acordo com seu projeto, a grande maioria dos problemas da humanidade seria resolvida sem qualquer tipo de revolução, mas com um governo de administradores técnicos e a execução dos trabalhos produtivos por homens capazes, condição que só poderia ser assegurada pelo progresso da ciência e sob a sua presidência. Segundo Hunt e Sherman (1986: 85), Saint Simon sugeria “(...) que o governo interviesse na esfera da produção, da distribuição e do comércio, visando a promover o bem-estar das massas. Admitia a propriedade privada e seus privilégios, contanto que fossem usadas no interesse das massas”.

Saint-Simon não dava muita importância ao regime político, não fazia muita diferença se monarquia ou república, o que de fato importava era sua administração técnica. A ação política deveria ser exercida em favor do desenvolvimento da vida e do bem-estar. Nesse sentido declara que: “A política, portanto, é a ciência da produção, isto é, a ciência que tem por objetivo a ordem das coisas mais favorável a todos os tipos de produção” (SAINT-SIMON *apud* REALI e ANTISERI, 1991: 177). Ele não chegou a propor a superação do capitalismo, seus ideais explicitam um caráter reformador no sentido de melhorar as condições dos mais necessitados.

(...) devem organizar a própria sociedade de modo que possa ser mais vantajoso para o maior número de pessoas; em todos os trabalhos, em todas

as ações, os homens devem se propor o objetivo de melhorar o mais rapidamente e o mais completamente possível a existência moral e física da classe mais numerosa. Eu digo – proclama Saint-Simon – que é nisso e somente nisso que consiste a parte divina da religião cristã (SAINT-SIMON *apud* REALI e ANTISERI, 1991: 177-178).

Saint-Simon morreu em 1825, deixando relevante influência para as ciências sociais, percebidas principalmente em Auguste Comte (1798-1857). Seus ideais reformadores foram absorvidos por várias pessoas, dentre as quais destacamos Louis Blanc¹⁹ (1811-1882). Com seu projeto de “fábricas sociais”, pode-se dizer que Blanc conferiu um caráter operacional ao ideal *saint-simoniano*. Blanc, em sua obra *A organização do trabalho*, publicada em 1839, advogou em favor da reforma das condições de trabalho dos operários franceses. Para tanto, condenou a livre concorrência capitalista como a causadora dos grandes males que assolavam todo o povo. Para ele, os interesses dos proletários eram os interesses gerais da sociedade, e para libertar esses trabalhadores faltavam-lhes os instrumentos de trabalho, que deveriam ser fornecidos pelo Estado. Sua proposta consistia em o Estado fundar fábricas sociais em todos os ramos da economia: “O governo levantaria um empréstimo, cujo montante seria destinado à criação de fábricas sociais nos ramos mais importantes da indústria nacional” (BLANC, 2002: 219). Inicialmente elas atuariam como reguladoras do mercado e, mais tarde, absorveriam os demais empreendimentos privados. Todos os operários que apresentassem provas de moralidade seriam convocados para nelas trabalhar. Os capitalistas poderiam participar adiantando capital ao empreendimento, pelo qual receberiam juros. Eles também poderiam participar como trabalhadores. A princípio, a hierarquia funcional das fábricas sociais seria estabelecida pelo Estado, mas após um ano, por meio de eleições entre seus associados. Para Blanc (2002: 221), a supressão da concorrência ocorreria porque, além dos benefícios garantidos pelo Estado, as fábricas sociais possuem uma “(...) vantagem que resulta das economias da vida em comum e de um modo de organização em que todos os trabalhadores, sem exceção, estariam interessados em produzir rápido e bem”, ou seja, essa seria a vantagem auferida pela livre cooperação dos trabalhadores.

O Estado, para Blanc, decidiria como e onde implantar as fábricas sociais, cujo êxito dependeria de alto grau de conhecimento socioeconômico, aliás, dote compatível com o “Conselho de Newton”. Em face ao modo de produção capitalista, o projeto de Blanc seria uma criação do Estado com o objetivo de substituir as empresas capitalistas integralmente.

¹⁹Em comparação a Auguste Blanqui (1805-1881), de acordo com Reali e Antiseri (1991: 178), enquanto “Blanqui confiava na luta armada, Blanc na ação do Estado. E, se as origens do primeiro podem ser buscadas em Babeuf, as de Blanc certamente são encontradas em Saint-Simon”.

Assim, preliminarmente, seu projeto dependeria fundamentalmente da intervenção e tutela do Estado. Num segundo momento, (sob a constante diretriz do Estado) suprimir-se-ia o modo de produção capitalista de forma pacífica, isto é, as fábricas sociais instaladas em todos os setores econômicos absorveriam todas as atividades econômicas e assim transitar-se-ia para um novo regime de trabalho sem “violência revolucionária”.

2.1.2 – Fourier (1772-1837): o trabalho e a felicidade

Fourier, autor cujas ideias são costumeiramente caracterizadas como extravagantes (TEIXEIRA, 2002), propiciou contundente crítica à “civilização”, termo usado para designar a sociedade capitalista. Ele sugeriu um novo modelo para reorganizar a sociedade, baseado no “princípio da atração universal” e, ao mesmo tempo, recusava-se a ser classificado como socialista (TEIXEIRA, 2002).

O autor achava ter feito uma descoberta fundamental para a humanidade, por meio da qual poderia construir a teoria da harmonia universal: “Sozinho, demoli vinte séculos de imbecilidade política, e é a mim que as gerações presentes e futuras deverão a iniciativa de sua imensa felicidade” (FOURIER *apud* TEIXEIRA, 2002: 63). Segundo Fourier, o universo é regido pelo princípio da atração. Newton, conforme o autor, “descobriu o mapa da mina” (FOURIER, 2002: 94). No entanto, suas descobertas se circunscreviam ao mundo físico. Para Fourier, e aí para ele reside sua descoberta fundamental, o mundo social também é regido por tal princípio: “Ele [Deus] dirige o universo material por atração; se empregasse outro fator para direção do mundo social, não haveria unidade, mas duplicidade de ação em seu sistema” (FOURIER, 2002: 69). Resta então estabelecer o cálculo da atração no meio social e, como em mecânica, aplicar à reorganização da sociedade, ou melhor, com a descoberta do mecanismo societário, do princípio da atração, pode-se desenvolver a associação dos homens e mulheres, sem correr o risco de se perder nos falsos métodos.

A civilização, para Fourier, “(...) significa o triunfo da mentira, como o demonstra o comércio, em virtude do qual, passando de mão em mão, as mercadorias aumentam de preço, mas não de valor” (REALI e ANTISERI, 1991: 179), e a indústria sofre com a fragmentação, dispersando-se em várias unidades, o que, na sua visão, impede um crescimento e produtividade muito superior ao até então observado²⁰. De acordo com o mesmo autor (FOURIER, 2002: 75),

²⁰Na sociedade projetada por Fourier, a produção industrial seria, pelo menos, quadruplicada, utilizando menos pessoas. Para ele, dois terços da população são improdutivos ou parasitários e sua atividade pode ser suprimida

Sobre esses dois vícios [falsidade do comércio e fragmentação econômica] repousa a sociedade que chamamos civilização, que longe de ser própria do gênero humano, é, ao contrário, a mais vil das sociedades industriais que se pode formar: porque é a mais perversa, a tal ponto que desperta o desprezo até mesmo dos bárbaros.

Para Fourier, as paixões e instintos são reprimidos e o trabalho fabril é repugnante, portanto, a civilização não favorece a realização da atração para o trabalho, a atração industrial. A realização espontânea das paixões é reprimida. Essa repressão tem como grande responsável a moral, que bloqueia as paixões e gera a hipocrisia, portanto, a falsidade em todas as relações²¹. Para compreender a atração passional como mecanismo societário, Fourier relaciona-a com o mundo material: se no mundo material os corpos físicos respondem mecanicamente ao princípio da atração, no mundo social, as paixões, instintos e desejos são os mecanismos por onde tal princípio opera. Portanto, tudo que reprime as paixões contraria o curso natural da humanidade, a providência divina. Dessa forma, a chave para a “nova associação”, para o “novo mundo societário”, está na atração que a indústria exerce sobre as pessoas.

A tarefa da ciência é organizar as paixões mais gerais com fins de obter-se a harmonia entre os prazeres e as necessidades de produção, não apenas a associação material, mas também a passional. “(...) a verdadeira associação – a arte de aplicar à indústria todas as paixões, todos os caracteres, gostos e instintos – constitui um novo mundo social e industrial (...)” (FOURIER, 2002: 71-72). O estudo da atração passional forneceria as bases da atração industrial, que Fourier chama de “séries passionais”, método de distribuir os diversos ofícios, privilegiando os gostos, instintos e vocações, ou seja, associar o passional à produção. As séries passionais constituem-se na forma de organizar a produção industrial e demais serviços em função das paixões, particularidades individuais, que na indústria são vistas como obstáculos à produção, pois, conforme Fourier, “(...) a maior parte dos vícios degradantes, segundo nossos costumes, como a gula, torna-se um meio da emulação industrial (...)” (FOURIER, 2002: 68). Assim, como resultado da equação, quanto mais a indústria for atraente mais exato foi o cálculo da atração. Para Fourier (2002), o cálculo da atração

sem qualquer prejuízo. Organizando-se a produção, por exemplo, no lugar de 300 fogões e 300 empregadas domésticas seriam necessários 04 ou 05 equipamentos com maior capacidade e 10 pessoas especializadas que preparariam a alimentação de 1800 pessoas (01 falange). Está presente também em Fourier a preocupação com o uso dos recursos naturais (FOURIER, 2002).

²¹“A moral ensina o homem a declarar guerra a si mesmo, a resistir a suas paixões, a reprimi-las, a desprezá-las (...)” (FOURIER, 2002: 94).

passional aproxima o homem de Deus, pois revela a conexão entre os gostos e paixões e o plano divino.

A solução para as fraudes do comércio e para a fragmentação da indústria, que geram a falsidade nas relações e a miséria para a maior parcela da população, estaria no fim da dicotomia entre trabalho e prazer, transformando o trabalho em algo prazeroso, tornando a indústria atraente:

Tenho observado que, se o povo civilizado gozasse de um *minimum* copioso, de uma garantia de alimentação e entretenimento decentes, entregar-se-ia à ociosidade, porque a indústria civilizada é bem repugnante; será preciso, portanto, no regime societário, que o trabalho seja tão atraente como o são hoje em dia as festas e os espetáculos (...) (FOURIER, 2002: 77).

Para esse novo regime ter início, Fourier propõe organizar associações autônomas (falanstérios). Seriam organizadas segundo as séries passionais em “(...) núcleos de associação em número de mil e oitocentas pessoas²² para formar um sistema que desempenharia as sete funções industriais: atividades domésticas, agrícolas, manufatureiras, comerciais, ensino, estudo e emprego das ciências e, das artes” (FOURIER, 2002: 74). Para empreender tal experimento qualquer homem ou mulher que possuísse um capital disponível de cem mil francos poderia implementá-lo. Essa pessoa se tornaria fundadora do “novo mundo industrial e societário” e, em razão dessa realização, gozaria de grande prestígio. Outros poderiam participar desse esforço inicial e se tornariam acionistas do empreendimento. Os resultados positivos em termos de produtividade e entusiasmo de seus membros fariam com que esses experimentos rapidamente se multiplicassem.

Na tentativa de que alguém implementasse suas ideias, visto que na França e Europa não eram poucos aqueles que dispunham do recurso previsto, Fourier se esforçava para convencê-los de que no novo mundo seus mais audaciosos desejos seriam atendidos exponencialmente, e a atração industrial produziria resultados absolutamente fantásticos para toda a sociedade em termos de riqueza material.

(...) terminai, pois, o que Newton começou, o cálculo da atração: ele vos ensinará que aquele que deseja milhões e um palácio deseja muito pouco; porque no estado societário, o mais pobre usufruirá de quinhentos mil palácios, onde encontrará gratuitamente muito mais prazeres do que obtém o

²²Segundo Fourier (2002: 74), “Mais de duas mil pessoas degeneraria em confusão e tornar-se-ia muito complicada; menos de mil e seiscentas, ficaria frágil em suas ligações, sujeita a falhas em seu mecanismo e a lacunas de atração industrial”. No entanto, considera que o projeto experimental poderia ser implementado com seiscentas ou setecentas pessoas.

rei da França (...) Desejamos portanto muito pouco (...) (FOURIER, 2002: 90).

O que seria exigido do trabalhador daquele mundo projetado? Fourier é categórico em dizer: “(...) Nada, a não ser divertir-se, da manhã à noite, pois os divertimentos se entrelaçam com o trabalho, tornando-o mais atraente que os espetáculos e os bailes de hoje” (FOURIER, 2002: 91). Seus discípulos tentaram realizar seu projeto, fundando falanstérios na Europa, Brasil e Estados Unidos (país onde ocorreram diversas experimentações²³). A maioria teve vida curta e, em sua totalidade, vieram a falir.

Do ponto de vista da propriedade dos meios de produção, não se observa em Fourier restrições quanto ao seu caráter privado. Pelo contrário, seu objetivo era ter o projeto “comprado” por um capitalista. A propriedade por meio de sociedade acionária, como levantada por Fourier, não restringe a participação de trabalhadores e nem de investidores/especuladores externos. Para esse autor, a relação de trabalho em si não é uma questão relevante diante da questão essencial, a atração para o trabalho industrial. O trabalho, a partir do momento em que a atração industrial estiver vigente, será sinônimo de prazer, e, dessa forma, as questões que envolvem a exploração sob a forma de trabalho assalariado perderiam seu significado prático. Sua contribuição, enquanto formulador de um novo sistema industrial, não se sintoniza com a negação do trabalho assalariado, no entanto, podemos encontrar em Fourier uma contundente negação a qualquer projeto de sociedade que se baseie na intensificação da exploração dos trabalhadores. Sua proposta se inscreve no capitalismo sem negá-lo; a força do exemplo, do sucesso da falange, será a mola propulsora da nova ordem industrial e societária. A falange provará sua superioridade em termos de produtividade e de atratividade para os trabalhadores ainda que as relações se baseiem em trabalho assalariado.

2.1.3 – Robert Owen (1771-1858): a prática de uma utopia

Diferentemente de seus contemporâneos franceses, Robert Owen não se restringiu a contribuições teóricas, pois sua posição social permitia-lhe financiar e comandar pessoalmente a implantação de seus próprios projetos de reforma social. Como diz Singer (2003: 117):

²³“Estima-se em 30 o número de tais comunidades: mas nenhuma durou mais do que cinco ou seis anos” (GIDE *apud* SINGER, 2002: 38).

Ao contrário de seus contemporâneos (...) que se limitaram a escrever obras e sobre elas fundar escolas de pensamento, Owen sempre timbrou em testar as suas proposições na prática social e econômica (...) mais tarde à testa de potente movimento sindical, pregando a formação de cooperativas para tomar os mercados dos capitalistas (SINGER, 2003b: 117).

Sua hostilidade à propriedade privada distingue-o dos dois franceses abordados anteriormente, pois, para ele, juntamente com a religião e com a então atual forma de casamento, ela representa grande obstáculo à reforma social. Para Owen, o homem é formado por uma organização recebida desde seu nascimento e pelas circunstâncias externas que agem sobre ele até sua morte. Cada criança pode, segundo Owen (2002: 101), “(...) formar um ser superior ou um ser inferior, conforme a natureza das circunstâncias exteriores que influem sobre esta constituição após seu nascimento”. Ele “(...) tinha confiança na possibilidade de mudar os homens através da melhoria das condições de vida e por meio da educação” (REALI e ANTISERI, 1991: 312).

A primeira grande experiência prática de Owen inicia-se em 1º de janeiro de 1800, quando ele assume a direção de um complexo industrial em New Lanark, Escócia, e implanta uma série de medidas em favor dos operários, possibilitando condições de vida relativamente mais favoráveis: proibiu o emprego de crianças; criou os jardins de infância; limitou a jornada de trabalho²⁴, dentre outras medidas. As melhorias nas condições de vida dos operários impactaram diretamente nos aspectos relacionados à produtividade do trabalho, aumentando-a consideravelmente, o que acabou por render a Owen grande admiração de seus pares industriais. Afinal, como era possível aumentar o lucro, desperdiçando um grande volume de recursos com os trabalhadores? Contudo, segundo Engels (1961b: 313), Owen não estava satisfeito:

A existência que se propusera dar a seus operários distava muito ainda de ser, a seus olhos, uma existência digna de um ser humano. “Aqueles homens eram meus escravos”. As circunstâncias relativamente favoráveis em que os colocara estavam ainda muito longe de permitir-lhes desenvolver racionalmente e em todos os aspectos o caráter e a inteligência, e muito menos desenvolver livremente suas energias.

Testemunha de crises industriais, Owen identificou como seu principal fator gerador a baixa capacidade de consumo dos trabalhadores, conforme Hofmann (1984: 40): “Como o seu contemporâneo, o economista nacional de Genebra, Sismonde de Sismondi (1773-1842),

²⁴Segundo Engels (1961b: 313), “Enquanto nas fábricas de seus concorrentes os operários trabalhavam treze e quatorze horas diárias, em New Lanark, a jornada de trabalho era de dez horas e meia”.

visualizou Owen na força de compra insuficiente das massas trabalhadoras a razão das crises industriais”. E de que maneira ele explicou esse insuficiente poder de consumo?

Aqui Owen, como todos os pensadores de seu tempo, recorreu à *Teoria do Valor Trabalho* clássica, que agora é aplicada de forma crítica contra o sistema existente da distribuição da renda social: embora o trabalho *per se* seja “produtivo”, o produto pleno do trabalho não é atribuído para os trabalhadores; o lucro dos empresários constitui um desconto injustificado do pleno rendimento, e trata-se de salário retido (HOFMANN, 1984: 40).

Em 1817, como medida de combate ao desemprego, Owen apresentou ao governo britânico um projeto em que os fundos destinados à manutenção dos pobres fossem investidos em “aldeias cooperativas”. Seriam unidades baseadas na produção para subsistência, com cerca de 1.200 pessoas, que trabalhariam na agricultura e indústria (SINGER, 2002). Tendo seu projeto recusado pelo governo, Owen passa a radicalizar sua proposta em direção ao comunismo, conforme diz Engels (1961b: 314):

As novas e gigantescas forças produtivas, que até ali só haviam servido para que alguns enriquecessem e as massas fossem escravizadas, lançavam, segundo Owen, as bases para a reconstrução social e estavam fadadas a trabalhar somente para o bem-estar coletivo, como a propriedade coletiva de todos os membros da sociedade.

Com a radicalização de seus ideais reformadores, Owen perde seus admiradores das classes altas. Em 1824, parte para os Estados Unidos, onde adquiriu terras para fundar uma aldeia cooperativa (TEIXEIRA, 2002). Com certo nível de liberdade e terra em abundância, os Estados Unidos constituíam-se num excelente local para implantar sua colônia-modelo e, assim, através do exemplo bem sucedido, expandi-lo dentro daquele país e em outros. Em 1825, foi estabelecida, no Estado de Indiana, a colônia “New Harmony” (SINGER, 2002). Desde o início houve muitas dissidências e, em 1829, Owen deixa de estar a sua frente e retorna para a Inglaterra (SINGER, 2002). A tentativa de convencer o governo britânico a instalar aldeias cooperativas e a constituição da comunidade de “New Harmony” foram experimentos em que Owen nitidamente pretendia fazer voltar aos trabalhadores o pleno rendimento de seu trabalho.

Owen, após seu retorno dos Estados Unidos, dirige-se aos operários e implementa uma nova estratégia para a resolução do subconsumo operário. Empenhou grande esforço em eliminar os intermediários no comércio e, para isso, incentivou a criação de um banco de

trocas – que teve vida curta – o qual passou a emitir sua própria moeda, tendo por referência as horas de trabalho.

(...) no ano de 1832, foi aberto em Londres a *Labour Exchange Bank*, uma espécie de depósito de mercadorias que recebia produtos a valores de trabalho taxados e emitia declarações correspondentes, nas quais as contra-mercadorias desejadas também foram fornecidas pelo seu valor de trabalho, ou seja, sem acréscimo de lucro (HOFMANN, 1984: 42).

Owen não só se tornou um líder do movimento cooperativo, ele também contribuiu com destaque na luta pelos direitos dos trabalhadores e em prol de sua organização sindical. Ao contrário de Saint-Simon e Fourier, Owen inspira muito mais por sua realização prática do que por suas formulações teóricas. O que o caracteriza é sua ação pessoal na implementação de seus projetos e, finalmente, em meio ao movimento operário, incentivando a criação de cooperativas para tentar substituir os empregadores no mercado (SINGER, 2002).

Segundo Engels (1961b), o cooperativismo para Owen era uma forma de organizar os trabalhadores para conduzir a produção e demonstrar que os industriais e comerciantes não eram imprescindíveis para a sociedade. Naquele movimento não se dissociavam, ou até eram complementares, a atividade de caráter sindical e a criação de cooperativas, pois a própria atuação pessoal de Owen reforçava essa conexão. Para ele, estava claro que o cooperativismo se constituía numa arma dos trabalhadores contra o lucro, que representava uma parcela extraída de seu trabalho. Com base em sua atuação pessoal, pode-se dizer que a criação de cooperativas estreitamente ligadas à luta dos trabalhadores confronta diretamente com o controle patronal e que, nessa última fase do “Owen prático”, ele se lança com afincamento na luta de classes, mesmo não tendo clareza sobre o potencial revolucionário da classe trabalhadora na sociedade capitalista.

Não obstante, no plano teórico sua perspectiva parece não ter sido alterada. Veja-se sua obra *O Livro do Novo Mundo Moral* (OWEN, 2002), publicado na década de 1840, isto é, posteriormente às suas principais experiências práticas – New Lanark, New Harmony, banco de trocas e trade-unions²⁵. Ali Owen não faz nenhum balanço crítico de seus modelos experimentais e de sua experiência junto ao operariado, prosseguindo com sua formulação indiferente às potencialidades do proletariado moderno enquanto classe, reafirmando a validade daquela proposta anterior recusada pelo governo britânico. Nas palavras do próprio Owen (2002: 129),

²⁵“Foi ele quem presidiu o primeiro congresso em que as *trade-unions* de toda a Inglaterra fundiram-se numa grande organização sindical única” (ENGELS, 1961b: 314).

(...) seria desejável que o governo estabelecesse vários núcleos ou associações-modelo, contendo de 500 a 2.000 habitantes, em prédios convenientes, para produzir e conservar uma variedade de produtos e ensinar e dar às crianças uma educação adequada. Cada estabelecimento possuiria um terreno suficiente para alimentar a população e combinar a agricultura, a jardinagem, as artes e ofícios, e, em alguns casos, mineração e pesca. Todos os planos e detalhes de uma associação como essa foram apresentados pelo autor, sob o título de: *Desenvolvimento dos princípios e planos para a formação de colônias no interior*.

2.2 – PROUDHON E A RECIPROCIDADE ECONÔMICA

Pensador pequeno-burguês, reformador social, anarquista são alguns dos adjetivos que Proudhon (1809-1865) recebe das diversas correntes políticas. Ele produziu, ao longo de seus cinquenta e seis anos, um singular trabalho teórico. Mas, além do trabalho teórico, Proudhon participou ativamente dos acontecimentos políticos de sua época. Eleito para a Assembleia Nacional em 1848, apresenta, durante seu mandato, a proposta de um banco que dispusesse crédito sem incidência de juros e desse suporte para troca de mercadorias dos pequenos produtores (chamado de Banco do Povo); foi preso por atacar Luís Napoleão; condenado novamente à prisão em 1858 refugiou-se na Bélgica, onde permaneceu até 1861. Karl Marx, na sua passagem pela França, entrou em contato com Proudhon, com o qual manteve troca de correspondências até que, em 1847, veio à tona *A miséria da filosofia: Resposta à filosofia da miséria de Proudhon*, de Marx, que selou definitivamente o rompimento entre os dois.

Proudhon viveu na França do início do século XIX, sendo contemporâneo de um período marcado pela transformação da economia francesa de uma base manufatureira para a industrial. O desenvolvimento da indústria moderna, por um lado, ameaçava a atividade artesanal e despertava incertezas entre os artesãos e, por outro, implicava severas restrições àqueles que vinham dos campos em busca de sobrevivência nas cidades, pois a indústria não tinha envergadura para absorvê-los em sua maior parte.

O incipiente desenvolvimento industrial do país na primeira metade do século fazia com que as camadas mais pobres da população urbana vivessem no pior dos mundos: obrigados a abandonar os campos pela decadência da agricultura tradicional, acorriam às cidades, onde não encontravam oportunidades suficientes de emprego, e, quando encontravam, era em condições miseráveis, em atividades manuais, pois a base técnica ainda era manufatureira e artesanal (TEIXEIRA, 2002: 38).

Com o desenvolvimento da produção industrial capitalista e, como seu produto, do proletariado moderno, a França constitui-se em reluzente palco da luta de classes na Europa. Esse contexto de declínio da pequena produção (e desgraça do trabalho artesanal) e ascensão da escala de produção industrial (e emergência do proletariado), de que Proudhon foi testemunha, ajuda em boa parte a explicar as contradições desse autor.

Não obstante, Proudhon exerceu forte influência nos meios operários e círculos socialistas na França, inclusive, entre os participantes franceses da I Internacional, os quais, em sua maioria, eram adeptos de suas posições políticas. Foi no interior desse espaço que se desdobraram posteriormente os debates e disputas com Marx. Bakunin²⁶ considerou Proudhon “mestre de todos nós”, em referência aos anarquistas²⁷ (RESENDE e PASSETTI, 1986: 13). Ainda hoje Proudhon exerce influência sobre as correntes anarquistas e em iniciativas baseadas no cooperativismo. A apreensão de sua obra oferece dificuldades relacionadas aos dilemas vivenciados e ao contexto social da época. Segundo Teixeira (2002: 40-41):

Não é tarefa fácil realizar uma avaliação do conjunto da obra de Proudhon. Não apenas sua vida pessoal e sua participação política encerram grandes contradições; mas também sua obra escrita. Ao mesmo tempo em que diz que “a propriedade é um roubo”, exalta a propriedade camponesa; e, se escreve em um momento que “Deus é o mal”, em outro elogia a religião. Na verdade, Proudhon viveu duas épocas diferentes e sua obra reflete isso: a primeira metade do século XIX, em que predominava a França atrasada e camponesa, e a segunda metade, marcada pelo acelerado desenvolvimento industrial do Segundo Império. Apesar disso, tem seguidores até hoje. E mais: foi redescoberto recentemente pelas novas correntes anarquistas e pelo renascimento dos movimentos federativistas e cooperativistas.

2.2.1 – A propriedade e o consumo

Proudhon, em sua obra *O que é a propriedade*, de 1840, questiona os princípios que se erguem para justificar a existência da propriedade. Proudhon considera, nessa obra, a propriedade como o direito de albana. Entende-se por albana o direito do proprietário a um

²⁶Mikhail Alexandrovitch Bakunin (1814-1876). Militante e pensador Russo que ingressou na I Internacional em fins de 1868 (MARX, 1963).

²⁷Segundo Teixeira (2002: 41), entre suas ideias, que alimentam o arsenal do pensamento anarquista, destacam-se: “- O horror à democracia: não só crítica ao sufrágio universal, alegando que a questão central não é política, mas econômica e social; (...); - O horror ao Estado: Proudhon sonha com uma sociedade anárquica, em que o Estado fosse substituído por livres associações de trabalhadores; - O horror à autoridade (da igreja, do Estado, do Partido), que é a matriz do ideal libertário; (...)”.

ganho oriundo de determinado bem demarcado como “seu” e que possui diferentes nomes em função do ganho que produz:

(...) *arrendamento* para a terra; *aluguel* para casas e móveis; *dividendos* para recursos aplicados em ações; *juro* para o dinheiro; *benefício*, *ganho*, *lucro* (três coisas que não podem ser confundidas com o salário ou o preço legítimo do trabalho) para o comércio (PROUDHON, 2002: 237).

Dessa forma, a propriedade confere vantagens para seu proprietário, podendo este desfrutar, recolher e consumir sem executar nenhum trabalho, ou seja, beneficiar-se do que é produzido sem ter qualquer contribuição no processo de produção social: “O proprietário não produz nem por si mesmo nem por seu instrumento e, recebendo produtos em troca de nada, é um parasita ou um ladrão” (PROUDHON, 2002: 249). Por sua vez, a remuneração que o ocioso recebe por possuir propriedade agrega-se ao preço final dos produtos e tem implicações diretas no padrão de vida do trabalhador:

A população trabalhadora não pode comprar nem os estofados que tece, nem os móveis que fabrica, nem os metais que forja, nem as pedrarias que talha, nem as estampas que grava; não pode consumir nem o trigo que semeia, nem o vinho que produz, nem a carne dos animais que cria: não lhe é permitido morar nas casas que constrói, assistir os espetáculos de que gostaria, gozar o repouso que seu corpo reclama: e por quê? Porque, para usufruir de tudo isso, seria preciso comprá-lo ao preço de custo, o que o direito de alana não permite. Na tabuleta das suntuosas lojas que sua indigência admira, o trabalhador lê em letras maiúsculas: ESSA OBRA É TUA, MAS NÃO A TERÁS: *sic vos non vobis!* (PROUDHON, 2002: 269).

Dentre as diversas formas em que o direito de alana venha a se materializar, o juro é para Proudhon a principal forma de espoliar a sociedade, pois, por meio do juro, o proprietário do dinheiro pode consumir a riqueza produzida socialmente sem qualquer contribuição do ponto de vista produtivo. O juro consiste em apropriação fraudulenta, situação que vai acarretar ao trabalhador um consumo em proporção inferior ao trabalho despendido. Por meio desse “direito”, a riqueza é acumulada sob a forma de maior poder de consumo no polo proprietário.

Se o juro sobre o produto, retirado pelo proprietário, é igual a um vigésimo desse produto (de acordo com a lei, é igual à vigésima parte do capital), pode-se concluir que vinte trabalhadores produzem apenas para 19, porque, entre eles, há um que se chama proprietário e que come a parte dos dois (PROUDHON, 2002: 283).

Proprietário é todo aquele que tem algum direito de aliana. Qual é a forma de produzir sem beneficiar o proprietário? Para Proudhon é aquele modo econômico artesanal e do pequeno produtor individual que a grande indústria desmancha diante de seus olhos. Qual é a solução? Salvar essa classe de artesões e pequenos produtores. De que maneira? Com o “Banco do Povo”!

A constituição do “Banco do Povo”²⁸ é, para Proudhon, a alternativa fundamental para acabar com as desigualdades sociais. Com essa medida, ele tinha em vista a necessidade de extinção do juro como base para a transformação social. Por meio desse banco, recuperar-se-iam as atividades dos artesões e pequenos produtores, que passavam por grandes dificuldades. Isso seria fundamental porque é com esses indivíduos que o consumo encontra seu equivalente em trabalho.

O centro de suas preocupações era a questão do crédito, vendo no juro a forma por excelência da apropriação da riqueza sem contrapartida de trabalho; imaginava um sistema de empréstimo sem juros, capaz de salvar uma classe de pequenos proprietários já condenada pelo desenvolvimento capitalista. (...) O que Proudhon tem em vista com sua definição é o fato de que a propriedade torna possível a apropriação do trabalho de outros, apropriação essa, no entanto, que se dá por meio do juro (TEIXEIRA, 2002: 39-40).

Mas o objetivo era mais ambicioso. Ao conceder empréstimos sem juros para os operários, Proudhon tinha em vista elevá-los à categoria de pequeno produtor, expandindo o mundo da pequena produção para todos (HOFMANN, 1984).

2.2.2 – A mutualidade

Para Proudhon, existe uma força no interior da sociedade. Essa força é uma realidade própria das coletividades, produto da sintonia e convergência de esforços. O que a propriedade possibilita é a apropriação de forma fraudulenta da riqueza gerada pelas forças sociais. Em conjuração com a propriedade, que extrai riqueza (principalmente sob a forma de

²⁸“Depois que o Congresso Nacional, após a derrota sangrenta da revolta do operariado de junho de 1848, absteve-se de qualquer ideia de reforma de cunho socialista, tendo, portanto, rejeitado o projeto do banco de trocas, Proudhon criou por sua própria conta um banco do povo em 1849. O interesse suscitado foi bastante grande. Mas Proudhon foi preso e teve de dissolver o banco, cujo proprietário exclusivo era ele. Um fracasso posterior do banco naturalmente teria sido inevitável” (HOFMANN, 1984: 65).

juro), o Estado retira a liberdade dos grupos sociais, isto é, contrapõe à sociedade uma autoridade que julga possuir sobre os grupos sociais constituídos (RESENDE e PASSETTI, 1986). A relação do Estado com a apropriação fraudulenta da riqueza é de tal forma que, eliminando esta última, ao mesmo tempo está se libertando do primeiro.

(...) ao eliminar a renda e os juros, os últimos remanescentes da velha ditadura, a Revolução está, de um só golpe, livrando-se da espada do carrasco, da lâmina da justiça, do porrete do policial, da balança do fiscal e do estilete de apagar do burocrata – todas as insígnias de um poder que a jovem Liberdade deseja esmagar sob o calcanhar (PROUDHON, 1986a: 294).

Proudhon tem grande interesse em acompanhar o desenvolvimento da capacidade política da classe operária. Mas o projeto político que Proudhon delineia não passa pela ação revolucionária dos operários contra os burgueses como meio de transformação social, isto é, não se baseia na luta de classes. Esse movimento, para Proudhon, só pode resultar num sistema ditatorial, autoritário e doutrinário. A descrença nos processos revolucionários orientados contra a classe dos proprietários fica evidente nas trocas de correspondência com Marx:

(...) tenho algumas observações a fazer sobre esta frase da sua carta – o momento da ação. Talvez o senhor ainda mantenha a opinião que no momento é impossível haver qualquer reforma sem que haja um *coup de main*, sem o que era antes chamado revolução e que na verdade não é nada mais do que um choque. Esta segunda ideia que eu entendo, perdoo e que estaria disposto a discutir, tendo eu mesmo compartilhado dela durante muito tempo, meus estudos mais recentes me fizeram abandoná-la totalmente. Não creio que tenhamos de lançar mão dela para triunfar e, conseqüentemente, não devemos colocar a ação revolucionária como um meio para alcançar a reforma social, já que esse pretensio meio seria apenas um apelo à força, à arbitrariedade, em resumo, uma contradição. Eu coloco assim o problema: provocar o retorno à sociedade, por meio de uma combinação econômica, da riqueza que ela perdeu graças a uma outra combinação. Em outras palavras, utilizar a Economia Política para transformar a teoria da Propriedade contra a Propriedade de forma a criar aquilo que os socialistas alemães – vocês – chamam de comunidade e que eu pessoalmente me limitarei, por ora, a chamar de liberdade ou igualdade. Creio possuir os meios para resolver este problema dentro de muito pouco tempo: preferiria, portanto, queimar a propriedade em fogo lento a lhe dar novo alento fazendo uma noite de São Bartolomeu com aqueles que a têm nas mãos (PROUDHON, 1986b: 127-128).

Da mesma forma, conforme Marx (2001a), Proudhon, em sua obra *Sistemas de Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria*, de 1846, também desaprova o confronto

travado pelos operários contra a burguesia para aumento de salários. Isso porque, se os operários tiverem seus salários elevados sobremaneira, haverá um desequilíbrio em relação à riqueza produzida, pois o salário, em seu entendimento, é proporcional à riqueza produzida. Um aumento brusco nos salários acarretaria alta nos preços em geral ou até mesmo a paralisação da produção, ou seja, traria ainda mais prejuízos para a classe operária.

Sua perspectiva orienta no sentido de desenvolver, ainda no interior da sociedade capitalista, um novo regime econômico capaz de estancar a extração de riquezas propiciada pelo direito de propriedade. Proudhon argumenta em favor da constituição de um sistema econômico baseado na reciprocidade, o sistema mutualista. Segundo Proudhon, a ideia de mutualidade, que não é recente, ganha, a partir de 1848, uma importância nunca antes vista: “Pela importância que recebe hoje e pela maneira pela qual as classes operárias pedem sua aplicação, tende a tornar-se preceito, a tomar um caráter obrigatório, em uma palavra, a conquistar força de lei” (PROUDHON, 1986c: 118).

O sistema mutualista seria a antítese do direito de propriedade, isto é, opõe-se ao direito que se agrega aos produtos, fazendo com que o trabalhador, ao consumir, remunere o proprietário daquele direito. O sistema mutualista tem por base a reciprocidade na troca, assim os preços dos produtos devem representar o valor do trabalho empregado. Para isso, além dos juros e outros direitos de propriedade que incidem sobre a produção, também deve ser suprimido o lucro proveniente do comércio, pois esse se agregaria ao produto na esfera da distribuição. É também aí que o seu banco desempenharia um papel fundamental, funcionando como uma espécie de depósito para as mercadorias dos pequenos produtores e possibilitando a troca das mercadorias sem agregar-lhes mais esse direito, o lucro comercial. A ideia de mutualidade, além da reciprocidade nas trocas, pressupõe também a cooperação nos ramos de seguridade e assistência social, como prestação de garantias coletivas, caixas de assistências, pecúlios e socorros mútuos.

A emergência e consolidação do sistema mutualista, para Proudhon, não representará o triunfo da classe operária sobre a burguesia, mas significará uma absorção recíproca das duas classes numa consciência superior (PROUDHON, 1986c). O revigoramento das forças econômicas pela força coletiva no sistema mutualista constitui-se, em seu olhar, no princípio para a organização da sociedade em verdadeiras bases autônomas. Dessa forma, a centralização de poder no Estado é substituída pela articulação no nível econômico que corresponde na esfera política ao que Proudhon chama de federalismo.

2.3 – A CRÍTICA DE MARX AOS SOCIALISTAS UTÓPICOS

Os autores – Saint-Simon, Fourier e Owen –, em geral, podem ser caracterizados como reformadores sociais que conceberam sistemas de organização da sociedade sem nunca se apresentarem como representantes da classe operária, ou mesmo de qualquer outra classe; suas propostas visavam melhorar as condições de vida de toda a sociedade. Defensores dos avanços da ciência demonstravam confiança no império da razão para a transformação do homem e da sociedade. Por isso acreditavam que a força do exemplo bem sucedido (como tentaram ser as colônias agrárias, cooperativas e falanstérios) poderia converter-se em modelo para reformar a sociedade.

No *Manifesto do Partido Comunista*²⁹, de 1848, Marx e Engels delimitam a posição desses autores. Para Marx e Engels, eles percebem bem os dilemas da sociedade capitalista, mas não percebem qualquer protagonismo da classe operária e, com suas propostas de modelos experimentais auto-suficientes, contribuem tão somente com o abrandamento da luta de classes.

Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhes seja peculiar. (...) Desejam melhorar as condições materiais de vida de todos os membros da sociedade, mesmo dos mais privilegiados. (...) Rejeitam, portanto, toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária; procuram atingir seu objetivo por meios pacíficos e tentam abrir um caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, com experiências em pequena escala e que naturalmente sempre fracassam. (...) se em muitos aspectos os fundadores desses sistemas foram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos formam sempre seitas reacionárias. Aferram-se às velhas concepções de seus mestres apesar do desenvolvimento histórico contínuo do proletariado. Procuram, portanto, e nisto são consequentes, atenuar a luta de classes e conciliar os antagonismos (MARX e ENGELS, 1998b: 66-67).

²⁹ O lançamento do *Manifesto do Partido Comunista* em fevereiro/março de 1848 coincide com o levante revolucionário europeu daquele mesmo ano. Esse documento foi escrito por Marx e Engels a pedido da Liga dos Comunistas* e sua correspondência com a revolução de 1848 não é mera coincidência. De acordo com Hobsbawm (2000), nenhuma outra revolução foi tão amplamente prognosticada como esta.

* A Liga dos Comunistas, inicialmente Liga dos Justos, era composta por trabalhadores, principalmente alemães, exilados em Londres, Bruxelas, Paris e algumas partes da Alemanha (COGGIOLA, 1998: 10-12).

Se por um lado eles percebem os trabalhadores apenas pelo sofrimento a que foram submetidos, isto é, percebem a classe operária somente como vítima³⁰, por outro lado, esses socialistas forneceram contundentes críticas ao capitalismo, críticas que em seu tempo têm valor para esclarecimento dos operários.

Saint-Simon contribui no sentido em que deixa clara a proposta de transformar o Estado num mero administrador perito da produção. A esse respeito, Engels (1961b: 311) faz o seguinte comentário:

Em 1816, Saint-Simon declara que a política é a ciência da produção e prediz já a total absorção da política pela economia. E se aqui não faz senão aparecer em germe a ideia de que a situação econômica é base das instituições políticas, proclama já claramente a transformação do governo político sobre os homens numa administração das coisas e na direção dos processos da produção, que não é senão a ideia da “abolição do Estado”, que tanto alarde levanta ultimamente.

Fourier, segundo Engels (1961b: 312), em sua crítica à civilização,

(...) maneja a dialética com a mesma maestria de seu contemporâneo Hegel. Diante dos que enchem a boca falando da ilimitada capacidade humana de perfeição, põe em relevo, com igual dialética, que toda fase histórica tem sua vertente ascensional, mas também sua ladeira descendente (...).

Owen, por sua vez, propõe a criação de aldeias-modelos como alternativa aos dilemas sociais que emergem com o capitalismo. Do ponto de vista teórico, Owen não se distancia do devaneio de seus pares franceses, não obstante, do ponto de vista prático, não exista nenhuma simetria entre eles. Pode-se falar que há um contraste entre a teoria e a ação em Owen. Apesar de testemunhar a emergência do proletariado na Inglaterra, em suas principais formulações não reconhece nos trabalhadores nenhuma iniciativa política que aponte para a superação do estado atual. Owen atuou com vigor junto ao movimento operário, lutando por direitos sociais e organizando sindicatos e cooperativas operárias. A atuação de Owen pela limitação do trabalho infantil e da mulher, bem como pela fusão das trade-unions num grande sindicato, mereceu a seguinte deferência de Engels (1961b: 314), “Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais registrados na Inglaterra em interesse da classe trabalhadora estão ligados ao nome de Owen”.

³⁰ “(...) na confecção de seus planos têm a convicção de defender antes de tudo os interesses da classe operária, como a classe mais sofredora. A classe operária só existe para eles sob esse aspecto, o de classe mais sofredora” (MARX e ENGELS, 1998b: 66).

Em seu conjunto, segundo Hobsbawm (1983a), as práticas inspiradas nesses ilustres pensadores consistem num conjunto de experimentos singulares e isolados. Se, do ponto de vista teórico, esses autores mereceram alguns elogios de Marx e Engels pela sua crítica ao capitalismo, do ponto de vista prático (à exceção de Owen), das experiências concretas de seus seguidores, não se pode dizer o mesmo.

Do ponto de vista prático, seus pontos débeis foram dois, de diferente importância, para dizer pouco, confundidos com toda uma série de excentricidades românticas, que iam de um perspicaz visionarismo ao desequilíbrio psíquico, da confusão mental (nem sempre justificada pela superabundância de ideias) a estranhos cultos e a exaltadas seitas semi-religiosas. Em suma, os seus seguidores tendiam a se tornar ridículos e, como observou o jovem Engels a respeito dos Saint-simonianos, “na França, tudo o que foi posto no ridículo, está irremediavelmente perdido”. Marx e Engels, mesmo reconhecendo nos elementos fantásticos dos grandes utópicos o preço inevitável do gênio ou da originalidade, dificilmente poderiam imaginar uma função prática na transformação socialista a ser exercida por aqueles grupos de excêntricos cada vez mais bizarros e, com frequência, cada vez mais isolados.

Em segundo lugar – e esse é um ponto mais pertinente neste contexto – eles eram fundamentalmente apolíticos; e, portanto, nem sequer no plano teórico podiam elaborar meios eficazes para obter uma transformação da sociedade (HOBBSAWM, 1983a: 51).

Para Saint-Simon e Fourier, a experiência da revolução de 1789 leva-os à descrença nos processos revolucionários e o nível de desenvolvimento da produção capitalista na França dificulta a eles perceber o antagonismo entre a burguesia e o proletariado. Já Owen, mesmo tendo por cenário o avançado estágio de desenvolvimento industrial da Inglaterra, suas formulações teóricas não percebem a nova força política emergente: o proletariado.

(...) não reconheciam em nenhuma classe ou grupo específico o veículo das próprias ideias; e, mesmo quando (como mais tarde Engels reconhecerá no caso de Owen) se voltam para os trabalhadores, o movimento proletário não tinha nenhum papel específico nos seus projetos, que eram ao contrário endereçados a todos, pois todos deveriam admitir – mesmo que em geral não o fizessem – aquela óbvia verdade que só eles tinham conseguido descobrir (HOBBSAWM, 1983a: 51).

Para os três, a emancipação dos operários não seria obra de seus próprios esforços contra o capital e, nesse ponto, reside a principal crítica de Marx. Isto é, a emancipação da classe operária só pode ser tarefa de sua própria ação política e não da descoberta de sistemas sociais perfeitos, da crença em um “novo evangelho” (MARX e ENGELS, 1998b). Se num primeiro momento esses autores não podiam perceber o antagonismo de classe e as condições

objetivas para a emancipação do proletariado, e com isso se detinham em criar sistemas sociais, com o desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, com a luta de classes saltando aos olhos, o contexto se altera. A ligação da ciência da história com a classe operária faz com que o conhecimento assuma um caráter revolucionário, e isso só será possível na sequência do desenvolvimento histórico da classe operária, de acordo com Marx (2001a: 111):

Enquanto o proletariado não se tornar bastante desenvolvido para se constituir em classe, enquanto, por conseguinte, a própria luta do proletariado com a burguesia não tiver ainda um caráter político e as forças produtivas não estiverem ainda suficientemente desenvolvidas no seio da própria burguesia para permitirem vislumbrar as condições materiais necessárias à libertação do proletariado e à formação de uma sociedade nova, esses teóricos não passam de utopistas que, para obviar as necessidades das classes oprimidas, improvisam sistemas e se põem à procura de uma ciência regeneradora. Mas, à medida que caminha a história e que com ela a luta do proletariado se desenha mais claramente, já não têm necessidade de procurar a ciência no seu espírito, têm apenas que se inteirar do que se passa diante de seus olhos e de se tornar o órgão disso. Enquanto procuram a ciência e se limitam a fazer sistemas, enquanto estão no início da luta, veem na miséria apenas a miséria, sem nela verem o lado revolucionário, subversivo, que derrubará a velha sociedade. A partir desse momento, a ciência produzida pelo movimento histórico, e a ele se associando com pleno conhecimento de causa, deixa de ser doutrinária e torna-se revolucionária.

Não obstante, mesmo diante do desenvolvimento do proletariado como classe autônoma no interior da sociedade, as concepções utópicas continuaram a arrebatar seguidores, e a partir daí desfaz-se de todo seu caráter crítico e, de acordo com Marx e Engels (1998b: 68) “(...) caem na categoria dos socialistas reacionários ou conservadores (...)”. Blanc, por exemplo, em sua proposta de organização do trabalho subsidiada pelo Estado, rejeita todo ato de violência revolucionária. Fábricas sociais constituídas mediante crédito público são seu baluarte para a reforma social. Assim, no seu projeto, o proletariado passa de classe mais sofridora a classe mais revoltada e, dessa maneira, constitui-se num dos problemas a serem enfrentados. “Assegurai trabalho ao pobre: tereis feito muito pouco ainda pela justiça e estar-se-á ainda bem longe do reino da fraternidade; mas, pelo menos, a revolta não se terá tornado necessária e o ódio não terá sido santificado” (BLANC, 2002: 199).

2.4 – A CRÍTICA DE MARX A PROUDHON

Proudhon, assim como vários outros autores, partindo da teoria do valor de Ricardo, concebe sua proposta econômica no sentido de que as trocas sejam realizadas com base no valor do trabalho empregado. Para Proudhon, o direito de aliana é o componente central da distorção entre o valor-trabalho e seu preço, acarretando sobre valor ao produto quando de sua aquisição para consumo. Nessa perspectiva, o trabalhador tem um consumo sempre inferior em relação ao trabalho realizado, pois ao consumir acaba por remunerar o proprietário de dinheiro, o comerciante, entre outros. Assim, Proudhon acredita que, se o consumo equivaler à quantidade de trabalho despendido, ou seja, trocando-se trabalho por trabalho em igual quantidade, independentemente das condições sociais de produção, chegar-se-á à fórmula perfeita para a reciprocidade econômica. Para autores com essa perspectiva, conforme Engels (2001: 15),

(...) o trabalho é geralmente representado como qualquer coisa que “custa”, quer dizer que é medida de valor, seja ou não dispêndio de acordo com as condições normais da sociedade. Empreguem os produtores dez dias para a fabricação de produtos que podem ser feitos num dia, ou empreguem só um; empreguem o melhor ou pior dos utensílios; apliquem o seu tempo de trabalho na fabricação de artigos socialmente necessários ou na quantidade socialmente exigida, ou fabriquem artigos que não sejam nada procurados, ou artigos pedidos a mais ou a menos do que as necessidades – nada disso interessa: o trabalho é o trabalho, o produto de um trabalho igual deve ser trocado contra um produto de trabalho igual.

No capitalismo, os industriais produzem sem conhecer *a priori* a quantidade socialmente exigida. A demanda social por determinada mercadoria só pode ser balizada pelo seu preço. De acordo com Engels (2001: 18), “É apenas pela diminuição ou aumento dos preços dos produtos que os produtores isolados de mercadorias aprendem, à sua custa, que a sociedade tem necessidade de tais produtos e em tal quantidade”. Querer interferir nesse sistema, propondo o valor-trabalho como medida para todos os produtos do trabalho, com a finalidade de que o trabalhador possa consumir um valor equivalente ao seu trabalho, é, antes de tudo, um remédio improvável para os dilemas sociais. Marx argumenta que, de modo geral, mesmo com a flutuação dos preços, as altas e baixas se compensam, de maneira que “(...) as mercadorias se vendem, em média, pelos seus verdadeiros valores, e que os lucros se obtêm vendendo as mercadorias pelo seu valor, isto é, em proporção à quantidade de trabalho nelas materializado” (MARX, 1956a: 397). A questão do lucro não repousa sobre o aumento

do preço das mercadorias acima de seu valor, mas na apropriação de uma quantidade de trabalho pelo qual o capitalista nada desembolsou.

O valor de uma mercadoria se determina pela quantidade total de trabalho que encerra. Mas uma parte desta quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual nenhum equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho remunerado; a outra parte, trabalho não remunerado. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria pelo seu valor, isto é, como cristalização da quantidade total de trabalho nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o custo real da mercadoria são coisas inteiramente distintas. Repito, pois, que lucros normais e médios se obtêm vendendo as mercadorias não acima do que valem e sim pelo seu verdadeiro valor (MARX, 1956a: 404).

Outro aspecto teórico criticado por Marx foi com respeito à “propriedade”. Para Marx, Proudhon tem a ilusão de querer definir a propriedade como uma ideia independente, sem compreendê-la como relação própria das relações sociais da produção capitalista. Seu ponto de vista conceitual se circunscreve entre a pequena produção e a exploração em nível industrial, sob a contínua supressão da primeira pela última. “O Sr. Proudhon, embora pareça referir-se à propriedade em geral, apenas trata da propriedade fundiária, da renda fundiária (...)” (MARX, 2001a: 135). Marx pondera que “Enquanto existia apenas o colono do sr. Proudhon, não havia renda” (MARX, 2001a: 139). O que Proudhon deixa de perceber, na visão de Marx, é que a renda fundiária se produz quando se relacionam o proprietário fundiário e o capitalista industrial, ou seja, com a intervenção do capital industrial na exploração da terra. O colono que Proudhon vê ser explorado pelo proprietário fundiário na verdade é o operário explorado pelo capital; o proprietário fundiário, por sua vez, é compelido a ver no seu lote de terras “(...) apenas uma máquina de cunhar moedas” (MARX, 2001a: 140). A renda referente ao arrendamento se altera em função de várias circunstâncias, como localização e fertilidade, não obstante, como qualquer relação social “A renda provém da sociedade e não do solo” (MARX, 2001a: 144), ou seja, é historicamente determinada.

Ao estabelecer a propriedade como uma relação independente, o Sr. Proudhon cometeu mais do que um erro de método: prova claramente que não compreendeu o laço que une todas as formas da produção *burguesa*, que não compreendeu o caráter histórico e transitório das formas da produção numa época determinada. O Sr. Proudhon, que nas nossas instituições sociais não vê produtos históricos, que não compreende nem a sua origem

nem seu desenvolvimento, não pode fazer-lhe senão uma crítica dogmática (MARX, 2001b: 180).

Na perspectiva de Proudhon, se os trabalhadores não dependessem e, portanto, não tivessem que remunerar o proprietário da terra, pagar o aluguel dos instrumentos de trabalho e instalações, ou o juro pelo dinheiro emprestado, ter-se-iam produtos ofertados pelo seu justo valor, fundamentalmente, pelo tempo de trabalho empregado. Isso só seria possível se os trabalhadores produzissem sem as despesas relacionadas ao direito de propriedade. Como resultado geral, os produtos seriam ofertados pelo seu preço de custo e o consumo, por parte dos trabalhadores, equivaleria ao seu trabalho.

A inepta concepção de que o preço de custo da mercadoria constitui seu verdadeiro valor, mas que a mais-valia se origina da venda da mercadoria acima de seu valor, que, portanto, as mercadorias são vendidas por seus valores quando seu preço de venda é igual a seu preço de custo, ou seja, igual ao preço dos meios de produção nelas consumidos mais salários, trompeteada por Proudhon, com a habitual charlatanice pretensamente científica, como segredo recém-descoberto do socialismo. Essa redução do valor das mercadorias a seu preço de custo constitui, de fato, a base de seu Banco Popular (MARX, 1985/86a: 32).

O que Proudhon não percebe é que determinado sistema de distribuição corresponde a um determinado sistema de produzir. Não é criando um novo sistema de crédito, consumo e trocas que se produzirá um novo sistema social, um sistema mutualista, como queria Proudhon.

A distribuição dos meios de consumo é, em cada momento, um corolário da distribuição das próprias condições de produção. E esta é uma característica do modo mesmo de produção. Por exemplo, o modo capitalista de produção repousa no fato de que as condições materiais de produção são entregues aos que não trabalham sob a forma de propriedade do capital e propriedade do solo, enquanto a massa é proprietária apenas da condição pessoal de produção, a força de trabalho. Distribuídos deste modo os elementos de produção, a atual distribuição dos meios de consumo é uma sequência natural. Se as condições materiais de produção fossem propriedade coletiva dos próprios operários, isto determinaria, por si só, uma distribuição dos meios de consumo diferente da atual. O socialismo vulgar (e através dele uma parte da democracia) aprendeu com os economistas burgueses a considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção, e, portanto, a expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição. Uma vez que desde há muito tempo já está elucidada a verdadeira relação das coisas, porque voltar a marchar para trás? (MARX, 1961b: 217).

Com sua proposta de gratuidade do crédito³¹, Proudhon pretendia fornecer meios para o trabalhador produzir e sobreviver, adequando dessa forma o consumo dos trabalhadores à sua capacidade produtiva. Só que essa receita não é prescrita apenas para um paciente que não mais existe ou está em vias de desaparecer ante a grande indústria – os artesãos e pequenos produtores –, mas para os operários, para transformá-los em pequenos produtores e, assim, estender os “benefícios” da manufatura e pequena produção a toda população. Dessa forma, para Marx, os objetivos do banco proudhoniano não passam de uma fantasia criada em meio à desagregação do modo de vida baseado no artesanato e na pequena produção pelo capital, precisamente por isso, de inspiração pequeno-burguesa.

As últimas “proezas” econômicas de Proudhon foram a sua descoberta do “Crédito gratuito” e do “Banco do povo” que devia concedê-lo. (...) Não há dúvida, nenhuma, até é mesmo evidente que o sistema de crédito que serviu, por exemplo, na Inglaterra, no começo do século XVIII, e mais tarde no século XIX, para transferir as riquezas de uma classe para outra, poderia também servir, em certas condições políticas e econômicas, para acelerar a emancipação da classe operária. Mas considerar *o capital a juros como a forma principal do capital*, querer fazer duma aplicação particular do crédito, da pretensa abolição do juro, a base da transformação social – eis uma quimera perfeitamente digna dum pequeno burguês (MARX, 2001c: 192-193).

Mesmo após o levante revolucionário europeu de 1848, o socialismo não baseado na luta de classes manteve seus seguidores. Proudhon sem dúvida foi seu principal expoente. Rejeitava a ação dos operários que pudesse exercer qualquer “violência” contra a produção (como elevação abrupta dos salários). Veja-se que, quando Proudhon percebe os trabalhadores enquanto classe, ele desaprova sua associação política, pois em sua visão, a associação para fins classistas representa uma violência contra a produção e, por isso, não pode ser tolerada (MARX, 2001a). Assim, sua proposta passava longe de incrementar a luta de classe como mecanismo para a transformação da ordem existente. Com sua ênfase no consumo, condenava tudo o que se agregava à mercadoria sob a forma de direito de propriedade, elevando seu preço final. Em função disso é que seu “Banco do Povo”, além de disponibilizar empréstimos sem juros, também é um banco de trocas, isto é, uma alternativa que pretendia eliminar o lucro comercial. Com a ênfase no crédito e no consumo, Proudhon coloca no centro de sua estratégia a reciprocidade econômica como meio para reformar a sociedade, plataforma de onde se ergue o sistema mutualista. Engels (1961b: 314-315), comparando a perspectiva

³¹“Mas para o burguês, e em especial para o pequeno burguês, o crédito é uma questão importante. Sobretudo para o pequeno burguês, seria uma grande coisa poder obter crédito a qualquer momento, particularmente sem ter que pagar juros” (ENGELS, 1961a: 134).

owenista e proudhoniana, coloca esta última em inferioridade em vista da primeira. Observe-se:

(...) foi também ele [Owen] quem criou, como medidas de transição, para que a sociedade pudesse organizar-se de maneira integralmente comunista, de um lado, as cooperativas de consumo e de produção – que serviram, pelo menos, para demonstrar na prática que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis –, e de outro lado, os mercados operários, estabelecimentos de troca dos produtos do trabalho por meio do bônus de trabalho e cuja unidade é a hora de trabalho produzido; esses estabelecimentos tinham necessariamente que fracassar, mas se antecipam em muito aos bancos proudhonianos de troca, diferenciando-se deles somente em que não pretendem ser a panacéia universal para todos os males sociais, mas pura e simplesmente um primeiro passo para uma transformação muito mais radical da sociedade.

Em síntese, são dois os argumentos. Primeiro, o fato de já terem existido experiências de cooperativismo e banco de trocas criadas por Owen e que fracassaram, portanto, a proposta de Proudhon em boa parte já fora antecipada na Grã-Bretanha³². Segundo, para Owen, aquelas experiências por ele implementadas eram vistas como medidas iniciais para a formação de um ser superior (que seria alcançado mediante alteração nas circunstâncias externas, no sentido de torná-las mais favoráveis à constituição de um ser humano melhor). Já para Proudhon, o “Banco do Povo”, ao abolir os juros e lucro comercial, transformaria a economia e a política, em suma, revolucionaria a sociedade. Segundo Hobsbawm, Marx refutava todas essas tentativas, em seus mais variados nuances, de reformar o capitalismo via consumo, crédito ou trocas:

Refutou o que considerava tentativas “burguesas” (*Manifesto*), ou mais tarde “pequeno-burguesas”, ou de qualquer modo equivocadas por outras razões, de enfrentar os problemas do capitalismo adotando medidas como a reforma do crédito, as intervenções sobre a circulação monetária, a reforma da renda, providências para impedir a concentração capitalista através da abolição da herança ou por outros meios, mesmo quando tais medidas não fossem concebidas para favorecer pequenos proprietários individuais, mas associações de trabalhadores que operavam no interior do capitalismo e tinham como meta, no fim das contas, substituir o capitalismo (HOBSBAWM, 1983a: 55).

A perspectiva de Proudhon reconhece os males sociais provocados pelo capitalismo industrial e que avança destruindo continuamente o modo econômico baseado na manufatura e na pequena produção individual. Sua proposta para resolver os problemas sociais

³²Segundo Engels (1961a: 128), “(...) antes que Proudhon o inventasse, já havia falido mais de uma vez na Inglaterra sob o nome de Labour Exchange Bazaar” [referindo-se ao banco de trocas de Owen].

decorrentes da industrialização, como o “Banco do Povo”, no fundo quer fazer a roda da história girar para trás. Nesse sentido, Engels, em *A contribuição ao problema da habitação*, que analisa a perspectiva proudhoniana transportada à Alemanha por um tal Dr. Mülberger, para tratar da questão da habitação, diz o seguinte:

Toda essa concepção, de que o operário há de comprar sua moradia, apoia-se por sua vez sobre a teoria fundamental reacionária de Proudhon, que já indicamos, segundo a qual as condições criadas pela grande indústria moderna constituem uma excrescência e que a sociedade deve ser levada pela força – isto é, opondo-se à corrente seguida por ela há cem anos – a um estado de coisas no qual a norma seria o antigo e estável trabalho manual de produtores individuais. O que, em termos gerais, não seria mais que uma restauração idealizada da pequena empresa, já arruinada e que continua a arruinar-se. Uma vez reintegrados a essa situação inerte, uma vez afastada com êxito a “voragem social”, os operários poderiam então, naturalmente, recuperar sua “casa e lar” e a teoria do resgate seria menos absurda. Mas Proudhon esquece simplesmente que, para realizar tudo isso, é necessário atrasar o relógio da história mundial em cem anos, e que, ao fazê-lo, daria de novo aos atuais operários a mesma mentalidade do escravo, o mesmo espírito estreito, rasteiro e servil de seus avós (ENGELS, 1961a: 128).

CAPÍTULO III – O COOPERATIVISMO FRENTE AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

3.1 – O COOPERATIVISMO E A ATUALIDADE HISTÓRICA DA TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

Ainda que não dispense um tratamento metódico às associações cooperativas que existiram em sua época, as referências de Marx ao cooperativismo se relacionam com o movimento operário e com o modo de produção capitalista. Essas referências estão dispersas no conjunto de seus textos. No campo marxista, a complexidade do tema favorece discussões quanto a seu caráter e possibilidades no que se refere à transição para o socialismo, sendo uma delas a polêmica sobre a importância do cooperativismo no contexto da N.E.P.³³, relatada nas palavras de Lênin (2000: 48):

Com efeito, entre nós, sendo o poder de Estado exercido pela classe operária, e detendo o Estado todos os meios de produção, apenas nos falta efetivamente agrupar a população em cooperativas. Logo que a população esteja agrupada o mais possível em cooperativas, o socialismo realiza-se por si próprio, este socialismo que provocara antes legítimas zombarias, sorrisos, o desdém das pessoas convencidas com razão da necessidade da luta de classes, da luta pelo poder político, etc. Pois bem, nem todos os camaradas se apercebem da importância enorme, ilimitada, que a cooperação assume para nós, hoje, na Rússia.

Ao relacionar o cooperativismo com a luta de classes e as contradições do modo de produção capitalista, Marx tem por horizonte a questão da transição do modo de produção capitalista ao modo de produção associado ou comunista, isto é, seu pano de fundo é a reprodução de uma forma social determinada historicamente e, nessa sua qualidade histórica, é tão transitória como qualquer outra forma já existente. O tratamento dispensado por Marx a respeito da questão da transição, como observa Hobsbawm (1983a: 63), não se assemelha às propostas precedentes.

Entre outras coisas, diferentemente dos socialistas que o tinham precedido, – para os quais a nova sociedade era algo concluído em si mesmo, que devia ser constituída de forma definitiva segundo o modelo previamente escolhido, – para Marx também a sociedade futura continua a se desenvolver

³³“Nova Política Econômica”. Corresponde à política econômica implementada na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) no início da década de 1920.

historicamente, de modo que dela só se podem prever os princípios e as linhas gerais, deixando de lado os projetos detalhados.

O período compreendido entre o capitalismo e a nova sociedade, foi brevemente abordado por Marx na *Crítica ao Programa de Gotha*, como período de transição, sendo o modo de produção capitalista a fase inicial, a qual precede e prepara o terreno para a fase superior, o modo associado ou comunista. Na transição, os defeitos próprios da velha sociedade ainda estão presentes. Segundo Marx (1961b: 216), os defeitos “(...) são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como brota da sociedade capitalista depois de um longo e doloroso parto”. A fase superior tem seu começo com o fim da subordinação do trabalhador, que transforma seu trabalho tão somente em meio de vida para si e fonte de riqueza para seu comprador.

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades (MARX, 1961b: 216-217).

Durante a transição, os trabalhadores não podem contar com prescrições antevistas, sua obra é dar vazão aos elementos dissolventes da sociedade capitalista em decadência. Nesse sentido, segundo Marx, caminharam os operários durante a Comuna de Paris.

A classe operária não esperava da Comuna nenhum milagre. Os operários não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir “par décret du peuple”. Sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm que realizar nenhum ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio (MARX, 1961a: 86).

Na atualidade, os dilemas e as contradições do desenvolvimento da produção social subordinada ao capital e seu inerente caráter destrutivo e auto-destrutivo adquirem um potencial não visto até então. Além de elevar a produtividade do trabalho e, com efeito, a exploração dos trabalhadores a níveis nunca antes vistos, sua lógica e funcionamento

colocam, também, a vida em geral sob risco. Qual é o limite disso? Assim discorre Mészáros (2002: 526-527):

Esta questão sempre *assombrou* a teoria liberal/burguesa, desde Adam Smith, por uma boa razão: o medo de que o capital possa um dia encontrar seu *limite absoluto*. Nas circunstâncias em que este medo transforma-se numa realidade inevitável – o que está rapidamente acontecendo hoje –, a investigação das condições da produção em si deixa de ser uma questão de “tautologia simplória”. Antes, adquire uma posição dramática porque os *limites do capital* colidem com as condições elementares do próprio *sociometabolismo*, e desse modo ameaçam aguda e cronicamente a própria sobrevivência da humanidade. (...) numa época em que a vertiginosa produtividade do capital o capacita a engolir a totalidade dos recursos humanos e materiais do nosso planeta, e vomitá-los de volta na forma de maquinaria e “produtos de consumo de massa” cronicamente subutilizados – e muito pior: imensa acumulação de armamentos voltados à potencial destruição da civilização por centenas de vezes –, em uma situação como esta, a própria *produtividade* se transforma num conceito enormemente *problemático*, já que parece ser inseparável de uma fatal *destrutividade*.

Nesse contexto, mantém-se na ordem do dia a necessidade de mudanças radicais no modo de produção vigente. “A transição para o socialismo em escala global, visualizada por Marx, adquiriu uma atualidade histórica nova e mais urgente, em vista da intensidade e da severidade da crise” (MÉSZÁROS, 2002: 1063).

Diante do atual momento histórico, impõe-se à pauta das forças sociais contrárias à lógica do capital urgência em se re-pensar, com base nas atuais condições, a transição para o socialismo. Mészáros (2002) faz a distinção entre capital e capitalismo. Capital para ele é a categoria histórica que surge em séculos anteriores ao capitalismo, como o capital mercantil. O capitalismo é a formação social hegemônica que coincide com a reprodução do capital. Portanto, se o capital é anterior ao capitalismo ele pode, da mesma forma, também ser posterior, isto é, continuar se reproduzindo numa configuração social pós-capitalista, como nos regimes da URSS e países do leste europeu. A “expropriação dos expropriadores” e a supressão da garantia jurídico-política da propriedade inscrita no Estado não foram suficientes para a experiência soviética atingir o fundamento da reprodução do capital, a subordinação do trabalho ao capital. Enquanto o trabalho permanecer sob a autoridade e controle de uma força dele separado, ele continuará reproduzindo o poder que o domina: o capital. Assim, o sistema soviético, ao não tocar nesse pilar fundamental da reprodução do capital, apenas o personificou em uma nova forma, que paradoxalmente tentou se legitimar como “interesse da classe trabalhadora”.

A postura setorial-defensiva dos sindicatos, que se colocaram como interlocutores perante o capital, possibilitou algumas vantagens para setores específicos do movimento operário. Tendo em vista as condições favoráveis de expansão do capital, o *Estado de Bem-estar Social*, naqueles poucos países em que existiu, é a expressão dessa postura defensiva. Mais à frente, quando da estagnação e crise, todas essas concessões, como se sabe, são retiradas. As atitudes defensivas por parte do movimento operário se aprofundaram quando o movimento se dividiu em braço industrial (sindicatos) e braço político (partidos), alterando a correlação de forças de maneira que, conforme Mészáros (2002: 23),

(...) a aceitação pelo capital da legitimidade dos partidos políticos operários foi conquistada em troca da declaração da completa ilegalidade do uso do “braço industrial” para fins políticos, o que representou uma severa restrição aceita pelos partidos trabalhistas, e que condenou à total impotência o imenso potencial combativo do trabalho produtivo materialmente enraizado e potencial e politicamente mais eficaz.

Não tiveram melhor sorte os sindicatos do bloco soviético, pois foram convertidos em meras “correias de transmissão” do stalinismo e, dessa forma, impossibilitados de desenvolver pela base as possibilidades políticas e econômicas de controle operário. O stalinismo transformou os dilemas da construção do socialismo numa sociedade atrasada, do ponto de vista das forças produtivas, e, sob incessante cerco internacional, num fim em si mesmo; a perspectiva do “socialismo em um só país” é expressão disso.

Tais experiências (social-democrata e stalinista-soviética) sequer arranharam o fundamento da reprodução capitalista: a subordinação do trabalho. Dessa forma, no essencial, não enfrentaram o capital e, em razão disso, nunca apontaram para a “fase superior”. Uma nova ofensiva socialista, uma nova teoria da transição, que rearticule as forças socialistas às necessidades do atual cenário histórico não pode perder de vista o seu objetivo último: a produção sob o controle dos produtores associados.

(...) o projeto socialista tinha de se redefinir como a *restituição* da função de controle historicamente alienada para o corpo social – os “produtores associados” – sob *todos* os seus aspectos. Em outras palavras, o projeto socialista teria de ser realizado como um *modo de controle sociometabólico qualitativamente diferente*: um controle constituído pelos indivíduos de tal maneira que não fosse deles *alienável*. Neste aspecto, para ser bem sucedido, teria de ser um modo de controle capaz de regular as funções produtivas materiais e intelectuais dos intercâmbios de mediação dos indivíduos entre si mesmos e, por natureza, não *vindo de cima* (...) mas sim emergindo da *base social mais ampla possível* (MÉSZÁROS, 2002: 88).

Nesses termos, o argumento de Mészáros se baseia na referência de Marx aos “produtores associados”. Existem várias passagens em que Marx fala da formação social superior como sociedade dos produtores livres e associados ou somente produtores associados. Vejamos uma dessas passagens:

O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas esse sempre continua a ser o reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental. (MARX, 1985/86b: 273) [grifo nosso].

Uma nova sociedade, um novo modo de produção superior aos até então existentes, só se torna possível com o fim da subordinação dos verdadeiros produtores (os trabalhadores) a qualquer poder que lhes seja estranho, no caso, o capital. A produção sob o controle dos produtores associados representa o fim da exploração de uma classe sobre outra, o fim das classes sociais e a jornada de trabalho, por sua vez, reduzida a um *minimum* possível.

Mészáros acrescenta que a negação do capital tem de ser acompanhada pelo processo de afirmação positiva, de auto-emancipação dos trabalhadores, cujo horizonte é a produção sob o controle dos produtores associados.

O que está em jogo, então, é a constituição de uma estrutura organizativa capaz não só de negar a ordem dominante, mas também, simultaneamente, de exercer as funções vitais positivas de controle, na nova forma de auto-atividade e autogestão, se, realmente, as forças socialistas estão para romper o círculo vicioso do controle social do capital e a sua própria dependência negativa e defensiva em relação a ele (MÉSZÁROS, 2002: 1067).

Segundo Mészáros (2002), trilhando esse caminho, dois movimentos se destacam na América Latina: i) O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Brasil (MST), que surge

em meio à demanda por reforma agrária e avança em termos políticos articulando a luta econômica e a luta política. A formação de cooperativas para esse movimento não se desconecta da luta contra o capital, mas se constitui num componente tático da luta pelo poder político; ii) A revolução Bolivariana, na Venezuela, tem também articulado a esfera política à econômica. Destacamos seu incentivo ao movimento de fábricas recuperadas, movimento que não representa apenas uma forma de manter os empregos no interior da sociedade capitalista, mas, sobretudo, um desafio ao capital em relação ao controle da produção. Um de seus lemas é: “fábrica quebrada deve ser fábrica ocupada pelos trabalhadores³⁴”. Para Mészáros, esses dois movimentos, ainda que em fase preliminar, estão tendo sucesso na rearticulação do braço industrial e do político, pois negam o estado atual e, ao mesmo tempo, afirmam uma alternativa positiva.

Além disto, é também muito significativo que os movimentos sociais radicais em questão queiram se livrar das limitações organizacionais da esquerda histórica a fim de conseguirem articular na ação não apenas a necessária negação do que aí está, mas também a dimensão positiva de uma *alternativa hegemônica*. É claro que ainda estamos num estágio muito inicial desses processos. Entretanto, para considerar apenas dois exemplos, já é possível mostrar alguns sucessos significativos. O primeiro exemplo é o Movimento dos Sem-Terra no Brasil, que continua a afirmar seus objetivos com grande rigor e coragem, gerando ecos em diferentes partes do mundo. O segundo exemplo, apesar de datar já de vários anos, acaba de ter sua importância reconhecida pela vitória eleitoral esmagadora do Presidente Chaves na Venezuela, e ainda pelo sucesso ainda mais avassalador do Referendum Constitucional que se seguiu. As pessoas envolvidas nos dois exemplos tentam agora enfrentar a tarefa extremamente difícil de unir a esfera reprodutiva material à política, fazendo-o de formas diferentes, mas complementares. O primeiro está abrindo caminhos no campo da produção material, desafiando o modo de controle sociometabólico do capital por meio da empresa cooperativa dos sem-terra, e já começando indiretamente a exercer influência no processo político brasileiro. O segundo, na Venezuela, evolui para o mesmo fim a partir da direção oposta: pelo uso da força política da Presidência e da Assembléia Constitucional, ele tenta introduzir alterações importantes e necessárias no terreno da reprodução material, como parte fundamental da alternativa visada (MÉSZÁROS, 2002: 33).

³⁴Declaração do presidente da Venezuela Hugo Chaves no 1º Encontro Latino Americano de Fábricas Recuperadas por Trabalhadores, realizado em Caracas, em 2005, e que é destacada na declaração final do “Encontro Pan-Americano em Defesa do Emprego, dos Direitos, da Reforma Agrária e do Parque Fabril”, realizado em Joinville (SC), em dezembro de 2006.

Disponível em <<http://www.ips.com.br/~sinprojf/pan122006.pdf>>

Acesso em 25/10/2008 às 16h56min.

O MST e o movimento de recuperação de empresas falidas, pela dimensão que vêm assumindo no Brasil, na Argentina, na Venezuela e em outros países da América Latina, têm evidenciado uma nova relação do cooperativismo com as forças socialistas e revitalizado o debate em torno do cooperativismo e da transição. Na medida em que o cooperativismo remete à transição e a relação do cooperativismo com a luta de classes volta à cena, uma releitura de Marx ganha importância central.

3.2 – TRABALHO ASSOCIADO E FÁBRICAS COOPERATIVAS

Karl Marx, em 1864, atendendo ao pedido da comissão responsável pela elaboração dos documentos programáticos da I Internacional³⁵, redige o manifesto inaugural daquela associação, em que aparece uma concisa reflexão que relaciona fábricas cooperativas e o trabalho associado, entendido como superior à forma assalariada e anteriores:

Mas o futuro nos reserva uma vitória ainda maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários. Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns *hands* audazes. O valor destas grandes experiências sociais não pode ser superestimado. Pela ação, ao invés de por palavras, demonstram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria. Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no Continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848 (MARX, 1956b: 354-355) [grifos nossos].

Nesse documento, Marx se refere ao trabalho associado como contraponto ao trabalho assalariado, como relação que aponta para a futura substituição do assalariamento e se relaciona com as fábricas cooperativas existentes à sua época. O trabalho associado é uma relação que se expressa no movimento da classe trabalhadora, mais especificamente, nas fábricas cooperativas e, ao mesmo tempo em que se contrapõe ao assalariamento, conecta-se

³⁵Abordaremos pontualmente essa organização no decorrer deste capítulo.

às necessidades de uma nova relação social de produção fundada na associação dos produtores (trabalhadores).

Ivo Tonet (2005) argumenta que o trabalho associado é considerado por Marx como fundamento da emancipação humana. Ao discorrer sobre a relação entre trabalho e as possibilidades de emancipação, este autor argumenta: sendo o trabalho o ato primário fundante do ser social, e o trabalho assalariado fundante do capitalismo, o trabalho associado, por sua vez, seria o ato fundante da emancipação humana.

(...) para compreender os lineamentos gerais dessa forma de sociabilidade que chamamos, com Marx, de emancipação humana, devemos começar por identificar o ato fundante – que já sabemos ser um ato de trabalho – que se encontra na sua base. (...) Este ato fundante é chamado por Marx de trabalho associado. (...) Assim, o trabalho associado pode ser, inicialmente, definido como aquele tipo de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças e detêm o controle do processo na sua integridade, ou seja, desde a produção, passando pela distribuição até o consumo (TONET, 2005: 132-133).

A reflexão de Tonet (2005) não visa explorar a conexão do trabalho associado com os empreendimentos controlados pelos trabalhadores que emergiram nas últimas décadas do século XX, isto é, as formas concretas de controle social da produção baseada no trabalho associado não é objeto de sua análise. Entretanto, o autor, a exemplo de Mészáros (2002), argumenta que a experiência soviética também não apontou para a emancipação dos trabalhadores, para a produção sob controle dos produtores associados.

(...) o controle consciente e necessariamente coletivo (apenas possibilitado por uma forma de sociabilidade fundada no trabalho associado) do processo social é o que caracteriza essencialmente o comunismo. Se e como isso será levado a efeito, é impossível saber concretamente, hoje. O que se pode saber é que nem o planejamento centralizado nem a ‘livre concorrência’ são as expressões de e nem possibilitam esse controle (TONET, 2005: 177).

O trabalho associado refere-se ao aspecto interno do empreendimento, ou seja, à relação entre os indivíduos e destes com os meios de trabalho. Quanto ao *lócus*, ou unidades econômicas, Marx utiliza o termo: fábricas cooperativas. As fábricas cooperativas são empreendimentos constituídos pelos esforços dos operários, portanto, obra independente da própria classe trabalhadora, não sujeita aos estímulos provenientes de outra classe. Surgem quando os operários assumem o controle da produção fabril em decorrência das crises do

capital. Segundo Germer, existe uma diferença fundamental das fábricas cooperativas de que fala Marx em relação aos demais experimentos econômico-sociais cooperativos.

As fábricas-cooperativas surgiram a partir do início do século XIX geralmente resultantes da tomada, pelos trabalhadores, do controle de fábricas falidas em períodos de crise industrial. As fábricas-cooperativas, enquanto cooperativas de produção, distinguem-se radicalmente, no que diz respeito ao seu significado histórico, de outras cooperativas (...) A diferença fundamental é que as primeiras ilustram um processo de tomada, pelos trabalhadores, de unidades de produção tecnicamente avançadas, que constituem o resultado do desenvolvimento capitalista e o ponto de partida do socialismo, ao passo que as últimas nada mais são do que esquemas paliativos destinados a prolongar a agonia dos seus infelizes integrantes (GERMER, 2007: 64).

A problemática do cooperativismo em Marx insere-se em sua análise mais ampla do sistema capitalista, por isso, tratar do trabalho associado e das fábricas cooperativas exige atenção aos seguintes referenciais da teoria social de Marx: (1) a categoria “trabalho” e a concepção de mais-valia; (2) o regime de trabalho que é negado, o trabalho assalariado; (3) a antítese do capital objetivamente constituída, a classe trabalhadora; (4) a forma capitalista de produzir, o modo de produção capitalista.

3.2.1 – A categoria “trabalho” e a mais-valia

Marx, entre 1845 e 1846, em conjunto com Engels, sistematizou sua crítica à filosofia de base hegeliana, naquele trabalho que ficaria conhecido postumamente³⁶ como *A ideologia Alemã*. Suas críticas se concentravam nas interpretações que concebiam o “mundo real” a partir do “mundo das ideias”.

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (MARX e ENGELS, 1998a: 19).

Podemos dizer que Marx inverte a ordem hegeliana, trazendo seus determinantes para a materialidade da vida social, visto que a existência social, bem como o conhecimento sobre

³⁶Foi publicada pela primeira vez em 1933. Ver introdução de Jacob Gorender (MARX e ENGELS, 1998a).

ela, é determinada por condições sociais objetivas, em que “A primeira condição de toda a história humana é naturalmente, a existência de seres humanos vivos” (MARX e ENGELS, 1998a: 10). O ponto de partida são os indivíduos concretos e as relações que estes estabelecem entre si e com a natureza para a produção de sua existência. O que caracteriza distintivamente o ser humano é sua relação com a natureza a fim de produzir as condições materiais de sua existência.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (MARX e ENGELS, 1998a: 11).

Para satisfazer suas necessidades, os indivíduos precisam produzir. Ao produzir os meios necessários à sua vida material, transformam a natureza, ligando o mundo natural e o mundo social, e isso só é possível por meio do trabalho. É pelo trabalho que a natureza é transformada, portanto, é o trabalho que possibilita a articulação entre o social e o natural. De acordo com Marx (1985: 50), o trabalho³⁷ é “(...) uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. E ainda, complementando:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1985: 149).

³⁷Marx se refere aqui ao trabalho concreto, ou útil, caráter do trabalho que não depende de determinada forma de produção. Na produção de mercadorias o trabalho confere-lhe seu duplo caráter, trabalho concreto e trabalho abstrato, portanto, a concepção marxiana de mercadoria considera-a sob dois aspectos. Por um lado como valor-de-uso e, por outro, como valor-troca, ou seja, como cristalização desse duplo caráter do trabalho.

Do ponto de vista ontológico, o trabalho é “uma condição de existência humana” e, dessa forma, ele é inacessível pela filosofia hegeliana³⁸. Enquanto categoria econômica, o trabalho recebeu contribuições de várias escolas de pensamento, dentre as quais a economia política, que teve influência fundamental na teoria de Marx.

Segundo Marx (1984: 412), “o trabalho parece uma categoria inteiramente simples. E também a representação do trabalho nesta sua universalidade – como trabalho em geral – é muito antiga”. Aristóteles (384/383–322 a.C.), do ponto de vista do ofício, percebia o trabalhador como instrumento, como parte da propriedade e, nessa condição, este equivaleria ao escravo: “Ele é em si uma ferramenta para manejar ferramentas. Pois se cada instrumento pudesse realizar seu trabalho obedecendo ou antecipando a vontade de outros (...) os fabricantes não precisariam de trabalhadores, nem os senhores precisariam de escravos” (ARISTÓTELES, 2000: 148-149).

A categoria trabalho foi recebendo contribuições substanciais de reflexões que relacionavam a atividade “trabalho” com a produção da riqueza, ou seja, contra as concepções que estabeleciam a riqueza como inteiramente objetiva, como um valor em si mesmo³⁹. O sistema comercial ou manufatureiro concebeu o trabalho comercial e manufatureiro como criador de riqueza; os fisiocratas estabeleceram a agricultura como a atividade geradora de riqueza (MARX, 1984). A economia política propiciou importante avanço ao conceber a universalidade da atividade que produz riqueza, e esta atividade não é este ou aquele trabalho determinado, mas o trabalho em geral:

O que é comprado com dinheiro ou com bens é adquirido pelo trabalho, tanto quanto aquilo que adquirimos com o nosso próprio trabalho. Aquele dinheiro ou aqueles bens na realidade nos poupam este trabalho. Eles contêm o valor de uma certa quantidade de trabalhos que permutamos por aquilo que, na ocasião, supomos conter o valor de uma quantidade igual. O trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por

³⁸ Para a perspectiva hegeliana a *Ideia* é entendida como princípio dinâmico que desenvolve a realidade, como dizia Hegel, (1995:363) “A mundaneidade é o reino espiritual na existência, o reino da vontade, que se torna existência”. Para Marx (1984), se o procedimento de apropriação do concreto consiste em ir do abstrato ao concreto, isso não outorga ao pensamento um status causal, como advogava Hegel. “O concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade no diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da concentração, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (...) Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se concentra, que se aprofunda em si mesmo e se apreende a partir de si mesmo como pensamento móvel; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo espiritualmente como coisa concreta. Porém, isto não é de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto” (MARX, 1984:410).

³⁹ “Por exemplo, o sistema monetário coloca ainda a riqueza inteiramente objetiva, como coisa fora de si no dinheiro” (MARX, 1984: 412).

todas as coisas. Não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem, e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou comandar (SMITH, 1996: 87-88).

Marx, no desenvolvimento de sua teoria geral do modo de produção capitalista, conferiu relevante contribuição a respeito da apropriação do trabalho excedente, a mais-valia. De forma muito sintética: a mais-valia é obtida em decorrência do valor pago pela burguesia ao proletariado por a utilização de sua força de trabalho ser menor do que o valor por ela produzido. A diferença, ou seja, o trabalho não-pago aos trabalhadores é apropriado pelo capitalista, sendo fator fundamental para a reprodução ampliada do capital:

O capital é, portanto, não apenas comando sobre trabalho, como diz A. Smith. Ele é essencialmente comando sobre trabalho não-pago. Toda mais-valia, qualquer que seja a forma particular de lucro, renda etc., em que ela mais tarde se cristalice, é, segundo sua substância, materialização de tempo de trabalho não-pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve em sua disposição sobre determinado quantum de trabalho alheio não-pago (MARX, 1988: 120).

A mais-valia como mecanismo de valorização do capital decorre de um longo processo histórico em que os trabalhadores são separados de seus instrumentos de trabalho, condição que permite serem reunidos sob o domínio de um capitalista. A mais-valia absoluta consiste na apropriação de trabalho por meio do aumento da produção via progressão da jornada de trabalho. Aumenta-se a produção de determinada mercadoria elevando-se as horas de trabalho.

Por meio da revolução industrial, com a aplicação da maquinaria, intensifica-se a apropriação de sobre-trabalho sem alterar a jornada de trabalho. Na verdade, implica maior produtividade do trabalho ao reduzir o tempo necessário para produzir determinada mercadoria, sem que isso represente diminuição da jornada de trabalho do trabalhador individual. Institui-se, por conseguinte, a mais-valia relativa.

3.2.2 – Trabalho assalariado: cooperação sob o controle do capital

De acordo com Marx (1985: 259), “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação”. A cooperação, como

trabalho combinado, potencializa a capacidade produtiva, conferindo-lhe uma força social, força que é superior à simples soma de esforços individuais desconexos. De acordo com Marx, esse fenômeno tem um caráter especificamente social.

(...) o mero contato social provoca, na maioria dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais (*animal spirits*) que elevam a capacidade individual de rendimento das pessoas, de forma que 1 dúzia de pessoas juntas, numa jornada simultânea de 144 horas, proporciona um produto global muito maior do que 12 trabalhadores isolados, cada um dos quais trabalha 12 horas, ou 1 trabalhador que trabalhe 12 dias consecutivos. Isso resulta do fato de que o homem é, por natureza, se não um animal político, como acha Aristóteles, em todo o caso um animal social (MARX, 1985: 260).

As relações sociais de produção capitalista consolidaram a separação entre os trabalhadores e os meios de produção, ao mesmo tempo contrapondo um ao outro⁴⁰. Esse é um traço fundamental da cooperação sob o capitalismo que a distingue da cooperação nas culturas antigas, que, por sua vez, “(...) fundamentam-se, por um lado, na propriedade comum das condições de produção e, por outro, na circunstância de que o indivíduo isolado desligou-se tão pouco do cordão umbilical da tribo ou comunidade como a abelha individual da colméia” (MARX, 1985: 265).

A cooperação dos trabalhadores sob o comando capitalista tem sua origem na manufatura. A manufatura reuniu um conjunto de trabalhadores que realizavam seu ofício de forma independente sob o comando de um capital individual. Esses artesãos continuaram, num primeiro momento, a realizar individualmente todo o processo de confecção de determinado produto do antigo modo artesanal, com a diferença apenas de que estavam reunidos agora num mesmo local, momento em que ainda impera o que Marx chama de cooperação simples⁴¹. Pela necessidade de aumento da produção, o desenvolvimento seguinte leva os artesãos a executarem seu trabalho de forma parcial, decompondo aquele ofício em suas distintas operações (que davam origem ao produto) para serem executadas em operações isoladas. Sua conversão em trabalhadores parciais cristaliza-se na divisão do trabalho no

⁴⁰De acordo com Marx (1975: 99): “O processo que, de um modo ou de outro, separou a massa de indivíduos de suas anteriores relações afirmativas com as condições objetivas de trabalho, que negou tais relações e, portanto, transformou tais indivíduos em trabalhadores livres é, também, o mesmo processo que liberou estas condições objetivas de trabalho, potencialmente, de suas ligações prévias com os indivíduos agora delas separados. (...) O mesmo processo que contrapõe a massa de trabalhadores livres às condições objetivas de trabalho também contrapõe os mesmos a tais condições como capital”.

⁴¹Ver capítulo XII d’*O Capital*: MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro 1º, tomo 1, 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

interior da fábrica, transformando o que antes era produto individual do trabalhador autônomo em produto social, resultado final da cooperação de vários trabalhadores. Executando uma única operação simples, o trabalho parcial se aperfeiçoa, exigindo, dessa forma, ferramentas adequadas àquelas diversas atividades expressas com a divisão manufatureira do trabalho. Cria, assim, de acordo com Marx (1985: 271) “(...) uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples”. A base da manufatura é o trabalho artesanal parcial. A habilidade do artesão em manejar o instrumento de trabalho numa função específica é determinante para essa forma de produzir. Nessa condição, o trabalhador é anexado a uma função parcial a ser executada durante toda sua vida. Mas essa condição também consistia num obstáculo à produção capitalista, pois havia a dependência da técnica assentada no trabalho artesanal. Essa base de produção é superada com a introdução da maquinaria, condição para a indústria moderna. Consumada a revolução industrial, o capital adquire sua própria base técnica de produção, podendo libertar-se por completo dos resquícios da produção anterior que ainda permaneciam com a manufatura.

Se sob essa nova base técnica o capital elimina as limitações inerentes ao trabalho artesanal, no entanto, para os trabalhadores já não são necessárias aquelas habilidades lapidadas durante vários anos numa mesma função parcial. O trabalho continua sendo parcial, mas as máquinas levam a um nível tal de simplificação que, em grande parte, dispensa pré-requisitos, circunstância que permite a qualquer trabalhador alternar entre várias funções dentro de uma mesma fábrica e mesmo entre ramos diferentes, isto é, predispõe-nos à indiferença quanto aos ofícios em si⁴². Para o capital, é possível a substituição de qualquer trabalhador individual por outro sem prejuízo à produção. Com isso, mina-se a resistência da força de trabalho baseada na técnica pessoal. Conforme Marx (1956a: 418), “Este mesmo processo [de aplicação da maquinaria], que cria uma superabundância relativa de trabalho ordinário, simplifica muito o trabalho qualificado e, portanto, o deprecia”.

Com a concentração dos meios de produção nas mãos de capitalistas individuais⁴³ restava aos trabalhadores vender sua força de trabalho àqueles que detinham o domínio dos meios de produção. Enquanto vendedor de força de trabalho, fica em condição desvantajosa,

⁴²“Na América do Norte, onde o trabalho se desenvolveu libertando-se em superlativa medida das velhas reminiscências corporativas etc., revela-se também de maneira particular esta *versatilidade*, a mais completa indiferença em relação ao conteúdo determinado do trabalho e à mudança de ramo” (MARX, 2004a: 103).

⁴³A concentração dos meios de produção nas mãos de indivíduos que exploram um conjunto de trabalhadores é o ponto de partida da produção capitalista. No entanto, de acordo com Marx (1985), para estabelecer o capital como relação é necessária uma determinada massa de mais-valia que permita ao capitalista libertar-se das funções inerentes ao processo de trabalho e, dessa forma, poder confrontar o capital ao trabalho.

pois tem urgência em vendê-la para poder sobreviver. O operário, então, desenvolve a atividade criadora de valor – o trabalho – em condição imposta pelo capital, ao qual pertence o produto final desse processo: a mercadoria. Nessa relação, o produtor é subordinado às exigências do produto que a ele se opõe como “ser estranho”, como já assinalava Marx nos *Manuscritos de 1844*:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. (...) Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ele como *ser estranho*, como um poder independente do produtor. (MARX, 2004b: 111).

Dessa forma, configura-se socialmente a necessidade permanente de venda da força de trabalho ao capitalista e com ela a substância que se agrega aos objetos materiais e cria valor. Mas, para o trabalhador, representa somente um meio de sobrevivência, que é, ao mesmo tempo, meio de sua exploração⁴⁴. Como a relação entre o capitalista e o trabalhador se baseia no assalariamento, a cooperação no capitalismo não é outra coisa senão a cooperação de trabalhadores assalariados.

Como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa só no processo de trabalho, mas no processo de trabalho eles já deixaram de pertencer a si mesmos (...) A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, portanto, força produtiva do capital (MARX, 1985: 264).

Preliminarmente, a direção do processo de produção é assumida como função específica do capitalista. Tal função constitui-se em componente da exploração no processo social de produção, assumindo algumas características próprias: A produção é determinada pela valorização do capital, que implica maior exploração possível do trabalhador⁴⁵ e, em face do volume de meios de produção acumulados e de força de trabalho comprada, há a necessidade de efetivo controle no sentido de seu máximo aproveitamento, que resulta em

⁴⁴“O operário vendeu sua força de trabalho, vendeu a disposição da sua capacidade de trabalho, por um valor dado, determinado pelo valor da sua capacidade de trabalho. Qual é pois o resultado, no que lhe toca? Pura e simplesmente a reprodução da sua capacidade de trabalho. Que cedeu em troca disso? A atividade conservadora de valor, criadora e acrescentadora de valor: o seu trabalho” (MARX, 2004a: 133).

⁴⁵“É natural que o operário trabalhe com maior continuidade para o capitalista do que faz o artesão para os seus clientes desconhecidos (*strange customers*. Ing.): o seu trabalho não é limitado pelas necessidades fortuitas deste ou daquele cliente, mas apenas pelas necessidades de exploração do capital que o emprega” (MARX, 2004a: 100).

inevitável antagonismo entre explorado e explorador. Assim, a direção capitalista contrapõe sua autoridade aos trabalhadores no processo social de produção num modelo caracteristicamente despótico. Na relação capitalista, o capitalista entra como dirigente e o trabalhador a ele subordinado: “(...) suas condições objetivas de trabalho (meios de produção) e suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência), monopolizadas pelo aquisidor da sua capacidade de trabalho, se lhe opõe como capital” (MARX, 2004a: 94). O que o trabalhador perde se concentra no outro polo como capital.

Mediante a expansão da cooperação, a subordinação do trabalhador passa a ser delegada a uma específica categoria de assalariados, encarregados da supervisão direta dos trabalhadores no processo de trabalho. Segundo Marx (1985: 263-264):

Com o desenvolvimento da cooperação em maior escala, esse despotismo desenvolve suas formas peculiares. Como o capitalista, de início, é libertado do trabalho manual, tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima, com a qual a produção verdadeiramente capitalista apenas começa, assim ele transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados. Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, *managers*) e suboficiais (capatazes, *foremen*, *overlookers*, *contre-mâîtres*) que durante o processo de trabalho comandam em nome do capital.

A cooperação sob o comando do capital é o ponto de partida do trabalho assalariado. O capital, ao fazer cooperar uma massa de trabalhadores e explorar as potencialidades da força do trabalho combinado, isto é, do trabalho social, faz emergir o regime de trabalho assalariado. Regime próprio do modo de produção capitalista que funciona como mediador de uma relação de exploração que submete os trabalhadores ao comando do capital. Tem sua origem na manufatura e alcança seu pleno desenvolvimento no interior da indústria moderna. Desde então eleva-se como modelo predominante para as relações de trabalho dos outros setores da economia. De acordo com Marx (2004a: 112), “(...) com o desenvolvimento da produção capitalista todos os serviços se transformam em trabalho assalariado e todos os seus executantes em assalariados, tendo por consequência essa característica em comum com o trabalhador produtivo (...)”.

O capital leva à interdependência dos trabalhadores, de forma que o produto só aparece no final do processo de trabalho, tornando-o mais coletivo em função da divisão do

trabalho em suas partes simples e da aplicação da maquinaria⁴⁶. Do ponto de vista do desenvolvimento histórico das formas econômicas, o traço positivo é que, ao desenvolver as forças produtivas, o capital estabelece as condições para a superação da formação social presente.

3.2.3 – Classe trabalhadora: o sujeito revolucionário

Com o advento do capitalismo, além da constituição do trabalho assalariado como formação da força de trabalho para o capital, emerge o operariado enquanto classe social.

Os trabalhadores, enquanto força produtiva no modo de produção capitalista, constituem-se em classe para o capital e, nessa condição, sua existência é monopolizada por ele. Não apenas os instrumentos de trabalho são convertidos em capital, também os elementos necessários à sobrevivência do trabalhador são dele separados, tornando-se propriedades do capital. Para obtê-los, o operário é constrangido a vender sua força de trabalho por tempo determinado. No comércio, o trabalhador aparece como comprador de mercadoria, mas só na aparência, pois, segundo Marx (2004a: 70), “Não é o operário que compra meios de subsistência e meios de produção: são os meios de subsistência que compram o operário para o incorporarem nos meios de produção”. Assim, a relação entre as duas principais classes do modo de produção capitalista é, como nas formas de produção anteriores, baseada no antagonismo de classe, na exploração de uma classe em proveito de outra. Mas é desse antagonismo que brota a revolta e a contestação na classe explorada.

A constituição dos trabalhadores em classe para si percorre um caminho marcado pelo caráter antagônico do capitalismo. A exploração a que foram submetidos e o enfrentamento com a burguesia vão lapidando a força de trabalho no sentido de torná-la uma força política independente. Até a sua forma acabada, isto é, o proletariado moderno, um longo caminho é percorrido, o que, desde o início, exhibe seu caráter antitético à burguesia. Conforme Engels (1961b: 306),

(...) desde o momento mesmo em que nasceu, a burguesia conduzia em suas entranhas sua própria antítese, pois os capitalistas não podem existir sem os operários assalariados (...) ao lado de todo grande movimento burguês que se

⁴⁶“Na cooperação simples e mesmo na especificada pela divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individual pelo socializado aparece ainda como sendo mais ou menos casual. A maquinaria, com algumas exceções a serem aventadas posteriormente, só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho” (MARX, 1988: 15).

desatava, eclodiam movimentos independentes daquela classe que era o precedente mais ou menos desenvolvido do proletariado moderno. Tal foi na época da Reforma e das guerras camponesas na Alemanha a tendência dos anabatistas e de Thomaz Münzer; na grande Revolução Inglesa, os “levellers”, e na Revolução Francesa, Babeuf.

Acompanhando o movimento dos trabalhadores no interior da sociedade capitalista, não resta dúvida, para Marx e Engels, de que as possibilidades de transformação social estavam depositadas no movimento dos trabalhadores modernos, no proletariado, a verdadeira classe revolucionária.

De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico.

As camadas médias – pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como camadas médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, são reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História. Quando se tornam revolucionárias, isto se dá em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado (MARX e ENGELS, 1998b: 49).

O proletariado não poderia preceder a burguesia, pois sua existência, no aspecto político, coincide com sua luta contra a burguesia. Em seu processo histórico de formação, a classe que vive da venda de sua força de trabalho é condicionada pelo nível de desenvolvimento da grande indústria, desenvolvimento que põe frente a frente capital e trabalho, sendo que cada embate representa um passo adiante na constituição da classe trabalhadora.

Desde que uma classe que concentre os interesses revolucionários da sociedade se levante, encontra imediatamente em sua própria situação o conteúdo e o material para sua atuação revolucionária: abater os inimigos, tomar as medidas impostas pelas necessidades da luta. As consequências dos seus próprios atos a empurram para frente (MARX, 1986: 59).

Nesse processo, a crítica ao capitalismo constitui-se em elemento imprescindível para o esclarecimento dos trabalhadores, para perceberem sua posição no modo de produção capitalista e, com efeito, de sua condição na sociedade. Mas esse horizonte esteve por um tempo anuviado, pois o movimento operário achava-se rodeado de formulações liberais que pretendiam reformar o capitalismo sem a efetiva participação dos trabalhadores enquanto

classe. Nesse aspecto, a contribuição de Marx foi fundamental para a classe trabalhadora superar mais esse estágio de sua formação, uma vez que as elaborações teóricas que subsidiavam a crítica dos trabalhadores à sociedade estavam permeadas pelo radicalismo de inspiração liberal. Nessas circunstâncias, a crítica de Marx ao liberalismo foi decisiva para a superação de tal fase⁴⁷.

Para Marx, o modo de produção capitalista não eliminou as formas sociais de produção baseadas no antagonismo de classes, mas simplificou-as, tornou mais nítidas suas contradições ao polarizá-las em duas grandes divisões: os burgueses e os proletários. A moderna burguesia industrial, ao consolidar seu poderio econômico, gesta em seu seio sua negação, conforme Marx e Engels (1998b: 46): “A burguesia, porém, não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os proletários”. A superação de determinada formação social exige sujeitos sociais concretos e isso equivale a dizer que a passagem do capitalismo para o socialismo necessita de sujeitos sociais revolucionários⁴⁸. Os termos para a resolução da questão da emancipação não serão encontrados numa mente brilhante ou na filantropia burguesa. A emancipação da classe trabalhadora só pode ser encarada nessa perspectiva como obra da própria classe trabalhadora, “(...) a emancipação das classes trabalhadoras deverá ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras (...)” (MARX, 1956c: 358).

3.2.4 – O modo de produção propriamente capitalista

Começamos pela célebre passagem presente no *Prefácio à contribuição à crítica da economia política* (1859), na qual Marx expõe a precedência do substrato material em seu método de estudo,

⁴⁷Mészáros (2002: 524) assim discorre sobre a importância da crítica de Marx naquele momento: “Politicamente, era necessário minar o edifício intelectual dominante do liberalismo cuja influência constituía um importante obstáculo ao desenvolvimento do movimento da classe trabalhadora, ainda muito jovem. Esta influência negativa se manifestava nas seguintes formas: (1) a confusão desorientadora de uma “economia vulgar” pseudo-socialista; (2) variedades de mistificação filosófica; e (3) a impotência do pensamento utópico que substitui a realidade pelo desejo. Naturalmente, por vezes, as três se apresentam combinadas numa violenta mistura, em correntes como o proudhonismo. Assim, a crítica devastadora de Marx à posição liberal criou o terreno para um movimento político independente. O liberalismo tinha que ser atacado porque representava o principal obstáculo à emancipação do movimento da classe trabalhadora da tutela política/intelectual da ‘burguesia esclarecida’”.

⁴⁸De acordo com Hobsbawm (1983a: 63) “(...) o socialismo marxiano esclareceu as modalidades da transição da velha sociedade para a nova sociedade: o proletariado seria o seu portador, através de um movimento empenhado numa luta de classe que teria alcançado o seu objetivo tão-somente por meio da revolução, da “expropriação dos expropriadores”. O socialismo deixava de ser “utópico” e se tornava “científico”.

(...) na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina sua consciência (MARX, 1983: 301).

Os indivíduos, ao produzirem os meios materiais necessários à sua existência, desenvolvem e utilizam forças produtivas, ao mesmo tempo em que se organizam em determinadas relações de produção, que, em seu conjunto, correspondem a um *modo de produção* determinado. A manutenção da vida em sociedade, bem como o conhecimento⁴⁹ sobre ela, depende e se relaciona com as forças produtivas que os homens desenvolvem e com as correspondentes relações sociais requeridas para pôr em movimento aquelas forças. O modo de produção é a forma como a sociedade produz sua existência, e/ou ainda, é a reprodução das condições materiais de sua própria existência. É histórico, pois nasce de determinadas condições criadas pelo desenvolvimento social, e finda quando as mesmas se precipitam.

O modo de produção caracteriza-se pelas relações de produção erguidas sob seu domínio, relações que, por sua vez, mantêm correspondência com o estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas materiais. No entanto, o desenvolvimento das forças produtivas não é automaticamente acompanhado pelas relações de produção. E esse descompasso faz com que as relações de produção se constituam em obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas. Assim Marx e Engels descrevem o choque entre as forças produtivas e as relações de produção que minaram a sociedade feudal:

Numa certa etapa do desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava – a organização feudal da agricultura e da manufatura, em suma, o regime feudal de

⁴⁹A classe dominante, em sua época, também exerce o poder espiritual: “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual (...)” (MARX e ENGELS, 1998a: 48). No modo de produção capitalista, a dominação da classe burguesa no processo produtivo faz com que seus interesses e idéias se constituam como dominantes nos demais espaços da sociedade, ou seja, nos pensamentos, nas leis, na cultura, no Estado. Os interesses e visão de mundo da classe dominante, em seu tempo, acabam adquirindo o *status* de valores e direitos universais da humanidade. Operam na direção da preservação e legitimação do exercício de sua dominação.

propriedade – deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno desenvolvimento. Tolhiam a produção em lugar de impulsioná-la. Transformaram-se em outros tantos grilhões que era preciso despedaçar; e foram despedaçados (MARX e ENGELS, 1998b: 44-45).

As forças produtivas compreendem os meios de produção e a força de trabalho. Meios de produção são compostos por meios de trabalho – de acordo com Marx (1985: 150): “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto”, como máquinas e instrumentos – e objetos de trabalho, que são a substância sobre a qual se realiza o trabalho, isto é, a matéria-prima, e além dela, também as matérias auxiliares (substância consumida pelo meio de trabalho, acrescida à matéria-prima ou suporte à execução do trabalho). A força de trabalho consiste no “(...) conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda a vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1985: 139).

As relações de produção são correspondentes ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e dizem respeito à relação de uso, posse ou propriedade das forças produtivas, que os indivíduos estabelecem entre si para produzir. Expressa-se no posicionamento dos indivíduos diante dos meios de produção, na relação entre proprietários e não proprietários, expropriadores e expropriados.

No modo de produção capitalista esses dois fatores constituintes das forças produtivas – meios de produção e força de trabalho – assumem o seguinte caráter: a) os meios de produção sociais pertencem ao capitalista, estabelecendo-se a propriedade privada dos meios de produção como relação social e b) a força de trabalho é a mercadoria que o capitalista compra do trabalhador livre. A relação que aí se estabelece é o trabalho assalariado.

Desenvolvimentos no âmbito das forças produtivas foram determinantes para o nascimento do modo de produção capitalista, sendo o primeiro a separação entre força de trabalho e meios de produção. Isso ocorreu num processo ainda do período manufatureiro e resultou, por um lado, em “trabalhadores livres”, livres de instrumentos de trabalho e, de outro, em proprietários de meios de produção. Mas sua base tecnológica é ainda a oficina artesanal. Seu mecanismo de valorização assenta-se no prolongamento do tempo de trabalho e, enquanto opera por meio da mais-valia absoluta, esse processo corresponde à *subsunção formal* do trabalho no capital. Contudo, isso ainda não é suficiente para se falar num específico modo de produção, no modo de produção capitalista.

(...) não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução deste valor (MARX, 1985: 251).

Mesmo que a manufatura fosse importante para o surgimento do capitalismo industrial, a base anterior fundada no trabalho artesanal não deixava de ser um obstáculo para o movimento do capital. Esse entrave é superado com a aplicação da maquinaria⁵⁰, operando a partir daí a mais-valia relativa e, com ela, a *subsunção real* do trabalho no capital. Assim, o modo de produção capitalista pôde caminhar sobre seus próprios pés. A *subsunção real* do trabalho corresponde ao modo de produção propriamente capitalista (MARX, 2004a).

À medida que vai avançando em novos ramos num processo contínuo, “(...) a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos industriais de que até o momento ainda não se apoderou e nos quais ainda (existe) a subsunção formal” (MARX, 2004a: 105). Esse movimento do capital não se limita às fronteiras de um específico Estado-Nação, mas força as nações a aplicarem a maquinaria por meio da concorrência que impõe tanto no seu âmbito doméstico quanto no mercado mundial (MARX, 2001b). O modo de produção capitalista, ao criar e reproduzir as relações especificamente capitalistas, renovando-a continuamente, reproduz-se enquanto realidade não mais circunscrita a um determinado limite geográfico, pois seu campo de atuação é global. O mercado mundial que anteriormente existia é recriado pela indústria capitalista, isto é, o capital cria o mercado mundial que lhe corresponde. Se,

⁵⁰A resistência dos trabalhadores, por meio de suas qualificações técnicas, constituía-se em entrave da produção capitalista. Com a introdução das máquinas o certame pende favoravelmente para o capital. De acordo com Marx (2001b: 179), “Até o ano de 1825 – época da primeira crise universal – você pode dizer que as necessidades do consumo em geral cresciam mais depressa que a produção, e que o desenvolvimento das máquinas era a consequência forçosa das necessidades do mercado. A partir de 1825, a invenção e a aplicação das máquinas não são senão o resultado da guerra entre os patrões e os operários”. Nesse mesmo sentido, de acordo com Perrot (1988: 23-24), a introdução da maquinaria cumpre a função de quebrar tal resistência operária. “A máquina aparecia claramente como o meio de domar os operários louvados por Andrew Ure e pelo industrial de Manchester, interrogado pelo economista francês Buret: ‘Eles [os operários] tinham-nos colocado, a nós e a nossos capitais, à mercê de suas coalizões e suas greves; suas pretensões, cada dia maiores, impediam-nos de vencer a concorrência estrangeira; para obter vitórias, é preciso um exército disciplinado. A insubordinação dos nossos operários nos fez pensar em prescindir deles (...)’. A máquina libertou o capital da opressão do trabalho’. A maioria dos economistas franceses concorda: ‘A descoberta das máquinas’, escreve C. A. Costaz, ‘hoje torna impotente a má vontade dos operários, já que eles não são mais, como antes, instrumentos indispensáveis à atividade das manufaturas e podem-se substituí-los sem inconvenientes por homens novos e sem experiência’”. [grifos nossos].

num primeiro momento, o comércio mundial desenvolvido pelo capital comercial estimulou a acumulação e, portanto, a produção capitalista, tão logo o capital se apoderou da produção, a situação se inverteu e a grande indústria passou a ditar o compasso do comércio mundial.

O próprio mercado mundial constitui a base desse modo de produção. Por outro lado, a necessidade imanente ao mesmo, no sentido de produzir em escala cada vez maior, leva a constante expansão do mercado mundial, de tal modo que aqui não é o comércio que revoluciona a indústria, mas é a indústria que constantemente revoluciona o comércio. Também o predomínio comercial está agora ligado à maior ou menor preponderância das condições da grande indústria. Compare-se, por exemplo, Inglaterra e Holanda. A história da decadência da Holanda, como nação comercial dominante, é a história da subordinação do capital comercial ao industrial (MARX, 1985/86a: 250).

Sob a vigência de um específico modo de produção, as relações de produção, em determinado momento, passam a ser obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas. A colisão das forças produtivas com as relações de produção é assim sintetizada por Marx (1983: 301):

Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social.

Como a tensão entre forças produtivas e relações sociais de produção se apresenta no modo de produção capitalista? Nesse modo de produção, a tensão entre forças produtivas e relações de produção se observa no contraste entre o desenvolvimento da produtividade do trabalho e caráter privado de sua apropriação. Por um lado, temos um aumento vertiginoso da capacidade de produção de mercadorias, que leva à crise de superprodução e, por outro, uma massa de trabalhadores que, por sua condição no sistema de classes sociais, não podem dela se apropriar. De acordo com Engels (1956: 66):

Mas essas descobertas e invenções que se sucedem, uma às outras, com rapidez cada vez mais maior, esse rendimento do trabalho humano que cresce dia a dia em proporções inauditas, terminam por criar um conflito em que, à economia capitalista atual, só resta perecer. De um lado, as riquezas incomensuráveis e um excedente de produtos que os compradores não podem absorver. De outro, a grande massa proletarizada, transformada em operários assalariados e incapacitada, por esse próprio fato, de se apropriar desse excedente de produtos. A divisão da sociedade em uma pequena

classe, imensamente rica, e numa grande classe de assalariados que nada possui faz com que essa sociedade fique sufocada por seus próprios excedentes, enquanto a grande maioria de seus membros quase não está, ou não está de todo, protegida contra a extrema miséria. Tal estado de coisas torna-se dia a dia mais absurdo e mais desnecessário.

3.3 – A LUTA DE CLASSES E AS FÁBRICAS COOPERATIVAS

A questão das cooperativas formadas por operários foi um ponto de pauta permanente desde a constituição da I Internacional, pois, para além dos posicionamentos divergentes, era um fenômeno concreto, produto do movimento operário. Sob este tema desdobraram-se as polêmicas entre Marx e Proudhon. O primeiro, pessoalmente entre os comunistas, e o segundo, por meio das correntes anarquistas que integravam aquela associação. Os escritos de Marx no contexto da I Internacional podem ser entendidos tendo por base as disputas teóricas e políticas que a envolviam. E, talvez por isso, forneçam precisas referências para equacionar a questão do cooperativismo operário.

A Associação Internacional dos Trabalhadores foi criada em Londres no dia 28 de setembro de 1864 por trabalhadores de diversos países (TEIXEIRA, 2002). Seu intento era unificar o movimento dos trabalhadores internacionais. Participam dela várias correntes políticas. Segundo Hobsbawm (1983b: 355),

(...) nos tempos da I Internacional, três termos definem as três tendências principais, seus objetivos e métodos: o primeiro – comunismo – refere-se a Marx (mas é reivindicado também pelos blanquistas); o segundo – coletivismo – indica Bakunin e a sua tendência; e finalmente o termo socialismo é aplicado às tendências moderadas, de características pequeno-burguesas.

Segundo Marx, a I Internacional foi fundada no sentido de superação das seitas socialistas que existiam em torno da classe operária. Contudo, quando a classe operária atinge sua maturidade, essas seitas assumem um caráter reacionário e retornam à cena. Foi isso que, segundo Marx, ocorreu com a I Internacional. “Sem dúvida, a história da Internacional repetiu apenas o que a história geral nos mostra por toda parte. O que está superado tende a restabelecer-se e a manter suas posições dentro das novas formas alcançadas” (MARX, 1963: 264). Boa parte dos referenciais de Marx sobre as cooperativas está nos documentos que ele desenvolveu no interior dessa associação, ou seja, em permanente confronto com as propostas utópicas e proudhonianas.

No *Manifesto Comunista* de 1848, Marx e Engels criticam os experimentos sociais desconectados da luta de classe, (mais especificamente os sistemas sociais formulados por Saint-Simon, Fourier e Owen), os quais não depositavam nenhuma esperança na luta política, mas tão somente na descoberta de fórmulas sociais perfeitas. Da mesma forma, no *Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos trabalhadores* de 1864, após aquela avaliação mais positiva⁵¹, Marx pondera que essas experiências, quando isoladas, são incapazes de confrontar com o capital ou mesmo atenuar a exploração dos trabalhadores, e reafirma a necessidade da luta pelo poder político.

Ao mesmo tempo, a experiência do período percorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que, aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes, passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-a de Utopia de sonhadores, ou denunciando-o como o sacrilégio de socialistas. Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, consequentemente, incrementado por meios nacionais. Não obstante, os senhores da terra e os senhores do capital usarão sempre seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado. (...) Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária. E a classe operária parece ter compreendido isto, pois na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, e na França têm ocorrido ressurgimentos simultâneos, e esforços simultâneos estão sendo feitos para a reorganização política do partido operário (MARX, 1956b: 355-356).

Dois anos mais tarde, Marx escreve instruções para os delegados do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores em Genebra (1866). Dos nove pontos formulados por Marx nesse documento, seis foram aprovados e convertidos em resoluções do congresso. Dentre os pontos aprovados, o ponto cinco refere-se ao trabalho cooperativo e mantém o mesmo ponto de vista do documento anterior. Vejamos:

É tarefa da Associação Internacional dos Trabalhadores combinar e generalizar os movimentos espontâneos das classes operárias, mas não ditar ou impor qualquer sistema doutrinário que seja. O Congresso não deveria,

⁵¹Reproduzida anteriormente na página 61.

portanto, proclamar qualquer sistema especial de cooperação, mas limitar-se à enunciação de alguns princípios gerais.

(a) Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da sociedade presente baseada em antagonismo de classes. O seu grande mérito é o de mostrar praticamente que o presente sistema, pauperizador e despótico, de subordinação do trabalho ao capital pode ser superado pelo sistema republicano e beneficente de associação de produtores livres e iguais.

(b) Restringido, contudo, às formas anãs, em que escravos assalariados individuais o podem elaborar pelos seus esforços privados, o sistema cooperativo nunca transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social num sistema amplo e harmonioso de trabalho livre e cooperativo são requeridas mudanças sociais gerais, mudanças das condições gerais da sociedade, que nunca serão realizadas a não ser pela transferência das forças organizadas da sociedade, a saber: o poder do Estado de capitalistas e proprietários fundiários para os próprios produtores.

(c) Recomendamos aos operários que se metam na produção cooperativa de preferência a em armazéns cooperativos. Os últimos não tocam senão na superfície do sistema económico presente, a primeira ataca o seu alicerce.

(d) Recomendamos a todas as sociedades cooperativas que convertam uma parte do seu rendimento total num fundo para propagar os seus princípios, tanto pelo exemplo como pelo ensinamento, por outras palavras, tanto promovendo o estabelecimento de novas fábricas cooperativas como ensinando e pregando.

(e) Em ordem a evitar que as sociedades cooperativas degenerem em vulgares companhias por acções (sociétés par actions) da classe média, todos os operários empregados, accionistas ou não, devem comparticipar igualmente. Como mero expediente temporário, estamos na disposição de atribuir aos accionistas uma taxa de lucro baixa⁵².

A história propiciou a Marx, mesmo que por um brevíssimo espaço de tempo, acompanhar a eclosão do primeiro governo do proletariado moderno: A Comuna de Paris⁵³. Em 18 de Março de 1871, após a tentativa frustrada de desarmar os revoltosos, Paris foi despertada pelo grito de “vive la commune”. Eleita em 26 e proclamada em 28 de março de 1871, estava estabelecida a primeira experiência de governo socialista que perdurou por 72 dias, sob incessante ataque do governo oficial e, por fim, com o consentimento e apoio das tropas prussianas (LUQUET, 1968 e TEIXEIRA, 2002). A Comuna de Paris foi um acontecimento histórico único. O povo em armas – na sua maioria proletários – assume a direção de uma cidade cujo governo nacional encontra-se desmoralizado pelo fracasso perante as tropas inimigas (prussianas), que avançaram até os portões de Paris, e constitui-se na única

⁵²MARX, KARL. **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório**. As Diferentes Questões (1866). In: MARX, K e ENGELS, F. Obras Escolhidas em três tomos (tomo II). Edições Avante.

Disponível em < <http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>>.

Acessado em 24/10/2008 às 11h33min.

⁵³A *Guerra Civil na França*, que trata dos acontecimentos da Comuna de Paris, elaborada por Marx, foi publicada pela primeira vez como manifesto da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1871.

defesa da cidade e da República contra a iminente ocupação estrangeira e a traição da Assembleia Nacional de maioria monarquista. Sua implementação foi violentamente interrompida pelo massacre promovido pelo exército francês coligado às tropas de Bismarck em maio de 1871. Além de demonstrar a fúria que a burguesia é capaz de lançar contra os operários, essa experiência esboçou uma reorganização social e econômica com um forte caráter de classe.

No curto espaço de tempo em que os operários parisienses comandaram a sua cidade, ordenou-se um levantamento das fábricas fechadas e a preparação para retomada de suas atividades sob o controle dos operários, organizados em associação cooperativa. Assim, uma de suas medidas econômicas foi “(...) a entrega às organizações operárias, sob reserva de domínio, de todas as oficinas e fábricas fechadas, tanto no caso de os patrões terem fugido, como no caso de terem preferido suspender o trabalho” (MARX, 1961a: 89). Projetou-se, como medida para regular a produção social, a organização de todas as cooperativas numa grande federação.

Seria, então, esse o modo de produção da sociedade futura, do comunismo? Tomando-se por base a experiência que a Comuna de Paris propiciou, poder-se-ia dizer que sim:

A comuna – exclamam – pretende abolir a propriedade, base de toda a civilização! Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, o “irrealizável” comunismo! Contudo, os indivíduos das classes dominantes bastante inteligentes para perceber a impossibilidade de perpetuar o sistema atual – e não são poucos – erigiram-se nos apóstolos enfadonhos e prolixos da produção cooperativa. Se a produção cooperativa for algo mais que uma impostura e um ardid; se há de substituir o sistema capitalista; se as sociedades cooperativas unidas regularem a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a sob seu controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas, consequências inevitáveis da produção capitalista – que será isso, cavalheiros, senão comunismo, comunismo “realizável”? (1961a: 86).

As ponderações acima evidenciam o caminho que os operários parisienses tomaram no sentido de suprimir a forma de produção capitalista. Essa tendência que aponta para o trabalho livre e associado⁵⁴, que Marx já havia percebido com as fábricas cooperativas que existiam

⁵⁴Tendo por base a referência de Marx às cooperativas em *a Guerra Civil na França*, Tonet (2005: 137) faz a seguinte observação: “Vê-se, portanto, que a afirmação de Marx [referindo-se à citação acima transcrita] refere-

em meio ao sistema capitalista, agora também se manifesta em contexto de controle político de uma cidade pelos trabalhadores.

A derrota do operariado parisiense trouxe resultados para todo o movimento operário europeu. No âmbito da I Internacional, as diferenças internas passam a predominar, sobretudo entre os partidários de Marx e Proudhon nos congressos de Genebra (1866) e da Basiléia (1869) (TEIXEIRA, 2002).

Após a queda da Comuna de Paris (1871), impõem-se novos desafios à organização do movimento operário, o que exige a reorganização dos trabalhadores em novas bases. A orientação política, que aparece na conferência de Londres (1871), depois integrada ao estatuto da associação no congresso de Haia (1872)⁵⁵, reconhece o valor dos esforços de organização econômica para a associação dos trabalhadores, mas aponta para a necessidade primordial de avançar na luta pelo poder político, pela constituição dos trabalhadores em partido político. O texto incluso aos Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores é o seguinte:

Em sua luta contra o poder coletivo das classes possuidoras, o proletariado só pode atuar como classe constituindo-se em um partido político distinto, em oposição a todos os velhos partidos constituídos pelas classes possuidoras.

Essa constituição do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e de seu objetivo supremo: a abolição de classes.

A coligação de forças da classe operária, já alcançada pela luta econômica, deverá também servir, nas mãos dessa classe, como uma alavanca em sua luta contra o poder político de seus exploradores.

Tendo em vista que os senhores da terra e do capital sempre utilizam seus privilégios políticos para defender e perpetuar seu monopólio econômico e para escravizar o trabalho, a conquista do poder político torna-se a tarefa primordial do proletariado (MARX, 1956c: 360-361).

Em 1875, no documento *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx (1961b: 219) assim se refere à I Internacional:

se ao trabalho em cooperativa inserido na lógica do ‘trabalho livre e associado’ e não do trabalho regido pelo capital”.

⁵⁵Nesse congresso ratificaram-se as resoluções da Conferência de Londres de 1871 a respeito da necessidade de organização do partido operário. Esse fato, que representou um duro golpe no reformismo e antipartidarismo proudhoniano, culminou com a expulsão de Bakunin e seus partidários. Também é nesse congresso que se transfere a sede de seu conselho geral para Nova York. Em 1876, no Congresso da Filadélfia, essa associação é dissolvida.

A ação internacional das classes trabalhadoras não depende, de modo algum, da existência da Associação Internacional dos Trabalhadores. Esta constituiu somente uma primeira tentativa para fornecer àquela ação um órgão central; uma tentativa que, pelo impulso que deu, teve uma eficácia perdurável, mas que em sua primeira forma histórica não podia prolongar-se depois da queda da Comuna de Paris.

Nesse mesmo documento, Marx tece pesadas críticas ao programa do partido operário alemão, e, ao fazê-lo, demonstra as debilidades em que se pode incorrer na organização da classe operária em partido político. Tal documento só veio à luz em 1891, com certas omissões feitas por Engels justamente para vencer a resistência do partido em publicá-lo⁵⁶. Marx, dentre várias críticas, um dos pontos refere-se à proposta Lassalliana⁵⁷ de organização do trabalho via criação de cooperativas com o auxílio do Estado. À luz desse programa, a organização socialista do trabalho emerge com a ajuda do Estado e não do movimento autônomo da classe trabalhadora:

A “organização socialista de todo o trabalho” não é o resultado do processo revolucionário de transformação da sociedade, mas “surge” da “ajuda do Estado”, ajuda que o Estado presta às cooperativas de produção “criadas” por ele e não pelos operários. Esta fantasia de que com empréstimos do Estado pode-se construir uma nova sociedade como se constrói uma nova ferrovia é digna de Lassalle! (MARX, 1961b: 221-222).

Para Marx, essa proposta constitui-se num retrocesso, pois traz o debate político para o estreito terreno do Estado e da democracia⁵⁸. Marx reconhece que a criação de fábricas cooperativas pelos trabalhadores expressa a vontade destes em substituir as relações de produção vigentes. Contudo, tal movimento que os trabalhadores levam a cabo não se confunde com as cooperativas constituídas ou mantidas sob estímulos de interesses alheios, conforme o mesmo:

O fato de que os operários desejam estabelecer as condições de produção coletiva em toda a sociedade e antes de tudo em sua própria casa, numa

⁵⁶Ver ENGELS. **Carta de Engels a Kautsky**. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas Vol 02. Rio de Janeiro: Vitória, 1961c.

⁵⁷Uma das duas organizações que deram origem a esse partido era a Associação Geral dos Operários Alemães, da qual Ferdinand Lassalle (1825 - 1864) é um dos fundadores e principal referência teórica – considerada, portanto, lassalliana. A outra organização era o Partido Social-Democrata (eisenachianos).

⁵⁸“Em que pese a toda sua fanfarronice democrática, o programa está todo ele infestado até a medula da fé servil da seita lassalliana no Estado; ou - o que não é muito melhor - da superstição democrática; ou é, mais propriamente, um compromisso entre estas duas superstições, nenhuma das quais nada tem a ver com o socialismo” (MARX, 1961b: 225).

escala nacional, só quer dizer que obram por subverter as atuais condições de produção, e isso nada tem a ver com a fundação de sociedades cooperativas com a ajuda do Estado. E, no que se refere às sociedades cooperativas atuais, estas só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidos nem pelos governos nem pelos burgueses (MARX, 1961b: 222).

3.4 – CONTRADIÇÕES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS FÁBRICAS COOPERATIVAS

No modo de produção capitalista, os produtores (trabalhadores) são separados dos meios de produção e o produto de seu trabalho não lhes pertence. O que lhes é devido é uma quantidade de dinheiro – o salário – pelo qual anteciparam sua força de trabalho. Os meios de produção e a força de trabalho se apresentam no processo de trabalho como forças produtivas do capital, tendo por finalidade sua valorização. Os meios de produção, enquanto propriedade do capital, e a força de trabalho, enquanto mercadoria, são premissas para a produção capitalista. É nesse específico modo de produção, alheio às vontades pessoais, que as fábricas cooperativas emergem. Tal realidade onde atuam os indivíduos não foi objeto de sua escolha, como disse Marx (2000: 15), pois “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Não obstante, a existência de determinada formação social não é permanente, mas transitória. E é no seio de determinada formação que tem início uma nova formação social, conforme Marx (1983: 302):

Nenhuma formação social desaparece antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência. Por isso a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação às condições materiais para a sua realização.

É no choque entre as forças produtivas, sempre dinâmicas, e as relações de produção, que passam a travar o desenvolvimento daquelas forças, que a concepção materialista busca os fundamentos da transição das formações sociais. No capitalismo, essa contradição se demonstra na produção superabundante e, como decorrência, nas crises de superprodução e destruição de forças produtivas, tendo ao seu lado uma massa de despossuídos que, em função

do regime de classe sociais, são privados de se apropriar daquilo que é aniquilado diante de seus olhos.

As fábricas cooperativas estão inseridas na tensão entre forças produtivas e relações de produção no capitalismo. No tempo de Marx, em períodos de crise industrial, algumas das fábricas que quebravam eram assumidas pelos seus trabalhadores. A passagem seguinte demonstra essa situação.

Após cada crise pode-se ver, nos distritos fabris ingleses um bom número de ex-fabricantes que supervisionam, por salários modestos, as fábricas que antes lhes pertenciam, mas agora como dirigentes dos novos proprietários, muitas vezes seus credores. [Engels assim complementa em nota de rodapé] Num caso em que cheguei a conhecer, após a crise de 1868, um fabricante falido tornou-se trabalhador assalariado de seus antigos trabalhadores. Aconteceu que a fábrica, depois da bancarrota, passou a ser dirigida por uma cooperativa de trabalhadores, que empregou o antigo proprietário como dirigente (MARX, 1985/86a: 289).

Abria-se a possibilidade, nesse contexto, de os trabalhadores tomarem o comando dessas fábricas com o objetivo de manterem seus empregos. Mas a retomada das atividades fabris sob comando dos trabalhadores não era o único caminho que se seguia para a produção industrial e provavelmente não era o de maior frequência diante das fábricas entregues aos credores ou mesmo daquelas que eram simplesmente abandonadas. Nas circunstâncias em que as fábricas passavam para as mãos de seus credores, esses credores se convertiam em acionistas daquele empreendimento, passando a operar como capitalistas sem se deter diretamente no processo de produção. Esses dois caminhos – fábricas cooperativas ou sociedade por ações –, que representam as duas formas de superação da propriedade individual dos meios de produção, são descritos numa passagem muito citada de Marx sobre o tema, e que abaixo reproduzimos.

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da forma antiga, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida⁵⁹, ainda que inicialmente apenas na forma em que trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas

⁵⁹Segundo nota dos tradutores: “Marx usa aqui o termo *Aufhebung*, que significa ao mesmo tempo abolição e guarda. E é nesse sentido dialético que o termo deve ser entendido: a propriedade é ao mesmo tempo abolida e preservada” (MARX, 1985/86a: 332). Mészáros (2002: 546) faz a seguinte observação sobre o termo: “(De fato Marx fala de ‘*Aufhebung*’, um processo histórico complexo de ‘superação-preservação-elevação a um nível superior’.)”.

demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção. Sem o sistema fabril oriundo do modo de produção capitalista, não poderia desenvolver-se a fábrica cooperativa e tampouco o poderia sem o sistema de crédito oriundo desse mesmo modo de produção. Esse sistema de crédito, que constitui a base principal para a transformação paulatina das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, proporciona também os meios para a expansão paulatina das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente e, no outro, positivamente (MARX, 1985/86a: 334-335).

O traço positivo, já apontado por Marx desde o *Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores* (MARX, 1956b) e que se mantém no capital, é que a criação das fábricas cooperativas demonstra, na prática, que o capitalista se tornou desnecessário enquanto comandante direto do processo de produção⁶⁰. Mas agora existe uma diferença, pois esse mérito não é exclusividade das fábricas cooperativas: as sociedades por ações também demonstram a inutilidade do capitalista no processo produtivo. O desenvolvimento da produção capitalista e do seu correspondente sistema de crédito possibilita ao capital acumulado em forma de capital-monetário transformar dinheiro em capital sem, no entanto, converter seu detentor em capitalista industrial. O capitalista monetário, ao deslocar seus recursos financeiros por meio do sistema de crédito para a indústria, torna-se acionista da empresa. O lucro da empresa, na forma de sociedade por ações, reverte para o capitalista monetário dividendos, cuja fonte se encontra no processo de apropriação de trabalho alheio. A sociedade por ações, como propriedade coletiva dos capitalistas, dissocia o capitalista individual do trabalho de direção; a função de direção é agora função de trabalhadores assalariados, portanto, também demonstra o quanto a figura do capitalista é supérflua no processo de produção. Não obstante, essa antítese, que supera a propriedade privada individual dos meios de produção dentro do capitalismo, não supera o caráter privado da produção, pois o administrador (que é um trabalhador assalariado) representa o capital (embora não mais numa única pessoa) em face dos produtores (dos trabalhadores). Os meios de produção e as mercadorias continuam a ser forças alheias ao

⁶⁰Vejam-se essas duas passagens: Primeiro, no *Manifesto de Lançamento da Internacional*, “Pela ação, ao invés de por palavras, demonstram que a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões” (MARX, 1956b: 355) e; no *Capital*, “As fábricas cooperativas fornecem a prova de que o capitalista como funcionário da produção tornou-se tão supérfluo quanto ele mesmo, no auge de seu desenvolvimento, considera supérfluo o latifundiário” (MARX, 1985/86a: 289).

trabalhador. Por isso, a antítese propriedade privada/propriedade coletiva é aqui abolida, mas, conforme Marx, “abolida negativamente”, portanto, diferente das fábricas apropriadas pelos trabalhadores – as fábricas cooperativas.

A possibilidade de ruptura com o processo de trabalho capitalista dentro da fábrica cooperativa não faz dela uma ilha, não a isola do modo de produção capitalista. No âmbito da sociedade capitalista não é possível fugir completamente à sua lógica, pois a práxis dos trabalhadores dessas fábricas reproduz os defeitos próprios do modo de produção, isto é, em alguma medida continuam a operar na lógica do capital, como por exemplo: querer ser o patrão de si mesmo. As fábricas cooperativas, como apontado na citação anterior, tendem a “reproduzir todos os defeitos do sistema existente”. Mesmo com a abolição da antítese entre capital e trabalho dentro delas, e esse é o traço positivo que permite falar “abolida positivamente”, pesa contra elas o sistema capitalista que as limita, conferindo-lhes um status de experiências parciais, ou, como diz Marx, de formas de transição. Não obstante, essas formas de transição apontam para o futuro, para um novo modo de produção.

Marx diz que dentro das fábricas cooperativas a antítese capital/trabalho está abolida (MARX, 1985/86a: 334-334). Essa afirmação remete para a dimensão interna das fábricas cooperativas, para seu processo de trabalho. No processo de trabalho o trabalhador consome meios de produção com fins de produzir determinado valor de uso. No processo de produção capitalista, o capitalista compra a força de trabalho e a consome ao fazer seu detentor trabalhar, ou seja, ao fazer com que a força de trabalho consuma meios de produção⁶¹. O objetivo do capitalista no final não é produzir um valor de uso, mas um valor de troca que contenha um valor superior aos valores por ele despendidos em meios de produção e na força de trabalho. Assim, o processo de trabalho no capitalismo é processo de valorização do capital. Esse processo, segundo Marx (1985: 154), revela dois fenômenos.

O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares.

[primeiro] O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija.

Segundo, porém: o produto é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia da

⁶¹“Nosso capitalista põe-se então a consumir a mercadoria que ele comprou, a força de trabalho, isto é, ele faz o portador da força de trabalho, o trabalhador, consumir os meios de produção mediante seu trabalho” (MARX, 1985: 154).

força de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe, portanto, durante o dia.

Numa fábrica cooperativa quanto à estrutura interna de suas relações constituintes, no seu processo de trabalho, os trabalhadores detêm um dos componentes das forças produtivas: os meios de produção; o outro eles já possuem (embora até então como mercadoria negociada com o capital): a força de trabalho. Assim, as forças produtivas (meios de produção e força de trabalho), circunscritas àquela fábrica, escapam então do controle dos capitalistas. Sob essas condições, aqueles dois fenômenos – o controle do capitalista sobre o trabalhador e o resultado do trabalho como propriedade do capitalista – expressos no processo de trabalho capitalista são superados de forma positiva:

Primeiro, o controle sobre o operário se altera conforme apontado por Marx (1985/86a: 289): “Na fábrica cooperativa desaparece o caráter antitético do trabalho de superintendência, ao ser o dirigente pago pelos trabalhadores, em vez de representar o capital em face deles”. O controle do capital sobre o trabalhador se arrefece na medida em que a força de trabalho deixa de se constituir em mercadoria vendida ao capital.

Segundo, os meios de produção, paralisados pela crise de reprodução do capital, ao serem postos em movimento pelos trabalhadores, despem-se de seu caráter privado. Então o produto desse processo, ou seja, a mercadoria produzida não é mais o resultado de “coisas que o capitalista comprou”.

Assim, do ponto de vista interno de uma determinada fábrica cooperativa, considerando-a isoladamente, seu processo de trabalho vai ser antitético aos dois fenômenos característicos do processo de trabalho capitalista e é nesse sentido que Marx diz: “(...) a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida (...)”. Esse novo processo de trabalho gestado no interior da fábrica se volta contra aquele modo de produção na sua dimensão mais essencial, a subordinação do trabalhador ao processo de valorização do capital. Ele aponta e materializa (mesmo de maneira efêmera) uma nova forma de produzir, cujo fundamento é a associação dos produtores, ou melhor, a relação de produção esboçada é o trabalho associado, que é, conforme Marx (1956b), a forma de produzir diante da qual aquela forma transitória e inferior – o trabalho assalariado – tende a desaparecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Marx se reporta às fábricas cooperativas, refere-se à abolição da antítese entre capital e trabalho e da propriedade individual capitalista em sua forma positiva⁶². As fábricas cooperativas, vistas de perto, são obras dos trabalhadores e, de modo mais amplo, produto das contradições do modo de produção capitalista. Como empreendimento da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, fruto da pressão que o desenvolvimento das forças produtivas exerce sobre as relações de produção capitalista, sua origem não tem nada a ver com idealizações de comunidades exóticas, com o Estado ou com a filantropia burguesa. Trata-se, assim, de uma delimitação teórica específica, distinta dos socialistas utópicos e de Proudhon. Para Marx, a perspectiva de transição para uma nova sociedade não seria obra de visionários ou de formulações *a priori*, mas produto do movimento dos trabalhadores enquanto classe. Assim, a classe social explorada diretamente pelo capital constitui-se em componente fundamental na superação do capitalismo. Na perspectiva dos socialistas utópicos, o novo modelo de sociedade não se relaciona com a ação política da classe trabalhadora, apesar de ela ser a principal beneficiada. Do ponto de vista de suas teorias, os três podem ser enquadrados conjuntamente⁶³. O Conselho de Newton, para Saint-Simon; a genialidade da idéia de atração aplicada aos fenômenos sociais, de Fourier; e o “novo ser humano” que emergiria nas aldeias cooperativas, de Owen, seriam as substâncias determinantes para alcançar uma nova era. Inclusive, ao ver os operários apenas como vítimas, suas teorias desaprovam a própria ação concreta destes na solução de seus problemas, pois essa ação representaria a descrença nos seus “evangelhos”⁶⁴. Assim, fica claro que as referências de Marx sobre o cooperativismo não encontram paralelo no pensamento desses três visionários. Na perspectiva marxista, a classe trabalhadora é essencial para a superação do capitalismo. Nas outras formulações, prescinde-se por completo da capacidade política dos trabalhadores, inclusive, a título de modelo

⁶²Nesse aspecto se distingue das sociedades por ações, nas quais essa relação é abolida negativamente (MARX, 1985/86a: 334-335).

⁶³Veja-se que, do ponto de vista das formulações teóricas, Owen não foge à regra. Sua obra *O Livro do Novo Mundo Moral* (OWEN, 2002), que dá detalhes sobre o funcionamento da nova ordem social, não deixa dúvida. No entanto, do ponto de vista prático, Owen estimulou a formação de cooperativas a partir do movimento operário e em clara oposição aos industriais. É apenas nesse aspecto que ele recebe deferências de Marx e Engels.

⁶⁴Aqui também Owen não foge à regra, Marx e Engels citam no *Manifesto Comunista* que os *owenistas* se posicionam contra o movimento *cartista* na Inglaterra (MARX e ENGELS, 1998b).

experimental, podem ser implantadas em contexto de relativo isolamento social, isto é, longe da atual sociedade de classes, como as colônias de Owen nos Estados Unidos e o Falanstério do Saí.

Se por um lado os socialistas utópicos não percebem qualquer protagonismo dos operários, Proudhon, por sua vez, desaprova a luta de classe. No capitalismo, a produção é realizada submetendo o trabalhador ao processo de produção de mais-valia, fonte de valorização do capital. A baixa capacidade de consumo das massas não decorre da elevação dos preços das mercadorias para além do seu valor (valor-trabalho), que, no olhar de Proudhon, se deve aos direitos de propriedade. Proudhon não percebe que a escassez que se abate sobre a massa de trabalhadores tem a ver com a apropriação de sobre-trabalho no âmbito da produção. Então, ataca os juros, a renda da terra, o lucro comercial e tudo aquilo que represente um direito sem qualquer contrapartida de trabalho. Busca, dessa forma, na esfera da distribuição, ou seja, na gratuidade do crédito e na reciprocidade da troca – fundamentos de seu sistema mutualista - a solução para os dilemas sociais que, na verdade, têm origem na esfera da produção. Contra essa posição, Marx, no interior da I Internacional, argumenta para que os trabalhadores no âmbito do cooperativismo concentrem esforços nas cooperativas de produção e não no comércio cooperativo⁶⁵. As fábricas cooperativas referem-se ao espaço da produção, pois é ali que preponderantemente devem centrar-se os esforços na criação de cooperativas por parte dos operários. Incentivar a criação de empreendimentos autogestionários na esfera do consumo, crédito e trocas, como se pode inferir da perspectiva proudhoniana (e também owenista), não afetaria mais que a superfície do sistema. Proudhon, diferentemente dos socialistas utópicos, percebe o surgimento da classe operária, contudo, considera que a questão não será resolvida pela via da luta de classes. Na realidade, ele condena a associação política dos operários. Sua proposta tem por base a estabilidade do período da pequena produção artesanal (que o capital segue dilapidando continuamente) e, nesse sentido, quer expandir os benefícios do que ainda sobrou daquele modo de vida aos operários modernos.

Demonstra-se, assim, que a positividade das fábricas cooperativas mencionadas por Marx não pode ser confundida com o cooperativismo mutualista de Proudhon, pois este se prende à superfície do sistema capitalista e, quando se remete à esfera da produção, aspira por

⁶⁵ Ver ponto Nº 5 item “c” em: MARX, KARL. **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório.** As Diferentes Questões (1866). In: MARX, K e ENGELS, F. Obras Escolhidas em três tomos (tomo II). Edições Avante. [reproduzido nas páginas 79-80]. Disponível em < <http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>>. Acessado em 24/10/2008 às 11h33min.

uma França artesã e camponesa. Nesse sentido, pode-se dizer que suas perspectivas são diametralmente opostas.

As fábricas cooperativas têm méritos em demonstrar que o processo de produção não depende do controle capitalista. No entanto, vale relembrar que, para se contrapor ao modo capitalista, é imprescindível que as fábricas cooperativas se constituam em empreendimento da própria classe operária, aliás, outro produto da sociedade capitalista e não do “mundo das ideias”. A criação de cooperativas na forma de experimentos exemplares e auto-sustentáveis, como a proposta dos falanstérios e aldeias cooperativas, de Fourier e Owen, ou por meio do Estado, como propõem os Lassallianos do Congresso de Ghota e Blanc, não contribuem com a luta dos trabalhadores contra o capital. As referências de Marx colocam-se frontalmente contra o experimentalismo utópico, que objetiva desenvolver experiências autossuficientes e isoladas. As experiências cooperativas, se desenvolvidas desconectadas da luta de classes, como diz Marx (1956b: 356) “(...) dentro do estreito círculo dos esforços causais de operários isolados (...)”, gozarão inclusive de prestígio junto à classe burguesa. Marx critica tanto os lassallianos quanto Blanc, pois ambos guardam a ilusão numa plenitude do Estado, como se ele estivesse acima das classes sociais, imune à luta de classes, e, mais ainda, considerado solução para esse conflito. Nesse horizonte, as cooperativas criadas pelo Estado ou “fábricas sociais”, como queria Blanc, representam a crença no Estado para a resolução pacífica da condição de exploração dos trabalhadores. Esse tipo de cooperativa não merece valor porque não é obra dos trabalhadores, é uma criação exterior, portanto estranha para eles. Criar cooperativas com a ajuda do Estado indica a crença na via pacífica para a transformação da sociedade, mantendo como pano de fundo a esperança na união entre as classes sociais.

As cooperativas criadas pelos trabalhadores demonstram que o trabalho sob a forma de trabalho assalariado não se constitui em modelo indispensável para o processo de produção social. No entanto, elas só podem demonstrar seu valor quando ligadas ao movimento independente da classe operária, como obra dessa classe, sendo que aquilo que Marx chamou de fábricas cooperativas expressa bem essa relação.

As fábricas cooperativas têm origem nas forças produtivas desenvolvidas pelo capital e na incapacidade deste em controlá-las, isto é, seu ponto de partida é o próprio modo de produção capitalista e não um determinado sistema teórico. A produtividade do trabalho leva à crise de superprodução, à destruição de forças produtivas, ao fechamento de fábricas e, por fim, à possibilidade de ocupação de fábricas por trabalhadores, para os quais, provavelmente, não haveria muitas escolhas. Quando se refere às fábricas cooperativas, Marx não está relacionando-as com a pequena produção artesanal, mas com as forças produtivas

desenvolvidas continuamente com a aplicação da ciência às máquinas, às ferramentas, etc. Está se referindo aos meios de produção que estavam de posse dos capitalistas. Não se trata aqui de experiências de produtores autônomos que utilizam instrumentos de trabalhos simples, isto é, de produção artesanal, muito menos se está sugerindo um retorno à pequena produção. O impacto do desenvolvimento das forças produtivas sobre as relações de produção coloca nas mãos dos trabalhadores maquinarias com níveis elevados de tecnologia. As fábricas cooperativas se constituem sobre meios de produção em condições médias de desenvolvimento, ou seja, donde anteriormente, sob o comando capitalista, já se extraía sobre-trabalho por meio da mais-valia relativa.

O desenvolvimento das forças produtivas, isto é, a aplicação da maquinaria e seu constante aperfeiçoamento, bem como das técnicas de produção, e com elas a elevação da produtividade do trabalho, conduzem a períodos de crise de superprodução. A destruição de forças produtivas demonstra a incapacidade do capital em conduzir as forças produtivas que ele próprio criou. É nesse cenário caótico que parques fabris são abandonados, que se abre a possibilidade de fábricas serem ocupadas por trabalhadores no contexto do modo de produção capitalista. A fábrica cooperativa nasce do desenvolvimento das forças produtivas que não podem ser comportadas nas relações de produção capitalistas, portanto, escapam aos preceitos das relações de produção vigentes. Nesse horizonte de tensionamento que o desenvolvimento das forças produtivas impõe às relações de produção, as fábricas cooperativas expressam tal contradição, ao mesmo tempo em que são seu produto. É das contradições do modo de produção capitalista que se abre a possibilidade de os trabalhadores controlarem as modernas forças produtivas desenvolvidas pelo capital. Por esse motivo, as fábricas cooperativas não representam a implementação de um sistema doutrinário e nem o retorno a uma outra forma de produzir já superada pelo capital, elas apontam para a superação da propriedade capitalista.

As fábricas cooperativas, identificadas por Marx como formas de transição, são portadoras de elementos dissolventes das relações existentes e, ao mesmo tempo, apontam para um novo modo de produção. Elas, ao invés de voltarem a funcionar com as mesmas características do regime de trabalho assalariado, apresentam a positividade de se mostrar antitéticas às relações de produção capitalista e, nesse sentido, são dissolventes da atual condição da força de trabalho, isto é, da força de trabalho enquanto mercadoria disponível para uso do capital. A força de trabalho sob o comando dos próprios trabalhadores colide com as relações de produção capitalista no aspecto que envolve a cooperação dos trabalhadores, isto é, com o trabalho assalariado. A argumentação de Marx a respeito da inferioridade do trabalho assalariado diante do trabalho associado (MARX, 1956b: 354-355) e das fábricas

cooperativas como formas de transição dentro do modo de produção capitalista (MARX, 1985/86a:334-335) permite-nos estabelecer uma ponte entre o trabalho associado e o modo de produção associado ou comunista. O trabalho associado, como relação interna constituinte das fábricas cooperativas, nasce das próprias contradições da produção capitalista e, ao mesmo tempo, é embrionário de uma nova forma social. Ele existe como elemento dissolvente na medida em que corrói a relação que fundamenta a subsunção do trabalho no capital, o trabalho assalariado, mas ele não se resume num papel negativo. Ao demonstrar, mesmo embrionariamente, que o controle das modernas forças produtivas pode ser exercido pelos trabalhadores, o trabalho associado apresenta-se como alternativa positiva que se expressa no sentido de uma nova forma social, a sociedade dos “produtores associados”. A produção sob o controle dos produtores ressurgue na sua importância fundamental para a teoria da transição, sobretudo cotejada pelo fracasso do sistema soviético. A argumentação de Mészáros (2002) sobre o rumo que tomou a experiência soviética, mantendo (e até elevando) a subordinação do trabalhador e a concepção de trabalho associado como ato fundante da emancipação humana, de que fala Tonet (2005), reafirmam a importância e validade, à luz da experiência histórica, do objetivo último do comunismo, que é a sociedade dos produtores livres e associados.

Contudo, é preciso cuidado para não conferir ao trabalho associado, no contexto do modo de produção capitalista, um potencial determinante na transição. A transição para um novo modo de produção depende de mudanças sociais, o que significa dizer que os trabalhadores não podem prescindir da luta pelo poder político, tanto quanto não podem apoderar-se da totalidade das forças produtivas sem abolir o modo de produção atual. As cooperativas, mesmo enquanto criação da classe trabalhadora e quando alocada na esfera da produção, não autorizam o movimento operário a prescindir da luta política, fundamental para a emancipação dos trabalhadores. Aliás, como Marx (1961a) verificou durante a Comuna de Paris, só é possível que as fábricas cooperativas regulem a produção em nível nacional quando o poder político estiver sob o controle dos trabalhadores. Na perspectiva de transição ao socialismo, abster-se da dimensão política e concentrar esforços tão somente em alternativas econômicas é se restringir a funções complementares e secundárias do processo de reprodução do capital, ou seja, é constituir-se, inclusive, como funcional a reprodução do capital. Afastar-se da classe trabalhadora e negar a importância do aspecto político é manter dissociado o braço industrial do braço político⁶⁶, cooperativas e sindicatos por um lado e os partidos por outro. Negar o capital e apontar para a emancipação dos trabalhadores, casar a

⁶⁶Separação que, conforme Mészáros (2002), só interessa ao capital.

esfera reprodutiva com a política é condição necessária para a rearticulação da ofensiva socialista. Rearticulação que, como indica Mészáros (2002), pode ser identificada nas cooperativas do MST e na Revolução Bolivariana. A esta última acrescentamos, em especial, seu movimento de fábricas recuperadas. Enquanto o trabalho estiver submetido a forças alheias ao trabalhador, a reprodução do capital não cessará, independentemente de qual seja o regime político. O controle da produção, da mediação dos seres humanos com a natureza pelos produtores livremente associados é o horizonte que não se pode perder de vista sob pena de o capital continuar se reproduzindo. Negligenciar esse aspecto fundamental é manter o trabalho subordinado, é manter vivo o capital. Nesse sentido, o trabalho associado é um ensaio da produção livremente associada, ou seja, da sociedade comunista, ainda que circunscrita às fábricas cooperativas, isto é, enquanto formas de transição dentro do sistema capitalista e, por isso, reproduzem suas deficiências. É essa condição que confere ao trabalho associado um status de experiência parcial, mas que não anula seu caráter dissolvente da forma de subordinação do trabalho (do trabalho assalariado), além de ser inspirador da produção conduzida pelos produtores associados.

Como já falamos no capítulo I, existe uma multiplicidade de termos para designar as experiências autogestionárias recentes e o termo “economia solidária”, cujo principal formulador é Paul Singer, tem prevalecido na literatura. A economia solidária, na perspectiva de Singer, pretende abranger um conjunto de experiências múltiplas e heterogêneas e, nesse sentido, considerá-las como representantes de um novo modo de produção que surge paralelamente ao modo capitalista. O modo de produção capitalista, na perspectiva de Marx, é uma totalidade com abrangência mundial e frente à sua hegemonia as fábricas cooperativas constituem-se como formas de transição e não como coexistência de modos de produção. Também é preciso ressaltar que a concepção de fábricas cooperativas não abrange a totalidade das experiências cooperativistas. A fábrica cooperativa a que Marx se refere tem como núcleo fundante a classe trabalhadora e a negação do trabalho assalariado. Além disso, para confrontar-se com o capital, há que se privilegiar a dimensão econômica determinante, a produção, local onde o trabalho é apropriado, ponto de partida da reprodução do capital. Se o cooperativismo não tocar o “chão” da indústria moderna, irá permanecer no local onde Proudhon o deixou, perdido na superfície do sistema. Para alcançar alguma positividade, é necessário atuar sobre as modernas forças produtivas e com isso demonstrar que, conforme Marx (1956b: 355), “(...) a produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões (...)”. Precisa ir além dos pequenos empreendimentos isolados e ter vínculo orgânico com a classe trabalhadora.

Assim é possível falar das cooperativas como formas de transição a um novo modo de produção que, apesar de embrionário, apresenta elementos dissolventes da reprodução do capital, cujo alicerce é a subsunção real do trabalho no capital.

Como não encontramos em Marx nenhum apoio a experiências baseadas nos modelos utópicos, na filantropia burguesa e no paternalismo Estatal, o resgate de sua crítica às propostas que trilhavam pelo caminho utópico, proudhoniano ou Blanc-lassaliano teve por objetivo ser suporte teórico para balizar as experiências cooperativas quanto ao seu valor para os trabalhadores em seu movimento contra o capital. Reconhecemos a importância das mais variadas formas de cooperativas e empreendimentos autogestionários constituídos nas últimas décadas e não se quer aqui desestimulá-las de seguir provendo condições básicas de subsistência para uma significativa parcela da população. Aliás, vimos que Marx não concentra sua crítica neste ou naquele empreendimento econômico sustentado por trabalhadores. Ele, na verdade, centra suas críticas às formulações que pretendem transformar aquelas experiências na estratégia por excelência para a transformação social. A contribuição que aqui oferecemos é de caráter teórico-interpretativo no sentido de subsidiar o discernimento de experiências quanto a sua importância para a luta de classes e cuja realização prática represente um passo na direção da transformação do estado atual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARISTÓTELES. **Política**. In: ARISTÓTELES. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000. pp. 141-252.

BLANC, Louis. **Organização do trabalho**. In: TEIXEIRA, A. (org.). Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. pp. 195-228.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Referências conceituais para ações integradas: uma tipologia da autogestão**: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar. Brasília: SENAES, 2005.

Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_tipologias2.pdf>
Acessado em: 25/09/2008 às 05h14min.

CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. **150 anos do Manifesto Comunista**. In: COGGIOLA, O. (Org.). Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998. pp. 09-35.

CHAVES, Luiz C. **Laboratórios sociais de autogestão no Brasil e na Argentina**: Cooperativas na produção e reprodução da vida em cooperação. Tese de doutorado. Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Contribuição ao problema da habitação**. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas Vol 02. Rio de Janeiro: Vitória, 1961a. pp. 107-184.

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas Vol 02. Rio de Janeiro: Vitória, 1961b. pp. 305-338.

_____. **Carta de Engels a Kautsky**. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas Vol 02. Rio de Janeiro: Vitória, 1961c. pp. 234-236.

_____. **Prefácio à primeira edição alemã** [Miséria da filosofia]. In: MARX, K. Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001. pp. 09-22.

_____. **Introdução de F. Engels** [Trabalho Assalariado e Capital]. In: MARX, K e ENGELS, F. Obras escolhidas vol. 1. Rio de Janeiro: Vitória, 1956. pp. 59-67.

_____. **Prefácio a edição inglesa de 1888** [Manifesto Comunista]. In: COGGIOLA, O. (Org.). Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998. pp. 74-78.

FARIA, Maurício S. de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária**: avatares do trabalho e do capital. Tese de doutorado. Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes**: a força do argumento. São Carlos: EDUSFSCar, 1997.

FOURIER, Charles. **O novo mundo industrial e societário**. In: TEIXEIRA, A. (org.). Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. pp. 67-96.

GAIGER, Luiz I. G. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. In: Caderno CRH nº 39. Salvador: julho/dezembro 2003. pp.181-211.

_____. (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GERMER, Claus. **A ‘economia solidária’**: uma crítica marxista. In: GEDIEL, José Antonio Peres. Estudos de direito cooperativo e cidadania nº 1. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2007. pp. 51-73.

HABERMAS, Juergen. **A nova intransparência**: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. In: Novos Estudos CEBRAP nº 18. São Paulo: Setembro de 1987. pp. 103-114.

HEGEL, G.W.F. **Filosofia da história**. Brasília: Editora da UNB, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano**. In: HOBSBAWM, Eric J. *et al.* História do marxismo: I – Marxismo no tempo de Marx. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a. pp. 33-66.

_____. **Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo**. In: HOBSBAWM, Eric J. *et al.* História do marxismo: I – Marxismo no tempo de Marx. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b. pp 301-346.

_____. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 12. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

HOFMANN, Werner. **A história do pensamento do movimento social dos séculos 19 e 20**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

HUNT, E. K. e SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ICAZA, Ana M. S. e TIRIBA, Lia. **Economia popular**. In: CATTANI, Antonio David (org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. pp. 101-109.

LABRIOLA, Antonio. **Em memória do Manifesto Comunista**. In: COGGIOLA, O. (Org.). Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998. pp. 87-135.

LEÃO, Geraldo M. P. **Dimensões educativas da economia solidária: potencialidades e contradições do trabalho autogestionário**. In: Cadernos do CEAS nº 203. Salvador, Jan/Fev 2003. pp. 09-24.

LENIN, Vladimir I. **Sobre a cooperação**. In: MARTINS, Adalberto (org.). O cooperativismo no pensamento marxista. São Paulo: CONCRAB, 2000.

LUQUET, P. **A Comuna de Paris**. In: TROTSKY, L. *et al.* A Comuna de Paris. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. In: MARX, K e ENGELS, F. Obras escolhidas Vol 02. Rio de Janeiro: Vitória, 1961a. pp. 41-105.

_____. **Crítica ao programa de Gotha**. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas Vol 02. Rio de Janeiro: Vitória, 1961b. pp. 205-236.

_____. **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon**. São Paulo: Centauro, 2001a.

_____. **Carta a P. V. Annenkov**. In: MARX, K. Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001b. pp. 175-186.

_____. **Carta a J. B. Schweitzer**. In: MARX, K. Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001c. pp. 187-194.

_____. **Carta: Marx a Bolte**. In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras escolhidas Vol 03. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. pp. 264-266.

_____. **Salário, preço e lucro**. In: MARX, K e ENGELS, F. Obras escolhidas vol. 1. Rio de Janeiro: Vitória, 1956a. pp. 370-420.

_____. **Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores**. In: MARX, K e ENGELS, F. Obras escolhidas vol. 1. Rio de Janeiro: Vitória, 1956b. pp. 348-357.

_____. **Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores**. In: MARX, K e ENGELS, F. Obras escolhidas vol. 1. Rio de Janeiro: Vitória, 1956c. pp. 358-361.

_____. **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório**. As Diferentes Questões (1866). In: MARX, K e ENGELS, F. Obras Escolhidas em três tomos (tomo II). Edições Avante.

Disponível em < <http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>>.

Acessado em 24/10/2008 às 11h33min.

_____. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro 1º, tomo 1, 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro 1º, tomo 2, 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro 3º, tomo 1, 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985/86a.

_____. **O Capital:** Crítica da economia política. Livro 3º, tomo 2, 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985/86b.

_____. **O Capital - Capítulo VI inédito de O capital:** resultados do processo de produção imediata. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004a.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2004b.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **O método da economia política.** In: MARX, K. e ENGELS, F. História. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1984. pp. 409-417.

_____. **Prefácio à “Contribuição à crítica da economia política”.** In: MARX, K e ENGELS, F. Obras escolhidas. Vol. 01. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1983. pp. 300-303.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2000.

_____. **As lutas de classes na França.** São Paulo: Global, 1986.

_____ e ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

_____ e _____. **Manifesto Comunista.** In: COGGIOLA, O. (Org.). Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998b. pp. 37-69.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002.

MORUS, Thomas. **A Utopia.** São Paulo: editora Escala, [200-].

OWEN, Robert. **O livro do novo mundo moral.** In: TEIXEIRA, A. (org.). Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. pp. 101-146.

PERROT, Michele. **Os excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PLATÃO. **A República.** São Paulo: Nova Cultural, 2000.

PROUDHON, P.J. **O que é propriedade?** In: TEIXEIRA, A. (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. pp. 233-298.

_____. **A revolução e a nação.** In: WOODCOCK, G. *Os grandes escritos anarquistas*. 3ª ed. São Paulo: L&PM editores, 1986a. pp. 290-294.

_____. **Para Karl Marx, 1846** In: WOODCOCK, G. *Os grandes escritos anarquistas*. 3ª ed. São Paulo: L&PM editores, 1986b. pp. 126-128.

PROUDHON, P.J. **Sistema mutualista.** In: PROUDHON, P.J. *Proudhon-Política*. São Paulo: Ática, 1986c. pp. 115-122.

REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. **História da filosofia: antiguidade e idade média.** Vol 01. São Paulo: Paulinas, 1990.

_____ e _____. **História da filosofia: do romantismo até nossos dias.** Vol 03. São Paulo: Paulinas, 1991.

RESENDE, P.E.A. e PASSETTI, E. **Proudhon: aqui começa o anarquismo.** In: PROUDHON, P.J. *Proudhon-Política*. São Paulo: Ática, 1986. pp. 07-30.

RIOS, Luiz Oliveira. **Cooperativas brasileiras: manual de sobrevivência & crescimento sustentável: 10 lições práticas para as cooperativas serem bem-sucedidas em mercados globalizados.** São Paulo: Editora STS, 1998.

SAINT-SIMON. **Um sonho.** In: TEIXEIRA, A. (org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. pp. 51-56.

_____. **Parábola de Saint-Simon.** In: *O socialismo pré-marxista*. São Paulo: Global Editora, 1980. pp. 35-38.

SCHMIDT, Derli e PERIUS, Vergílio: **Cooperativismo e cooperativa.** In: CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. pp.63-72.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: Investigações sobre sua natureza e suas causas.** Vol 01. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2002.

_____. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição.** In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003a. pp. 11-28.

_____. **Economia solidária.** In: CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003b. pp. 116-125.

_____ e MACHADO, João. **Economia socialista.** Ed. Perseu Abramo, 2000.

SOUZA, André R. **Um instantâneo da economia solidária no Brasil**. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 07-10.

TEIXEIRA, Aloísio (org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

THIAGO, Raquel S. **Fourier**: Esperança e utopia na península do Saí. Blumenau/Florianópolis: Ed. FURB/Ed. UFSC, 1995.

TIRIBA, Lia Vargas. **Economia popular e cultura do trabalho**: Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

VIEITEZ, Candido G. e DAL RI, Neuza M. **Trabalho associado**: Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.